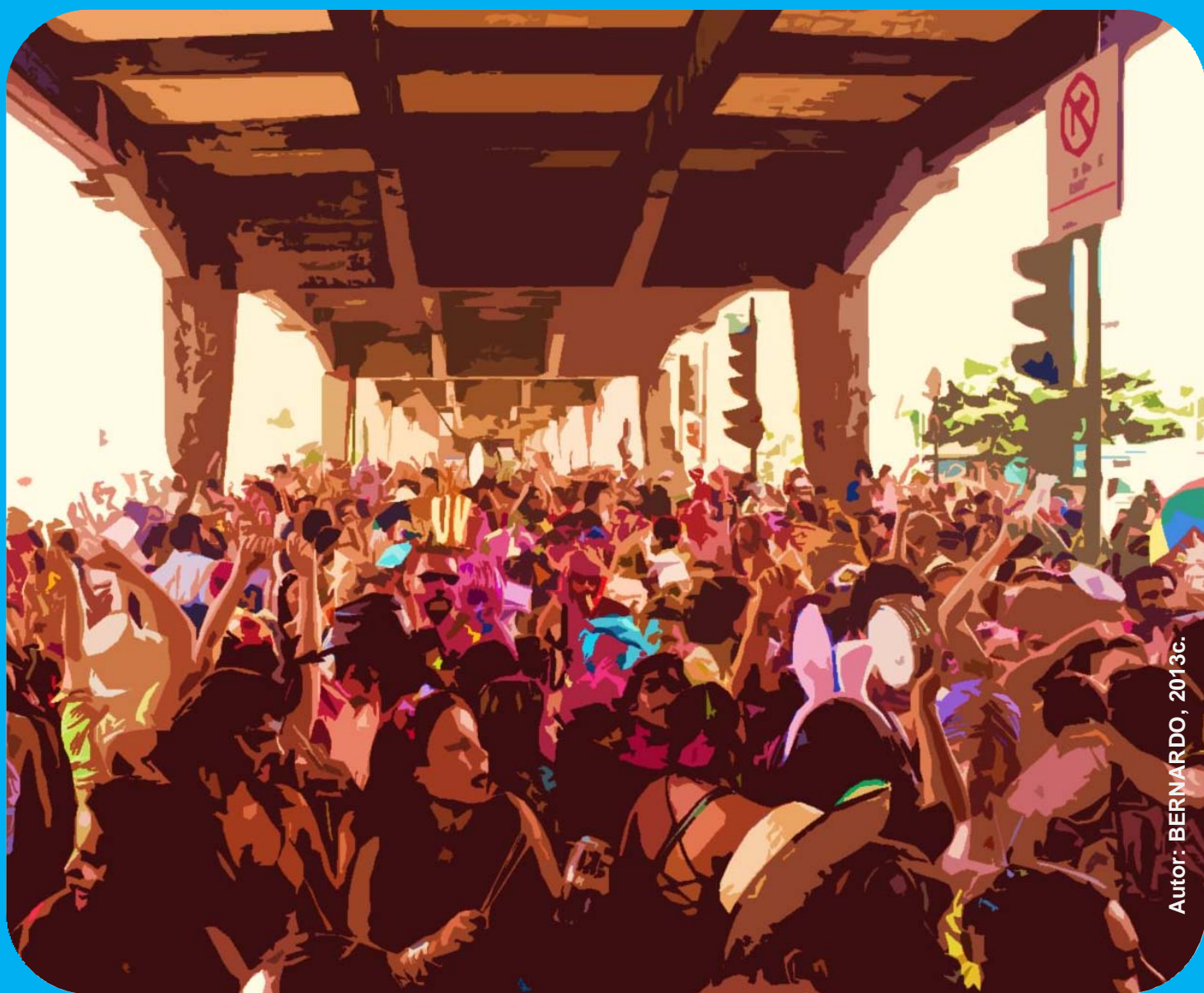


PAOLA LISBOA CODO DIAS

SOB A “LENTE DO ESPAÇO VIVIDO”

a apropriação das ruas pelos blocos de carnaval
na Belo Horizonte contemporânea



Autor: BERNARDO, 2013c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ESCOLA DE ARQUITETURA

PAOLA LISBOA CODO DIAS

SOB A “LENTE DO ESPAÇO VIVIDO”:

a apropriação das ruas pelos blocos de carnaval na Belo Horizonte contemporânea

Belo Horizonte

2015

SOB A “LENTE DO ESPAÇO VIVIDO”:

a apropriação das ruas pelos blocos de carnaval na Belo Horizonte contemporânea

PAOLA LISBOA CÔDO DIAS

SOB A “LENTE DO ESPAÇO VIVIDO”:

a apropriação das ruas pelos blocos de carnaval na Belo Horizonte contemporânea

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço

Linhas de Pesquisa: Planejamento e dinâmicas sócio-territoriais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Baltazar dos Santos

Belo Horizonte

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

D541s Dias, Paola Lisboa Côdo.
 Sob a “Lente do Espaço Vivido” [manuscrito] : a apropriação das
 ruas pelos blocos de carnaval na Belo Horizonte contemporânea / Paola
 Lisboa Côdo Dias. - 2015.
 201 f. : il.

 Orientadora: Ana Paula Baltazar dos Santos.

 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
 Escola de Arquitetura.

 1. Ruas – Aspectos sociais - Teses. 2. Blocos carnavalescos –
 Belo Horizonte (MG) - Teses. 3. Espaço urbano – Aspectos sociais -
 Teses. 4. Carnaval – Aspectos sociais - Teses. I. Santos, Ana Paula
 Baltazar dos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de
 Arquitetura. III. Título.

CDD 307.76

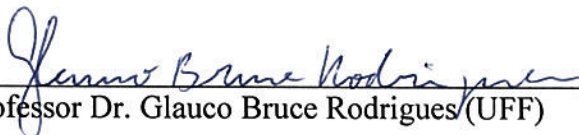
Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU – da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 31 de março de 2015 pela Comissão Examinadora:



Professora Dra. Ana Paula Baltazar dos Santos (Orientadora - EA-UFMG)



Professor Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór (FACE-UFMG)



Professor Dr. Glauco Bruce Rodrigues (UFF)

Ao carnaval de Belo Horizonte, que me ensinou que a festa e a alegria também podem ser engajadas.

Aos blocos de carnaval, em especial, aos blocos “Unidos do Samba Queixinho Underground Baticum” e Pena de Pavão de Krishna, que generosamente me acolheram e me indicaram o caminho da nova folia belo-horizontina

Fui descobrindo que havia muitas diferenças dentro do que, simplisticamente, designava por um só nome. Era como se estivesse ajustando o foco de uma câmera e começando a distinguir detalhes no que, visto à distância, podia ser descrito com o recurso a uma só cor, a uma só forma e a uma só textura. [...]

De observador de padrões e arranjos dos espaços públicos e privados e de candidato a interventor nas suas formas de produção e de consumo, fui me transmutando em observador de inter-relações sociais e das redes de significados.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos, 1980, p. 42.

AGRADECIMENTOS

Caminhando para o fim dessa solitária jornada acadêmica, tenho cada vez mais certeza de que a concretização dessa pesquisa não teria sido possível sem a ajuda e a colaboração de muitos que fizeram desse meu trabalho uma rica e preciosa experiência pessoal.

Em especial, gostaria de registrar meus agradecimentos:

- aos meus pais, irmãos e à minha família, pelo incessante estímulo e apoio incondicional.
- a professora Ana Paula Baltazar pela preciosa orientação, generosa dedicação e plena confiança que me permitiram trilhar a minha árduo, mas própria, experiência de pesquisa acadêmica.
- aos professores Roberto Monte-Mór e Rita Velloso pelas importantes contribuições e inquietações no Seminário de Dissertação cujas soluções procurei incessantemente encontrar.
- aos professores do Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais pela transmissão generosa de seus conhecimentos e à equipe do programa pela gentileza e competência.
- aos meus colegas da pós-graduação pelo companheirismo e incentivos, principalmente, Deborah Sanches, Edler Santos, Grazielle Azevedo, Leandro Magalhães, Marcus Vinícius (Imperador), Guilherme Arruda, Janaína Marx, João Marcos Veiga, Ana Isabel Sá.
- ao Bernard Machado (Bené), Flora Rajão, Gustavo Caetano, Kaio Karmona, Juliana Martins e a todos os integrantes do Bloco “Unidos do Samba Queixinho Underground Baticum” e ao Bloco “Pena de Pavão de Krishna” pelo acolhimento, pelas trocas e pela experiência carnavalesca.
- a Camila Reis um agradecimento duplo, não só pelos anos de amizade e companheirismo, mas também por ter sido tão cuidadosa e rigorosa na revisão do texto dessa dissertação.

- a comadre Camila Viana, outro agradecimento duplo, pelos quase 20 anos de amizade e por ter me ajudado a desenvolver o meu primeiro projeto de pesquisa que garantiu minha vaga no mestrado.
- a Mariana Gusmão pelo carinho em outros momentos de convivência e agora pelo “help” na tradução do Abstract.
- a Mariah Mello pelo intercâmbio de informações sobre o carnaval de Belo Horizonte e pelas contribuições após a leitura da versão preliminar.
- a Flora Passos pela pesquisa inspiradora e pelo generoso intercâmbio de informações.
- aos queridos amigos que fiz ao longo da vida, pela cumplicidade, por perdoarem minha ausência e por escutarem as minhas angústias, principalmente, Tatiane Sá, Jane Ceilan, Rachel Costa, Joyce Athiê, Marcela Bueno, Felipe Abranches, Camila Viana, Marina Lopes, Renata Séllos, Laura Rennó, Renata Queiroz, Lúcia Helena Sátiro, Gabriel Guerra, Francis Navarro, Débora Sarlo, Carolina Ribeiro e Igor Teitelroit.
- aos amigos e colegas da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pela dedicação ao trabalho em busca de uma cidade mais justa, pelas trocas de conhecimento, pela cumplicidade e pela paciência, principalmente, Fabiana Furtado, Rodrigo Augusto, Cristiano Uzeda, Luiz Fernando, Rosiane Pereira, Marilene Paixão, Aparecida Tomaz, Sérgio Abreu, Lucas Milani, Hebert Azevedo e Thiago Medeiros.
- ao Grupo Tectran e a Maria Fernandes Caldas pelo intenso aprendizado nos meus primeiros anos como profissional e pelo apoio no início da minha jornada na pós-graduação.

Certa de que deixarei de citar muitos nomes importantes, desculpo-me aqui os ausentes pela falta de memória ou de espaço.

Finalmente, dedico esse trabalho à vida que me inquieta de maneira fértil em todas as suas expressões de horror e esplendor. Gratidão!

RESUMO

DIAS, Paola Lisboa Côdo. **Sob a “Lente do espaço vivido”**: a apropriação das ruas pelos blocos de carnaval na Belo Horizonte contemporânea. 2015. 201 f. Dissertação (mestrado) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

Os blocos de carnaval de rua surgiram em Belo Horizonte ainda nos tempos de sua fundação, no final do século XIX. Contudo, apesar de nunca terem desaparecido totalmente, esse tipo de manifestação carnavalesca foi perdendo em dimensão e importância a partir dos anos de 1930. Entre 1930 e 1980, foram as escolas de samba e os blocos caricatos os responsáveis por manter viva a folia por mais algumas décadas. Todavia, na década de 1990, Belo Horizonte passou a ser conhecida pelo sossego que pairava em suas ruas durante o feriado carnavalesco.

A primeira década do século XXI marca a inflexão desse processo com o surgimento de novas associações carnavalescas criadas por grupos de amigos residentes em Belo Horizonte. Entre 2001 e 2008, surgiram alguns blocos de pré-carnaval que a cada ano atraíam mais e mais foliões para as ruas, demonstrando que era possível voltar a brincar o carnaval na capital mineira.

Contudo, é o ano de 2009 que marca o início do movimento de retomada dos blocos de carnaval de rua no feriado oficial. Assim, nos últimos seis anos, esses blocos vêm se apropriando de ruas, avenidas, praças, vielas, becos, passarelas, viadutos, vilas e ocupações de sem-casa na cidade de Belo Horizonte. Portanto, desde o início dos anos 2000 até os dias atuais, ocorreu uma completa transformação do carnaval belo-horizontino, passando de uma festa decadente, marginalizada e quase esquecida pela maioria da população a uma festa efervescente e exuberante que levou cerca 1,5 milhão de foliões às ruas em 2015.

Assim, vislumbrando na apropriação do espaço pela festa carnavalesca a potencialidade de trazer à tona discussões e pontos de vista originais sobre as categorias “espaço”, “urbano” e “cidade”, foi proposto como objeto desta pesquisa a apropriação da rua blocos de carnaval no contexto atual da cidade de Belo Horizonte.

Nesse sentido, a apropriação é definida como uma prática sócio-espacial engendrada pelo indivíduo ou por grupos sociais que, ao longo do tempo, transformam a natureza no sentido amplo, isto é, não somente em seus aspectos geofísicos e de vida biológica, mas também as sociedades, os espaços objetivos e subjetivos.

Ademais, a apropriação é entendida como condição essencial para o efetivo exercício do Direito à cidade. Nesse sentido, se a cidade é a obra por excelência da *praxis*, é por meio da apropriação que ela adquire a qualidade de um espaço socialmente elaborado e exitoso, não somente dominado pela técnica e pelo poder político.

Para atingir tal objetivo, foi elaborada uma ferramenta teórica chamada “Lente do espaço vivido”, baseada no conceito de “espaço vivido” do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (2006). Essa “Lente” pretende apreender o espaço social focalizando no espaço vivido, aquele dos habitantes e usuários da cidade. É o espaço apropriado no nível do simbólico e do não verbal (imagético), mas que também possui suas práticas sócio-espaciais concretas e objetivas que enfatizam os usos e os valores de uso cotidianos.

Entretanto, analisar a apropriação do espaço pela perspectiva do vivido não significa que essa dimensão pode ser isolada das outras duas dimensões de produção do espaço propostas por Lefebvre. Ao contrário, a proposta desta pesquisa é, a partir da dimensão do vivido, analisar dialeticamente essa tríade teórica de produção do espaço: percebido, concebido e vivido.

Desse modo, o objetivo desta pesquisa é buscar novas perspectivas de investigação sobre as práticas sócio-espaciais, inclusive aquelas de caráter simbólico e cultural, que possam contribuir para análises eminentemente espaciais, de maneira a ir além da atual abordagem hegemônica nas ciências parcelares dedicadas ao espaço cujos estudos priorizam seus aspectos concretos e suas formas de produção material.

Palavras-chave: Espaço vivido. Apropriação. Blocos de carnaval de rua. Práticas sócio-espaciais. Henri Lefebvre.

ABSTRACT

DIAS, Paola Lisboa Côdo. **Under the “Lens of lived space”**: the appropriation of the streets by groups of Carnival in the contemporary city of Belo Horizonte. 2015. 201 f. Dissertation (master's degree) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

Street groups of Carnival emerged in Belo Horizonte still at the time of its foundation, in the late nineteenth century. However, although they never totally disappeared, this kind of carnivalesque demonstration started decreasing and losing importance from the year 1930 on. Between 1930 and 1980, samba schools and caricatured groups of Carnival were responsible for keeping revelry alive for a few more decades. Nevertheless, in the 1990s, Belo Horizonte became known for its quiet and peaceful atmosphere during this holiday.

The first decade of the twenty-first century marks the inflection of this process happens with the emergence of new Carnival associations created by groups of residents in Belo Horizonte. Between 2001 and 2008, some pre-Carnival groups emerged, which attracted more and more revelers to the streets every year, demonstrating it was possible to resume playing Carnival in the capital of Minas Gerais.

However, 2009 marks the beginning of the resumption movement of street Carnival groups on the official holiday. Thus, for the past six years, these groups of revelers have been appropriating streets, avenues, squares, lanes, alleys, footbridges, viaducts, slums and squatting places in the city of Belo Horizonte. Therefore, from the early 2000s to the present day, there was a complete transformation of Carnival in the city, from a decadent party, marginalized and almost forgotten by most of the population to an effervescent and exuberant celebration, which took about 1.5 million revelers to the streets in 2015.

The proposed object of this research is the appropriation of the streets by Carnival groups in the current context of the city of Belo Horizonte, glimpsing the potential to bring up discussions and original points of view on the categories "space", "urban" and "city" through the appropriation of space by the Carnival party,

For this purpose, appropriation is defined as a socio-spatial practice engendered by individual or social groups which, over time, transform nature in the broad sense, not only in its geophysical aspects and biological life, but also societies, the objective and subjective spaces.

Furthermore, appropriation is seen as an essential condition for the effective exercise of the Right to the city. Thereby, if the city is the work by *praxis*, it is through appropriation that it acquires the quality of a socially elaborate and successful space, not only dominated by technique and political power.

In order to achieve such a goal, a theoretical tool called “Lens of lived space” has been developed, based on the concept of "lived space" by the French sociologist and philosopher Henri Lefebvre (2006). This "lens" is intended to apprehend the social

space focusing on the lived space, the one from inhabitants and users of the city. It is the appropriated space in the symbolic and non-verbal level (imagery), which also has its concrete and objective socio-spatial practices that emphasize use and everyday use values.

However, analyzing the appropriation of space by the lived perspective does not mean that this dimension can be isolated from the other two dimensions of the production of space proposed by Lefebvre. On the contrary, the purpose of this research is to focus on the dimension of lived space, to analyze dialectically this theoretical triad of the production of space: perceived, conceived and lived.

Therefore, the objective of this research is to seek new prospects for research on socio-spatial practices, including those of symbolic and cultural character, which may contribute to eminently spatial analysis, in order to go beyond the current hegemonic approach in partial disciplines dedicated to space, whose studies prioritize its concrete aspects and modes of material production.

Key-words: Lived space. Appropriation. Street groups of Carnival. Socio-spatial practices. Henri Lefebvre.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Eixo de periodização da cidade ao longo da história.....	34
Figura 2 – Aquarela datada de 1822-3 representando o entrudo familiar: <i>Folgedos durante o carnaval no Rio de Janeiro (Games during the carnival at Rio de Janeiro)</i>	82
Figura 3 – Aquarela datada de 1823 representando o entrudo popular na cidade do Rio de Janeiro: <i>Die Dentrudo em Viagem pitoresca e histórica ao Brasil</i> . 82	
Figura 4 – Desenho datado de 1883 representando o Baile de Máscaras no Teatro Lírico do Rio de Janeiro.	84
Figura 5 – Caricatura datada de 1881 representando o elegante arlequim, representando o carnaval oficial, atingindo o desajeitado boneco de seringas e limões-de-cheiro, representando o entrudo.....	85
Figura 6 – Caricatura datada de 1884 representando o entrudo na Rua do Ouvidor, Rio de Janeiro.....	87
Figura 7 – Fotografia do carro alegórico da “Antártida” em Belo Horizonte no início século XX.....	95
Figura 8 – Fotografia do Corso na Av. Afonso Pena em Belo Horizonte no início século XX.....	97
Figura 9 – Imagem do jornal do clube carnavalesco <i>Matakins</i> de 02 de fevereiro de 1919.	102
Figura 10 – Imagem do jornal Estado de Minas de 27 de janeiro de 1938... 105	
Figura 11 – Imagem da flâmula do período 1948-1950 do Bloco Caricato <i>Bocas Brancas da Floresta</i>	106
Figura 12 – Foto do Bloco Piru Glu Glu nas ruas de Belo Horizonte no carnaval de 1950.....	107
Figura 13 – Imagem retirada de um vídeo que registra o desfile do bloco caricato “Bocas Brancas da Floresta” na Avenida Afonso Pena em 1964.	108

Figura 14 – Fotografias do carnaval de Belo Horizonte, arrastando multidões pela Avenida Afonso Pena, em 1974, contando com os desfiles das Escolas de Samba e outras manifestações.....	109
Figura 15 – Fotografia do desfile da “ <i>Banda Mole</i> ” na Rua da Bahia, em Belo Horizonte, ano de 1987.....	110
Figura 16 – Foto do Baile de Carnaval no Minas Tênis Clube, em Belo Horizonte, no ano de 1992.....	113
Figura 17 – Apropriação festiva e contestatária da Praça da Estação, em Belo Horizonte, na primeira ocupação do movimento “Praia da Estação”, em 07 de janeiro de 2010.....	120
Figura 18 – Intervenção urbana, performática e festiva da Praça da Estação, em Belo Horizonte, na primeira ocupação do movimento “Praia da Estação”, em 07 de janeiro de 2010.....	121
Figura 19 – Apropriação da Praça da Estação, em Belo Horizonte, pelo bloco de carnaval “Praia da Estação”, em 2013.....	122
Figura 20 – Cortejo do bloco de carnaval “Praia da Estação”, na Av. Afonso Pena em frente à sede da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em 2012.....	123
Figura 21 – Ato político festivo do bloco de carnaval “Praia da Estação”: caminhão-pipa molhando os foliões em frente à sede da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em 2012.....	123
Figura 22 – Apropriação política e transgressora da rua: foliões do bloco de carnaval “Praia da Estação” na Avenida dos Andradas, em Belo Horizonte, no ano de 2013.....	124
Figura 23 – O bloco de carnaval “Baianas Ozadas” levou 100 mil foliões às ruas do Centro de Belo Horizonte, no ano 2015.....	130
Figura 24 – Apropriação da passarela de pedestre que cruza a linha férrea, em Belo Horizonte, pelo bloco de carnaval “Tico Tico Serra Copo”, em 2013.....	135
Figura 25 – Apropriação de um viaduto deserto no feriado carnavalesco, no Bairro Lagoinha em Belo Horizonte, pelo bloco de carnaval “Tico Tico Serra Copo”, em 2012.....	135

Figura 26 – Apropriação das ruas de terra na ocupação Rosa Leão, na divisa dos municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia, pelo bloco de carnaval “Filhos de Tcha Tcha”, em 2014.	137
Figura 27 – Apropriação das ruas de terra nas ocupações Esperança e Vitória, na divisa dos municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia, pelo bloco de carnaval “Filhos de Tcha Tcha”, em 2015.	137
Figura 28 – Apropriação do campo de futebol na Vila Ventosa, em Belo Horizonte, pelo bloco de carnaval “Pena de Pavão de Krishna” ou “PPK”, no ano de 2014.	139
Figura 29 – Apropriação pelo bloco de carnaval “Então, Brilha!” da Rua Guaicurus, localizada em uma área marginalizada e de prostituição no Centro de Belo Horizonte, no ano de 2015.	139
Figura 30 – Dois ônibus gratuitos foram disponibilizados pelo movimento Tarifa Zero BH durante o feriado carnavalesco de 2014, em Belo Horizonte.	142
Figura 31 – Itinerário do ônibus gratuito organizado pelo movimento Tarifa Zero BH no carnaval de 2014, em Belo Horizonte.	143
Figura 32 – Blocos Pula Catraca! - Associação Carnavalesca Antitarifária e “Blocomum” brincando o carnaval em frente aos ônibus do Tarifa Zero BH no carnaval de 2014, em Belo Horizonte.	145
Figura 33 – Cartaz publicado na internet pelo “Blocomum” convidando para o desfile pré-carnavalesco em Belo Horizonte no ano de 2014.	145
Figura 34 – Desfile do Bloco do “Unidos do Samba Queixinho Underground Baticum”, na Praça da Liberdade e Bairro Funcionários em Belo Horizonte, no ano de 2014.	195
Figura 35 – Desfile Bloco “Pena de Pavão de Krishna” – “PPK” na Vila Ventosa e no Bairro Jardim América, em Belo Horizonte, no ano de 2014.	200
Figura 36 – Desfile Bloco “Pena de Pavão de Krishna” – “PPK” na Vila Ventosa e no Bairro Jardim América, em Belo Horizonte, no ano de 2014.	201

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIH-MG – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis em Minas Gerais

ABAV-MG – Associação Brasileira de Agentes de Viagens em Minas

Belotur – Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte

BHTrans – Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte

Comurb – Conselho Municipal de Mobilidade Urbana

CMBH – Câmara Municipal de Belo Horizonte

CRAV-PBH – Centro de Referência do Áudio Visual da Prefeitura Municipal
de Belo Horizonte

DOM – Diário Oficial do Município

FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FNCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MHAB – Museu Histórico Abílio Barreto

OAB-MG – Ordem dos Advogados do Brasil em Minas Gerais

MPMG – Ministério Público estadual

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SMAPU – Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano

TJMG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	18
2.	A INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE SÓCIO-ESPACIAL A PARTIR DOS CONCEITOS LEFEBVRIANOS	31
2.1.	Os conceitos cidade e urbano na teoria lefebvriana	33
2.2.	A produção (social) do espaço (social)	44
2.3.	O distanciamento do urbanismo e do planejamento urbano frente à realidade sócio-espacial	52
3.	A “LENTE DO ESPAÇO VIVIDO” APLICADA NA ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO	63
3.1.	A construção da “Lente do espaço vivido” como ferramenta teórica.....	65
3.2.	A prática sócio-espacial da apropriação como condição para o efetivo exercício do Direito à cidade	70
4.	O CARNAVAL E A CIDADE NO BRASIL	78
4.1.	A constituição do carnaval brasileiro como símbolo da cultura nacional.....	81
4.2.	As primeiras manifestações carnavalescas nas ruas planejadas da moderna capital mineira	92
4.3.	Transformações do carnaval belo-horizontino ao longo do século XX..	102
5.	A APROPRIAÇÃO DAS RUAS DE BELO HORIZONTE PELOS BLOCOS DE CARNAVAL CONTEMPORÂNEOS	115
5.1.	Os blocos de carnaval de rua na metrópole belo-horizontina contemporânea.....	118
5.2.	“Carnaval de rua e de luta”	134
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
	POST SCRIPTUM.....	157
	REFERÊNCIAS.....	160
	APÊNDICES	189

1. INTRODUÇÃO

Em 1980, Carlos Nelson Ferreira dos Santos publica o artigo intitulado “Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?”, no qual o autor analisa a sua jornada pessoal e profissional desde os tempos da Faculdade Nacional de Arquitetura, onde se formou em 1966, passando por sua ativa participação na equipe técnica que promoveu a urbanização da favela Brás de Pina no Rio de Janeiro, entre 1965 e 1971 – primeira experiência de urbanização de favela na América Latina (FRANÇA, 2013) –, até sua decisão de cursar uma pós-graduação em Antropologia Social no Museu Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro. No Museu Nacional, Santos obteve seu título de mestre em 1979 e sua dissertação, denominada “Três Movimentos Sociais Urbanos no Rio de Janeiro”, tinha como objetivo construir uma teoria sobre movimentos sociais urbanos tomando como base uma pesquisa etnográfica realizada pelo autor em três localidades na cidade do Rio de Janeiro (SANT’ANNA, 2014). Logo depois, Santos retorna à sua área de formação e doutora-se, em 1984, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com a tese “Formações Metropolitanas no Brasil” (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, [2013?]).

Ademais, Santos (1985) coordenou uma pesquisa¹ que deu origem ao livro **Quando a rua vira casa**, publicado em 1981. O objetivo do livro era analisar a apropriação dos espaços urbanos de uso coletivo quando voltados para o lazer, sob uma perspectiva interdisciplinar, aliando o conhecimento arquitetônico e urbanístico à abordagem peculiar da antropologia social, a partir da comparação de um centro de bairro tradicional e uma área nova inteiramente planejada de acordo com os parâmetros e concepções moderno-racionalistas. O objetivo da pesquisa comparativa entre a apropriação dos espaços coletivos dessas duas localidades, o Bairro do Catumbi e o Conjunto Habitacional Selva de Pedra, era avaliar os

¹ Pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM –, sob o patrocínio da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – e com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNCT.

pressupostos e as proposições das políticas de inspiração racionalista do planejamento urbano. (SANTOS, 1985 e VILLAÇA, [20--?]).

Considerando sua trajetória de dupla formação, Santos (In: VELHO, 1980, p. 44) definiu-se como “antropoteto”: uma mistura de antropólogo com arquiteto. Ele argumentou que sua busca por uma pós-graduação em Antropologia Social foi decorrente da necessidade de ampliar as perspectivas de pensamento, de métodos de crítica e de análise. Deve-se salientar que Santos estudou arquitetura entre 1962 e 1966, pouco depois da inauguração da nova capital do Brasil, Brasília, ocorrida em 1960. Cidade planejada e construída em um sítio anteriormente desabitado, Brasília representou o clímax no modelo racionalista-modernista e o símbolo máximo de um Brasil que se pretendia modernizado e industrializado. Sobre esse contexto, o autor (SANTOS, In: VELHO, 1980, p. 39) afirmou que havia um consenso sobre a necessidade da implantação de mudanças no país, da construção de novos pactos e de novas maneiras de agir. Nesse sentido, criticou a situação do ensino de Arquitetura no Brasil, considerando que o mesmo estava dominado por discussões contraditórias que encobriam com discursos revolucionários as velhas ideias conservadoras e reacionárias. O autor argumentou que a categoria da Realidade, tão invocada na época como aquilo que havia de mais verdadeiro e estrutural, só era tratada de maneira retórica, evitando comparações dialéticas com qualquer coisa que pudesse emergir das situações concretas.

Sobre sua experiência como arquiteto na equipe que elaborou o plano de urbanização e executou as obras na favela Brás de Pina, Santos (In: VELHO, 1980, p. 42) conta que começou seu trabalho atentando-se para as questões tradicionalmente de interesse dos arquitetos e urbanistas, como as edificações, os sistemas viários, as infraestruturas de esgoto e de abastecimento de água, as redes de distribuição de energia e as formas de ocupação do solo. No entanto, o contato cotidiano com a favela e seus moradores teve um efeito curioso sobre sua forma de perceber e analisar o espaço, afirmou Santos (In: VELHO, 1980, p. 42): “como se estivesse ajustando o foco de uma câmara [sic] e começando a distinguir detalhes no que, visto à distância, podia ser descrito com o recurso a uma só cor, a uma só forma e a uma só textura.” Nesse processo de autoanálise, o autor concluiu que foi se transformando de observador de padrões e arranjos do espaço, além de

interventor de suas formas de produção, para observador das relações sociais e de suas redes de significado.

Fui ficando com muita consciência crítica a respeito da minha profissão [arquiteto e urbanista] e do meu grupo profissional. Para agir como arquiteto sobre os meios urbanos brasileiros era urgente conhecê-los melhor. Era preciso descobrir formas de lê-los estruturalmente, que permitissem entendê-los como todos e, ao mesmo tempo, dar conta de um sem-número de particularidades das quais não se podia fazer tábula rasa sob pena de perder o essencial, aquilo que, de fato, fazia o “sistema funcionar de verdade”. Buscar novos métodos rastreadores das coerências e contradições entre as formas das cidades e de seus elementos físicos conformadores e as relações sociais neles contidas. (SANTOS, In: VELHO, 1980, p. 43-44)

Mais de 30 anos depois, algumas questões que Carlos Nelson aponta como desafios para o arquiteto e urbanista ainda se fazem presentes², como a manutenção da distância do ensino e da prática profissional em relação às práticas sociais, às redes de símbolos e significados e às especificidades dos arranjos locais. Assim, a partir de uma lógica dominante e distante da realidade cotidiana instaurada pelo Estado capitalista moderno, os urbanistas e planejadores urbanos acabaram por focar, como objetos de estudo e intervenção, nos aspectos prático-sensíveis espaço – a realidade imediata e concreta, como as questões relativas aos espaços físico-construídos e às redes e fluxos de pessoas, mercadorias e dinheiro –, em detrimento das práticas sócio-espaciais³ – como as relações sociais, políticas, culturais e simbólicas em sua dimensão espacial. De acordo com Lefebvre (1999 [1970], p. 139), esses profissionais estão limitados por um “campo de visão” da realidade que somente lhes permite apreender e engendrar o espaço de maneira

² Cf. Abrahão (2008) que resgata a trajetória do arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos, principalmente, no que se refere às suas análises sobre as formas coletivas de apropriação e representação do espaço urbano em um contexto de forte mobilização social nas décadas de 1960 e 1970, confrontando-as com as formas de autoritarismo político e profissional.

³ A reforma ortográfica da língua portuguesa, válida a partir do início de 2009, deflagrou uma pequena, mas não menos importante, polêmica sobre a grafia dos termos *sócio-espacial* e *socioespacial* e ainda não há um consenso sobre a questão entre os estudiosos. Alguns autores propõem a adoção da dupla grafia, considerando que há diferenças teórico-conceituais que devem ser mantidas em cada uma das formas. Assim, o qualitativo socioespacial indicaria o espaço social como resultado de sua produção em um determinado momento, enquanto o sócio-espacial diz respeito à interação dialética entre relações sociais e espaço, mas preservando a individualidade de cada um dos termos no contexto da totalidade social. Cf. (CARLOS; SOUZA; SPÓSITO, 2011, p. 17-18). Diante do exposto, esta pesquisa está adotando a possibilidade de dupla grafia.

concebida, dominante e intelectualmente elaborada. Assim, eles não são capazes de “enxergar” as práticas sócio-espaciais, e menos ainda as estudam ou as compreendem, pois essas estão incluídas em seu “campo cego” (LEFEBVRE, 1999, p. 138-139).

Contudo, os avanços ocorreram e, se antes era necessário recorrer a um curso de pós-graduação em Antropologia ou Ciências Sociais para estudar essas relações sócio-espaciais, atualmente já é possível propor e realizar pesquisas desse tipo em programas de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Ainda assim, existem resistências e dúvidas sobre quais podem ser os temas sócio-espaciais passíveis de serem pesquisados no campo de conhecimento da arquitetura e do urbanismo, principalmente, se eles estão ligados a práticas culturais e simbólicas, mesmo quando elas têm forte ligação com a questão espacial. Esse é o caso das festas populares e religiosas que são moldadas pelo espaço, mas também o transformam, ao longo do tempo, por meio da sua reiterada e duradoura apropriação, mas que não são comumente estudadas. Em várias cidades brasileiras, ocorrem festas populares desde os tempos de colônia ou do Império que deixaram – e ainda deixam – referências espaciais concretas de sua realização nas cidades, como, por exemplo, as procissões da Semana Santa em Ouro Preto/MG, o Círio de Nazaré em Belém/PA, o Bumba-meu-boi em São Luís/MA, a Festa do Nosso Senhor do Bonfim em Salvador/BA, além do internacionalmente conhecido carnaval, originário do entrudo colonial, que ocorre em todo o Brasil, com destaque para as cidades do Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, Recife/PE, Olinda/PE, Porto Alegre/RS, Ouro Preto/MG e Diamantina/MG.

Segundo Lefebvre (2008a, p. 81; 2008b, p. 116), a festa corresponde a um dos aspectos constitutivos da cidade, juntamente com o trabalho produtivo e as obras – essas últimas são as criações humanas únicas e insubstituíveis engendradas pela apropriação dos tempos e espaços como os monumentos, os edifícios, as ruas, as praças e a própria cidade. Ainda de acordo com esse autor, a festa é o principal uso que se faz da cidade e de seus espaços, pois seu acontecimento não implica nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio que consome improdutivamente grandes riquezas (LEFEBVRE, 2008b, p. 12). Em sua temporalidade efêmera e extracotidiana, a festa transcende as necessidades

imediatas e o produtivismo, permitindo a liberação dos excessos, dos prazeres e do sombrio, que fazem parte da essência do ser humano.

Ao longo da História, a criação da cidade enquanto obra, no sentido lefebvriano, foi sendo substituída pela produção da cidade enquanto produto e mercadoria. Essa transformação também foi observada no uso da cidade pela festa⁴, pois sua realização, antes impregnada de simbolismos e significados, foi sendo invadida por signos massificados, espetacularizados e destinados à troca e ao consumo⁵. Atualmente, a festa tornou-se, em muitos casos, um produto dominado pela lógica da troca e, seu espaço, um lugar de consumo. Entretanto, ainda existem festas e manifestações culturais que mantêm o caráter de uma prática sócio-espacial que se apropria do tempo e do espaço da cidade a partir do seu uso improdutivo e simbólico. No início do século XXI, o movimento de apropriação das ruas, praças, avenidas, viadutos, passarelas e becos pelos novos blocos de carnaval de rua em Belo Horizonte buscou manter essas características tradicionais da festa, além de incluir novas questões políticas e reivindicativas relacionadas aos conflitos sócio-espaciais da cidade contemporânea. Eles surgiram por iniciativa de alguns grupos sociais visando ao uso lúdico, criativo e engajado das ruas e praças da cidade. Nesse período, os blocos permaneceram atuantes pela dedicação dos seus integrantes, já que na maior parte do tempo eles tiveram pouco apoio das esferas dominantes, políticas e econômicas, e, em alguns casos, foram até mesmo reprimidos por elas.

Os blocos de carnaval de rua surgiram em Belo Horizonte ainda nos tempos de sua fundação, no final do século XIX, contudo, apesar de nunca terem desaparecido totalmente, esse tipo de manifestação carnavalesca foi perdendo dimensão e importância a partir dos anos de 1930. O mesmo processo de esvaziamento foi ocorrendo com outros tipos de manifestações carnavalescas da capital mineira, como os antigos clubes carnavalescos, os cordões e o desfile do

⁴ Cf. SOUZA (2010b) que analisa a festa como um fenômeno espacial e discute a sua relação com a cidade, com o poder e com o excedente.

⁵ Cf. DEBORD (1997) que discute a questão do espetáculo na moderna sociedade de consumo.

Corso⁶. Por outro lado, as escolas de samba e os blocos caricatos, surgidos entre 1930 e 1940, foram responsáveis por manter a folia viva por mais algumas décadas. Todavia, na década de 1990, Belo Horizonte passou a ser conhecida pelo sossego que pairava em suas ruas durante o feriado carnavalesco, pois parte significativa da população deixava a cidade à procura de destinos carnavalescos mais animados ou fugiam do ambiente urbano em busca de lugares mais próximos à natureza.

No entanto, a partir da primeira década do século XXI, a criação de novas associações carnavalescas criadas por grupos de amigos residentes na capital mineira marcam a inflexão desse processo. Desde o início dos anos 2000 até os dias atuais, a cidade de Belo Horizonte passou por uma transformação histórica em seu carnaval. O ano de 2004 marca o surgimento do bloco pré-carnavalesco “Santo Bando”, que foi o primeiro da nova safra de blocos de carnaval de rua que atraiu milhares de foliões e levantou, despretensiosamente, polêmicas e conflitos em decorrência da apropriação das ruas belo-horizontinas por uma multidão festiva (BRANT, 2012).

No biênio 2009 a 2010, aconteceu a primeira expansão do carnaval de rua com a criação de vários outros blocos que atualmente são considerados tradicionais no carnaval de rua de Belo Horizonte, tanto no período do pré-carnaval como no feriado carnavalesco oficial. Em 2009, foram criados três blocos e, em 2010, surgiram outros sete blocos (PODIA SER PIOR et al., 2012), muitos deles influenciados pelo movimento reivindicatório de apropriação da Praça da Estação, conhecido como “Praia da Estação”⁷. Esse movimento surgiu em janeiro de 2010, como uma reação às restrições legalmente impostas à realização de eventos de qualquer natureza nessa praça pelo Poder Público municipal (BELO HORIZONTE, 2009). Articulado pela internet, “Praia da Estação” propôs uma nova forma de manifestação política da sociedade civil, a partir de uma intervenção urbana, performática e festiva que transformou a praça em uma espécie de praia (IMAGINA NA COPA, 2013).

⁶ Surgido na cidade do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, o Corso correspondia ao desfile pelas ruas dos modernos automóveis que exibiam sofisticados grupos de foliões elegantemente fantasiados. (FERREIRA, 2004, p. 236-237).

⁷ Cf. ALBUQUERQUE (2013) que faz uma análise da configuração sociopolítica do movimento contestatório da Praia da Estação, a partir da análise dos registros midiáticos publicados na internet.

Depois de causar muita polêmica, essa determinação legal acabou sendo revogada cinco meses depois (BELO HORIZONTE, 2010b), contudo, o ato proibitivo, mesmo temporário, já havia contribuído para a construção de movimento de reivindicação do direito de apropriação dos espaços públicos da cidade que cresceu e se consolidou nos últimos seis anos. Ademais, a “Praia da Estação” criou o seu próprio bloco de carnaval de rua.

Portanto, os blocos originaram-se de um mesmo movimento não institucionalizado e apartidário de grupos da sociedade civil belo-horizontina, formados, principalmente, por jovens de classe média, eruditos, altamente escolarizados, que se beneficiam sobremaneira dos recursos da internet e das redes sociais para realizar sua articulação. O movimento visa não somente à retomada do carnaval de rua, como também, e principalmente, à reivindicação pelo direito de apropriação dos espaços públicos da capital mineira. Tais ações de apropriação surgiram em resposta a várias medidas de ordenamento e higienização adotadas pelo prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, que assumiu a administração municipal em janeiro de 2009 e, atualmente, exerce o seu segundo mandato.

No período entre 2011 e 2013, a atração de alguns milhares de foliões pelos blocos de carnaval de rua também não foi bem recebida pelas autoridades da capital mineira, como o Corpo de Bombeiros, o Ministério Público Estadual, a Polícia Militar e os próprios órgãos gestores, BHtrans e Belotur, da Prefeitura Municipal. Esses órgãos não entendiam o desfile dos blocos de carnaval de rua como uma manifestação cultural, e sim como um evento que, segundo a lei do Código de Posturas⁸ de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2003), precisa de licenciamento prévio para sua realização. Desse modo, esses órgãos começaram a exigir dos blocos medidas como cercamento da área, limitação do número de participantes e projeto de prevenção de acidentes (ESTADO DE MINAS, 2012; G1 MG, 2012).

Contudo, nenhuma dessas medidas oficiais foi suficiente para conter o desejo dos belo-horizontinos de se apropriarem novamente das ruas e praças da cidade

⁸ O atual Código de Posturas do Município de Belo Horizonte é oficialmente definido como uma lei municipal que “reúne o conjunto de normas que regulam a utilização do espaço urbano pelos cidadãos. [...] foi criado para organizar a cidade, fazendo com que o interesse de todos prevaleça sobre o interesse individual.” (PREFEITURA BELO HORIZONTE, [20--?]).

para brincar a festa carnavalesca. A cada carnaval, novos grupos iam sendo criados em Belo Horizonte, inspirados e incentivados pelo sucesso dos anos anteriores. Desse modo, ao longo dos últimos seis anos, os blocos de carnaval de rua foram crescendo, consolidando-se e atraindo um número cada vez maior de foliões. Esse fenômeno culminou no ano de 2015, no desfile de cerca de 180 blocos de carnaval de rua (ALMEIDA, 2015). Vários deles atraíram alguns milhares de foliões às ruas, outros levaram dezenas de milhares e o maior deles levou 100 mil pessoas à região da Praça da Liberdade e o Centro de Belo Horizonte, na segunda-feira de carnaval (ALMEIDA, 2015).

Esse expressivo crescimento do número de blocos de carnaval de rua e de seus foliões incentivou a Prefeitura Municipal a repensar sua postura diante dos blocos de carnaval e da festa carnavalesca como um todo. Assim, em 2014, ela anunciou, por meio da Belotur, uma grande estrutura e programação que contava com de 14 palcos montados em todas as regionais da capital com diversos shows, além do retorno do desfile oficial das escolas de samba e grupos caricatos à avenida mais importante da cidade, Av. Afonso Pena (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2014c e 2014f). Em 2015, essa mesma estrutura foi mantida e ampliada, passando a contar com mais dois palcos especiais para o público infantil, sendo um localizado no Centro e outro na Pampulha (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2015a). No mesmo ano de 2015, até mesmo o setor de turismo mobilizou-se, lançando opções de pacotes para atrair visitantes interessados em curtir a folia carnavalesca em Belo Horizonte, além de conhecer os atrativos naturais da região central de Minas Gerais (MIRANDA, 2015; ALVARENGA, 2015; CUNHA, 2015).

Assim, o contexto dos últimos dois anos representou uma mistura conflituosa, mas bem sucedida, para a festa carnavalesca, que faz com que a cada novo ano seja anunciado o maior carnaval da história de Belo Horizonte. Em 2014, foi um milhão de foliões (MUZZI, 2014b) e, em 2015, 1,5 milhões de pessoas (ALMEIDA, 2015) que se apropriaram das ruas, praças, vielas, becos, passarelas, viadutos, ônibus, metrô e até mesmo dos espaços virtuais – redes sociais, blogs, páginas eletrônicas e aplicativos – de maneira festiva, alegre, política, democrática e pacífica, na grande maioria dos casos. Essa mistura apresenta, de um lado, um

movimento de retomada da apropriação da cidade pelos blocos de carnaval de rua, que foram sendo criados por iniciativa dos próprios moradores desde a primeira década do século XXI. Por outro lado, como consequência direta do crescimento dos blocos de rua, têm-se a ampliação e o fortalecimento do carnaval oficial promovido pela Prefeitura Municipal e o incipiente interesse da iniciativa privada em fazer investimentos na festa belo-horizontina em busca de negócios rentáveis.

Assim, vislumbrando na apropriação do espaço pelos novos blocos de carnaval de rua a potencialidade de trazer à tona discussões e pontos de vista originais sobre as categorias “espaço”, “urbano” e “cidade”, foi proposto como objeto de pesquisa a apropriação das ruas da cidade de Belo Horizonte pelos blocos de carnaval. Nesse sentido, a apropriação é definida como uma prática sócio-espacial engendrada pelo indivíduo ou por grupos sociais que, ao longo do tempo, transformam a natureza no sentido amplo, isto é, não somente em seus aspectos geofísicos e de vida biológica, mas também as sociedades, os espaços objetivos e subjetivos. Portanto, o objetivo principal desta pesquisa é ensaiar uma perspectiva de investigação que seja capaz de apreender as dimensões intangíveis do espaço social e de suas práticas, buscando ir além da atual abordagem hegemônica nas ciências parcelares dedicadas ao espaço, cujos estudos priorizam seus aspectos prático-sensíveis e suas formas de produção material.

Todavia, analisar as implicações para a cidade de Belo Horizonte da explosão do carnaval em um intervalo tão curto de tempo, período 2009 a 2015; compreender a relação desse fenômeno com o espaço da cidade, em suas diferentes dimensões; buscar apreender os conflitos e potencialidades decorrentes da prática sócio-espacial de apropriação das ruas e praças da cidade; entender a ligação dos blocos de carnaval com as bandeiras políticas e movimentos sociais que reivindicam questões de cunho sócio-espacial e buscar extrair de tudo isso o que pode informar e transformar a prática sócio-espacial dominante – aquela do Estado e dos planejadores – constituem-se objetivos específicos que serão desenvolvidos ao longo deste trabalho.

Para atingir tal objetivo, foi proposta a elaboração de uma ferramenta teórica chamada “Lente do espaço vivido” que é baseada no conceito de “espaço vivido” da teoria da produção do espaço do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (2006,

p. 58-59 e 65-66). Essa “Lente” pretende apreender o espaço social focalizando no espaço vivido, ou seja, aquele dos habitantes e usuários e de certos artistas e filósofos que usufruem do espaço sem visar à troca e ao lucro. É o espaço apropriado no nível do simbólico e do não verbal (imagético), mas sem deixar de possuir suas práticas sócio-espaciais concretas e objetivas que enfatizam os usos e os valores de uso cotidianos dos habitantes e demais usuários da cidade. Entretanto, isso não significa que o espaço vivido pode ser isolado e estudado separadamente das outras duas dimensões de produção do espaço propostas por Lefebvre: o espaço percebido e espaço concebido. Ao contrário, a proposta desta pesquisa é, a partir da dimensão do vivido, analisar dialeticamente essa tríade teórica de produção do espaço: percebido, concebido e vivido.

Portanto, a ferramenta teórica da “Lente do espaço vivido” busca fazer um papel de mediação entre a escala local e cotidiana que se refere ao estudo da apropriação temporária e simbólica do espaço da cidade pelos blocos de carnaval de rua e a escala das estruturas e processos da sociedade. Essa mediação é necessária, pois, apesar da produção da cidade e do espaço ser também produto das relações sócio-espaciais da vida cotidiana, ela é determinada ainda com mais força pelo modo de produção capitalista e pela instituição política do Estado nacional.

Como indicado pelos conceitos já abordados, essa pesquisa tem como principal base teórica a obra de Henri Lefebvre, principalmente, nas obras em que esse autor trata do espaço, do urbano e das cidades. Contudo, foram sendo inseridos outros autores ao longo da argumentação na medida em que eles contribuíam para o esclarecimento de ideias e conceitos fundamentais que não estavam completamente elaborados ou que não haviam sido tratados por Lefebvre, sempre buscando utilizar linhas teóricas que possuíssem pressupostos e premissas compatíveis com a teoria desse autor. As escolhas teóricas realizadas visaram analisar o objeto de pesquisa a partir de uma abordagem que privilegia a problemática espacial. Assim, esta pesquisa não pretende esgotar o tema e tem a expectativa de que outros trabalhos possam aprofundar em questões que aqui podem ter sido desconsideradas ou tratadas de maneira menos detida.

Além disso, foi necessário recorrer a outras fontes de referência para elaboração da metodologia de pesquisa. Assim, foram adotados métodos qualitativos, como a observação participante e a entrevista aberta, que pretendiam obter dados empíricos em campo; métodos de pesquisa histórica que buscou referências ou registros secundários para o levantamento do histórico do carnaval em Belo Horizonte; e, finalmente, métodos próprios de monitoramento da imprensa oficial, da mídia, da internet e das redes sociais para obtenção e seleção dos registros dos acontecimentos atuais que fazem parte da história recente, e que ainda está se fazendo, do carnaval de rua na capital mineira.

Para atender aos objetivos propostos pela pesquisa, esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, sendo que o primeiro e o último correspondem aos tradicionais capítulos de “Introdução” e “Considerações finais”.

O segundo capítulo, denominado **2 A Interpretação da realidade sócio-espacial a partir dos conceitos lefebvrianos**, é destinado ao desenvolvimento dos conceitos lefebvrianos de cidade e urbano, ampliando a perspectiva de análise para o espaço, sem desconsiderar, contudo, esses dois últimos, pelo contrário, incluindo-os numa problemática mais abrangente. Nesse sentido, Lefebvre postula que cada sociedade (modo de produção) produz o seu espaço (social) característico apropriado que apresenta e representa a sociedade que o engendrou. Por fim, são apresentadas as críticas de Lefebvre em relação às ciências parcelares, em geral – economia política, sociologia, geografia –, e às práticas científicas e técnicas, em particular – urbanismo, planejamento urbano, planificação. Lefebvre argumenta que as práticas científicas e técnicas tendem a confundir urbanismo com urbano e ideologia com prática urbana. Assim, mesmo “as boas intenções ideológicas” não conseguem superar a visão deturpada da realidade que substitui a *praxis* pelas representações concebidas do espaço, da vida social, dos grupos sociais e de suas relações (LEFBVRE, 1999 [1970], p. 138-139).

O terceiro capítulo, denominado **3 A “Lente do espaço vivido” aplicada na análise da apropriação do espaço**, demonstra a construção da ferramenta teórica da “Lente do espaço vivido”, tomando como base a teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre. Essa ferramenta representa uma espécie de mediadora entre a escala das estruturas globais da sociedade e a escala da vida cotidiana que engloba

os aspectos simbólicos e imagéticos criados pelos grupos sociais. De modo a aplicar a “Lente do espaço do vivido” a uma situação concreta, é formulado o conceito de apropriação. A apropriação é entendida como uma prática sócio-espacial do homem que compreende a transformação da natureza, do tempo e do espaço de maneira a atender às suas necessidades sociais, simbólicas e utópicas. Esse conceito tem como objetivo servir de suporte teórico para elaborar a análise da relação entre os espaços da cidade e os blocos de carnaval de rua, privilegiando o uso da cidade e a sua criação enquanto obra e não a considerando como objeto de troca, de posse ou de propriedade. Finalmente, tenta-se demonstrar que, na perspectiva lefebvriana, a apropriação do espaço-tempo é condição fundamental para o efetivo exercício do Direito à cidade.

O quarto capítulo, denominado **4 O carnaval e a cidade no Brasil**, resgata as origens da festa carnavalesca no Brasil e analisa com maior detalhamento o desenvolvimento dessa folia na cidade de Belo Horizonte. Para tanto, buscou-se compreender o surgimento no Brasil, ainda no período colonial, das brincadeiras carnavalescas a partir da influência da tradição portuguesa do entrudo e sua transformação ao longo dos séculos. Esse processo culminou em variadas formas de folia e de apropriação das ruas em várias cidades do país, além da elevação do carnaval em um símbolo autêntico da cultura nacional no início do século XX. No caso específico de Belo Horizonte, foi traçado um panorama do carnaval de rua na cidade, desde a sua fundação até a apropriação da metrópole contemporânea. Destaca-se que a análise sempre pretendeu levantar questões sobre a relação entre os espaços da cidade e as diversas manifestações carnavalescas, de maneira a demonstrar que muitos dos conflitos e negociações decorrentes dessa relação não são produtos inéditos do contexto contemporâneo.

Finalmente, no quinto capítulo denominado **5 A apropriação das ruas de Belo Horizonte pelos blocos de carnaval contemporâneos**, chegou-se à atualidade do carnaval na metrópole belo-horizontina que vem passando por grandes transformações desde o início do século XX. Todavia, é a partir de 2009 que acontece uma retomada do carnaval de rua que cresce exponencialmente e culmina com uma festa que atraiu um milhão e meio de foliões em 2015. No entanto, no caso de Belo Horizonte, o descomprometimento sugerido pela alegria,

brincadeiras e excessos do carnaval sustenta ainda uma variedade de bandeiras e reivindicações políticas, sociais e espaciais que repercutem ao longo de todo o ano em outras esferas da vida cotidiana.

Logo, este trabalho busca demonstrar que compreender as práticas sócio-espaciais no contexto contemporâneo, incluindo as questões simbólicas, imagéticas e políticas relacionadas à apropriação do espaço, são também essenciais para apreensão a magnitude da vida urbana – e mesmo humana – e para prospectar possibilidades de mudança em prol de uma sociedade mais justa, mais democrática e espacialmente menos segregada. Além disso, pretende colaborar para a elaboração de novas abordagens teóricas e métodos de investigação para pesquisas na área de conhecimento da arquitetura e do urbanismo.

2. A INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE SÓCIO-ESPACIAL A PARTIR DOS CONCEITOS LEFEBVRIANOS

Esta pesquisa pretende trazer novas abordagens de análise crítica da realidade que envolvam as categorias de espaço, urbano e cidade, a partir do estudo da apropriação festiva e política da cidade de Belo Horizonte pelos blocos de carnaval de rua contemporâneos. Desse modo, é fundamental formular conceitualmente essas categorias e, para tanto, foi adotado como principal referencial teórico a obra dedicada ao espaço de Henri Lefebvre. Essa produção teórica corresponde, principalmente, a quatro obras: i) **O Direito à Cidade** (LEFEBVRE, 2008b), originalmente publicado em 1966; ii) **A Revolução Urbana** (LEFEBVRE, 1999), publicado em 1970; iii) **Espaço e Política** (LEFEBVRE, 2008a), publicado em 1972; e, iv) **A Produção do Espaço** (LEFEBVRE, 2006), publicado em 1974.

Portanto, nos itens deste capítulo serão desenvolvidos os conceitos de espaço, urbano e cidade, segundo Lefebvre, trazendo-os para o contexto contemporâneo, de maneira a empregá-los na análise do objeto de pesquisa proposto. Ademais, a apropriação carnavalesca está sendo considerada como uma prática sócio-espacial que, como várias outras práticas, reproduz-se no espaço e produz o seu próprio espaço, o que pode trazer importantes contribuições tanto para as ciências parcelares que tratam do tema – economia política, sociologia, geografia – quanto para as práticas científicas e técnicas dominantes de intervenção no espaço – como o urbanismo e as atividades de planejamento urbano e regional.

Lefebvre apresenta severas críticas em relação às ciências parcelares e às práticas científicas e técnicas dominantes de intervenção no espaço. No primeiro caso, o autor considera que as ciências parcelares não são suficientes para analisar o contexto urbano pós-industrial, por elas apresentarem um raciocínio analítico fragmentário e especializado que é redutor, não sendo capazes de apreender a realidade como um conjunto da prática social. No segundo caso, o autor considera que mesmo “as boas intenções ideológicas” dos profissionais urbanistas e planejadores não são suficientes para superar a visão deturpada da realidade que substitui a prática urbana pelas representações concebidas do espaço, da vida

social, dos grupos sociais e de suas relações. O autor argumenta que, nessas práticas dominantes, o pensamento sobre o espaço oscila entre a representação de um espaço vazio, geométrico, e a representação de um espaço pleno ocupado pelos resultados de lógicas e estratégias elaboradas no nível racional.

Baseado na análise crítica de Lefebvre a respeito das ciências parcelares, do urbanismo e o planejamento urbano, este trabalho sustenta a ideia de que o conhecimento acerca das relações e práticas sociais, políticas e mesmo culturais e simbólicas da sociedade é de fundamental importância para basear as intervenções de caráter espacial – tanto soluções de projeto arquitetônico e desenho urbano quanto às regulamentações, planos, leis e demais instrumentos de política pública – que buscam, pelo menos no âmbito do discurso, tornar a sociedade mais justa e democrática, além de espacialmente menos segregada. Apesar de a produção do conhecimento sobre as práticas sócio-espaciais não garantir políticas públicas de cunho transformador, a ignorância em relação a essa dimensão da realidade social ratifica, quando não agrava, situações de exclusão sócio-espacial. Além disso, a indiferença em relação a essas práticas pode diminuir ou mesmo eliminar aquelas que têm por objetivo a ação social politicamente orientada para a transformação da realidade, isto é, as práticas sócio-espaciais insurgentes, conforme definidas por Souza (2013, p. 250).

2.1. Os conceitos cidade e urbano na teoria lefebvriana

Comumente o substantivo “cidade” e vários adjetivos derivados do termo “urbano” – espaço urbano, infraestrutura urbana, ambiente urbano etc. – são utilizadas como sinônimos para categorizar processos e fenômenos da realidade que são, na verdade, distintos. E essa falta de rigor acontece não apenas no âmbito do senso comum como também em documentos técnicos ou científicos. Todavia, na teoria lefebvriana, esses dois conceitos são distintos, apesar de o urbano ter surgido em decorrência da “explosão” da cidade no período industrial. Desse modo, para interpretar a realidade sócio-espacial contemporânea, a partir dos conceitos de Lefebvre, é fundamental esclarecer a diferença entre a cidade e o urbano.

Para o Lefebvre (2008a, p. 81; 2008b, p. 116), a cidade é uma criação humana por excelência, resultado de processos históricos específicos, cujos tempos e espaços apropriados objetiva e subjetivamente pelos grupos sociais são metamorfoseados em obra. Para esse autor, a obra caracteriza-se como algo único e insubstituível oriundo da criação humana a partir dos recursos oferecidos pela natureza (LEFEBVRE, 2006, p. 105-109). Essa noção privilegia a cidade no âmbito de seu uso e valor de uso em contraste com o valor de troca, com o comércio e com o dinheiro que regem o mundo das mercadorias e dos produtos no modo de produção capitalista.

Por outro lado, compreendendo-a em sua espacialidade, a cidade é um objeto que ocupa um sítio geográfico bem distinto do espaço rural. Entretanto, esses dois espaços estão ligados por meio das relações de produção e da divisão do trabalho na sociedade em um modo de produção específico de um período da história (LEFEBVRE, 2008a, p. 81). Sendo assim, a cidade é também a “[...] *projeção da sociedade sobre um local*, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano.” (LEFEBVRE, 2008b, p. 62, grifos do autor).

Dessa maneira, a cidade é o local onde são manifestados os conflitos da sociedade, uma vez que ela corresponde à mediação entre a ordem próxima e a ordem distante, considerando essa última como a ordem da sociedade em seus

processos globais e suas estruturas e a primeira como a ordem das relações de imediaticidade, ligadas ao cotidiano e aos modos de viver. (LEFEBVRE, 2008a, p. 82; 2008b, p. 66). A cidade como mediação entre as ordens próximas e distantes ao longo da história pode ser periodizada em diferentes categorias de acordo com os aspectos da realidade que se procura enfatizar. Nesse sentido, Lefebvre (2008a, p.81) destaca que não se deve perder de vista que todo recorte do tempo histórico em períodos é relativo.

Uma importante periodização, proposta por Lefebvre (1999 [1970], p.18-26; 2008b, p.77-84), baseou-se no desenvolvimento dos modos de produção ao longo da história. Ele corresponde a um esquema espaço-temporal que se inicia num momento zero de inexistência das cidades, nos primórdios dos primeiros grupos humanos coletores e caçadores, até o final do eixo, momento futuro no qual ocorrerá a urbanização completa da sociedade, fenômeno ainda incompleto na atualidade. Ao longo desse eixo, situam-se, progressivamente, a cidade política, a cidade mercantil e a cidade industrial.

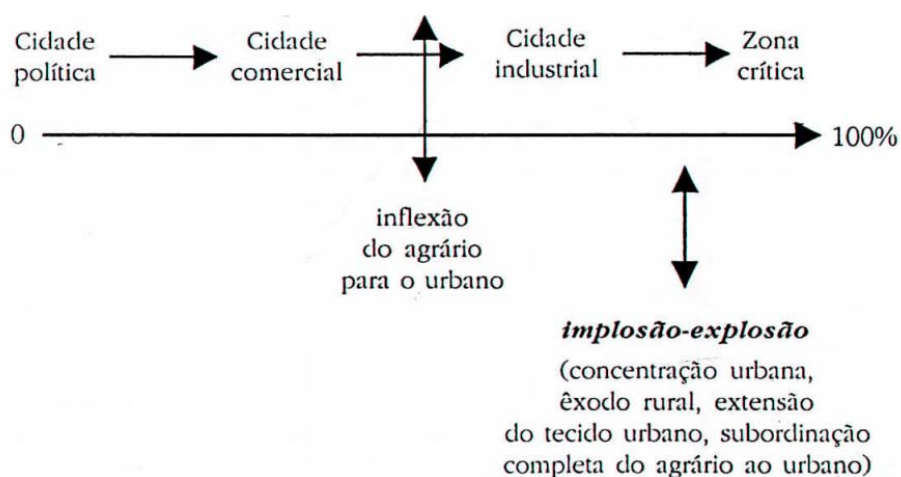


Figura 1 – Eixo de periodização da cidade ao longo da história.

Fonte: LEFEBVRE, 1999, p. 25.

Para o autor, esse esquema não pode ser interpretado como se o processo tivesse ocorrido de modo homogêneo e contínuo em todo o espaço mundial, ao longo do tempo histórico: “Este esquema abstrato coloca em parênteses, momentaneamente, as discontinuidades. Permitirá, numa certa medida que se

situem os pontos críticos, isto é, as próprias censuras e discontinuidades.” (LEFEBVRE, 2008b, p. 77).

A cidade política pode ser identificada em um período bem próximo da origem, uma vez que ela acompanha de perto o estabelecimento de uma sociedade organizada, da atividade agrícola e da formação das aldeias. Contudo, existem exceções, e ela não esteve presente nos imensos espaços onde se perpetuavam as sociedades seminômades. A cidade política é o *locus* dos reis, dos nobres, dos guerreiros, dos sacerdotes e dos escribas. Nela a escrita já se faz presente por meio de documentos, ordens, inventários e taxas. Assim, ela é o espaço da ordem, da ordenação e do poder que administra e protege um vasto território ao seu redor, englobando certo número de aldeias. As áreas sob seu jugo são de propriedade do monarca, mas os camponeses mantêm a posse pelo pagamento de tributos. O comércio e o artesanato já são atividades desenvolvidas, mas exercidas numa escala mínima de atendimento das necessidades do poder e da guerra. (LEFEBVRE, 1999, p.19).

Nesse contexto, as trocas e o comércio são vistos com desconfiança, dado que são atividades exercidas por estrangeiros – na ocasião, estrangeiros às cidades, e não aos países – e pessoas suspeitas, sempre excluídas da cidade política. Os espaços do mercado e das feiras, propriamente ditos, são marcados por signos de heterotopia – ou hetero-topia, conceito definido como lugar do outro, espaço marcado pela diferença (LEFEBVRE, 1999, p.43). Ao longo de vários séculos, as atividades comerciais vão se integrando cada vez mais e tornando-se essenciais e indispensáveis à sobrevivência humana nas cidades. Contudo,

A cidade política resiste com toda a sua força, com toda a sua coesão; ela sente-se, sabe-se ameaçada pelo mercado, pela mercadoria, pelos comerciantes, por sua forma de propriedade (a propriedade mobiliária, movente por definição: o dinheiro). (LEFEBVRE, 1999, p.20).

Os mercadores itinerantes, suspeitos do ponto de vista dos cidadãos sedentários, efetivamente possuíam certos comportamentos característicos de saqueadores e guerreiros. Assim, escolheram deliberadamente as cidades antigas para empreenderem uma luta (de classes) contra os senhores possuidores e

dominadores do território (LEFEBVRE, 1999, p.20). A história mostra os vencedores dessa luta, os mercadores, depois identificados como burgueses, o comércio e a mercadoria. Esse processo culminou na chamada cidade mercantil, o que aconteceu no final da Idade Média, aproximadamente século XIV, no contexto na Europa Ocidental. A praça do mercado torna-se, então, o principal lugar da cidade em detrimento da praça de reunião política – a ágora, o fórum. Nessa nova concepção de cidade, o espaço torna-se urbano no sentido de ser “o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca” e ornamenta-se “com os signos dessa liberdade conquistada, que parece a Liberdade” (LEFEBVRE, 1999, p. 20). A troca comercial torna-se uma função urbana que faz surgir sua correspondente forma urbana – arquitetônica e urbanística – desencadeando uma nova estrutura urbana, em uma complexa relação de interação entre esses três elementos – função, forma e estrutura (LEFEBVRE, 1999, p. 20).

Com o crescimento do capital comercial e a importância do mercado, acontece uma inversão de papéis e a cidade deixa de ter seu caráter heterotópico, lugar de exceção no meio da vastidão rural, para tornar-se um termo oposto ao campo, mas de igual valor e importância. A cidade não corresponde mais à *Cité* da Antiguidade e, nesse momento histórico, passa a ser uma espécie de mediação entre natureza e a razão humana, sendo essa mediação denominada por Lefebvre (1999, p.22) como a realidade urbana. A rivalidade cidade-campo é subjugada pelo Estado Nacional que passa a comandar hegemonicamente todo o território. Finalmente, o racionalismo contribui para o fortalecimento do poder da e na cidade e “acompanha a inversão que substitui a primazia camponesa pela prioridade urbana” (LEFEBVRE, 1999, p.22).

Esse processo de inflexão do agrário para o urbano antecede brevemente as transformações que culminam na cidade industrial, com a entrada contundente do capital industrial na realidade urbana. Inicialmente, a indústria surgiu negando a cidade, visto que, em sua escolha locacional, ela privilegiava lugares próximos às fontes de matéria-prima, de energia e das reservas de mão de obra. Nesse momento pré-industrial, a cidade é comercial, fundada sobre os resquícios da cidade política da Antiguidade e resultado do fortalecimento do mercado e do comércio. Como ocorreu no processo anterior de mudanças, a cidade resiste à entrada da

indústria. Ela sempre resiste, anteriormente, protegendo-se da entrada dos comerciantes e do dinheiro e, posteriormente, defendendo-se contra o domínio da indústria e do capitalismo nascente, por meio do corporativismo e do imobilismo das relações.

Contudo, o desenvolvimento da técnica e dos transportes permitiu que a indústria fosse implantada em qualquer lugar e, mesmo contrariando o seu caráter de não-cidade e de anticidade, ela acaba invadindo as cidades pré-existentes, políticas e mercantis, ou construindo suas próprias cidades para servir-lhe como suporte produtivo (LEFEBVRE, 1999, p.23; 2008a, p.83). Essa invasão da cidade pela indústria dissolveu os traços que as épocas anteriores lhe atribuíam – totalidade orgânica, pertencimento e monumentalidade – fazendo-a crescer desmesuradamente até que a realidade urbana, que passou a lhe ser característica no período comercial, espalhou-se por diversos pontos do espaço, por meio do processo chamado por Lefebvre (1999, p. 23-24) de fenômeno da implosão-explosão:

[...] a implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamentos) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc.).

A principal consequência do fenômeno de implosão-explosão é que a sociedade inteira torna-se urbana. As relações de produção capitalistas ampliam-se, transformando em conflitos as tensões antes latentes. Esse processo abrange, inclusive, a anterior oposição entre a cidade e o campo que se intensifica ao invés de desaparecer. A inversão do domínio completa-se e o urbano passa a se sobrepor ao rural. Assim, após esse processo, não era mais possível identificar ilhas de urbanidade, mas sim ilhas de ruralidade “pura”, muitas vezes pobre, que abrigavam os camponeses envelhecidos e despojados da nobreza da vida camponesa de outrora (LEFEBVRE, 2008b, p. 19).

Na escala da cidade, o fenômeno de implosão-explosão não leva ao desaparecimento dos antigos núcleos urbanos, cujos espaços resistem ao

transformarem-se sob a nova realidade. Vários casos, como o Quartier Latin em Paris, permanecem como agitados centros de vida urbana e correspondem ao lugar onde se concentram não apenas os monumentos e sedes de instituições de referência do passado como também os espaços destinados para festas, desfiles e passeios. “O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a esse duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar.” (LEFEBVRE, 2008b, p. 19-20). Por outro lado, foram instituídos novos centros de decisão concentrando a riqueza, a informação, o potencial de repressão e níveis de poderes, nesse momento, desconhecidos. Por toda parte há estilhaços da cidade explodida, criando espaços segregados, dissolvendo as relações sociais e, ao mesmo tempo, concentrando relações imediatamente ligadas a questões de propriedade (LEFEBVRE, 2008a, p. 84).

A atividade industrial superpõe-se à comercial, tendo como resultado o crescimento exponencial das trocas, dos produtos, das mercadorias da escala local à mundial. O capital e o dinheiro expandem-se pelo mundo não encontrando mais barreiras geográficas, econômicas ou políticas. Em um primeiro momento, a industrialização induz a urbanização, contudo ocorre uma segunda inflexão na qual a realidade urbana, antes induzida, torna-se indutora (dominante). A realidade urbana torna-se força produtiva com poder de modificar as relações de produção, apesar de não ser capaz de transformá-las (LEFEBVRE, 1999, p.24). Em tempo, deve-se atentar para o fato de que existem variações no que tange à urbanização, visto que ela depende do nível de industrialização de cada sociedade – “neocapitalista ou socialista, em pleno crescimento econômico ou já altamente técnica” (LEFEBVRE, 1999, p.25).

Atinge-se a “zona crítica” do modelo de periodização das cidades proposto por Lefebvre, fase marcada por incertezas em relação à problemática urbana: como compreendê-la em sua situação atual e como empreender uma teoria e uma prática que ultrapasse o “real” em busca de suas potencialidades. Lefebvre (1999, p.49) utiliza aspas no “real”, justamente, para indicar um conceito mais estreito ligado ao que é apenas atual. Contudo, o autor considera que o real, em sentido amplo, inclui também a instância do possível que “[...] lhe dá sentido, ou seja, a direção e a

orientação, a via aberta para o horizonte.” Portanto, nesse contexto, a coação imposta pela industrialização foi subjugada pelo domínio da urbanização, o que levou a uma crise profunda da realidade “[...] na qual o passado e o possível, o melhor e o pior se misturam” (LEFEBVRE, 1999, p.25).

A partir dessa instabilidade instaurada pela fase crítica, Lefebvre vislumbra a constituição de um objeto possível: o urbano, que foi engendrado pela explosão da cidade, mas que é bem distinto dela (LEFEBVRE, 2008a, p.84). O fenômeno urbano, a sociedade urbana ou, simplesmente, o urbano, é um conceito teórico empregado para definir uma sociedade completamente urbanizada, hoje virtual. Esse conceito é, por um lado, uma hipótese teórica e um objeto virtual, por outro, ele é um objeto possível cujo surgimento e desenvolvimento estão ligados a um processo e uma prática social – uma *praxis* (LEFEBVRE, 1999, p. 14 e p. 25). Essa definição pode parecer confusa, pois ela é utilizada tanto como uma categoria de análise específica, o urbano, quanto para qualificar outras como a “sociedade”, a “realidade”, a “problemática”, o “tecido”, o “fenômeno”, etc., além de designar não apenas o aspecto atual da realidade, mas também sua dimensão potencial.

Para esclarecer o conceito de urbano em Lefebvre, é fundamental compreender as noções fundamentais de forma e conteúdo⁹. Segundo esse autor, a forma é uma abstração científica ligada à lógica formal e às estruturas lógico-matemáticas que têm como objetivo apreender o real por meio da reflexão analítica. Contudo, a forma não tem existência concreta, ela situa-se fora do real que busca compreender e, quanto mais pura e transparente ela for, mais se torna inteligível. Portanto, para ser capaz de explicar e interpretar a realidade concreta, a reflexão filosófica não prescinde de atribuir à forma um ou vários conteúdos, pois esses dois elementos formam uma unidade indissolúvel que é apenas metodologicamente rompida por meio da análise. Nesse sentido, a forma é construída pela reflexão teórica a partir da identificação do que é comum a todos os conteúdos, mesmo que esses últimos sejam diversos, constituindo-se como uma essência absoluta. Por outro lado, seus conteúdos opacos tendem a ser constatados pela prática e pelo empirismo. Contudo, o autor destaca a relação dialética entre esses dois termos,

⁹ Cf. capítulos “A forma urbana” (LEFEBVRE, 1999, p. 107-121) e “Sobre a forma urbana” (LEFEBVRE, 2008b, p.89-95).

uma vez que “os conteúdos superam a forma e a forma dá acesso aos conteúdos. A forma leva assim uma dupla ‘existência’. Ela é e não é. Só tem realidade nos conteúdos e, no entanto, separa-se deles. Tem uma existência mental e uma existência social.” (LEFEBVRE, 2008b, p. 91).

A partir da reflexão entre forma e conteúdo, Lefebvre (2008a, p. 85; 2008b, p. 94) propõe o conceito de urbano como uma forma pura: a forma da simultaneidade que corresponde à exigência da reunião, do encontro e da informação. Sendo assim, por não ter conteúdo específico, o urbano é uma forma que se distingue por sua capacidade de ser cumulativa de “todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano.” (LEFEBVRE, 1999, p. 110). Entretanto, enquanto atributo da forma urbana, a simultaneidade é entendida num sentido mais amplo do que apenas acumulação, visto que, enquanto reunidos e representados, os conteúdos relacionam-se dialeticamente, incluindo conflitos e contradições cujos resultados são diversos e inesperados.

Outra característica essencial do urbano é que ele pressupõe a centralidade (LEFEBVRE, 1999, p. 108-110; 2008a, p. 85). Do mesmo modo que a simultaneidade, a centralidade exige um conteúdo, apesar de não exigir um tipo específico. A diferença entre a simultaneidade e a centralidade reside no fato de que o primeiro conceito faz referência ao encontro de coisas que se acumulam ao mesmo tempo o que, *a priori*, poderia acontecer por todo espaço, já o segundo conceito relaciona-se à tendência de concentração desses conteúdos em certos pontos do espaço, como se fosse possível que eles se aproximassem cada vez mais. Sendo assim, os centros urbanos são caracterizados tanto pela simultaneidade quanto pela centralidade, reunindo tudo, inclusive, as diferenças, os símbolos e os signos da sociedade: “Os signos do urbano são os signos da reunião: as coisas que permitem a reunião (a rua e a superfície da rua, pedra, asfalto, calçadas etc.) e as estipulações da reunião (praças, luzes etc.)” (LEFEBVRE, 1999, p. 109).

Sendo assim, o fenômeno urbano apresenta duas tendências que surgem a partir de seu caráter concentrador: i) a própria centralidade atuando no espaço por meio dos distintos modos e relações de produção que, na sociedade moderna,

ocorrem em diversas escalas até o “centro decisional” do Estado; ii) a policentralidade que, inicialmente, pode parecer um processo que vem romper com a ideia de centro, mas que, na verdade, leva à constituição e disseminação de novos centros, diferentes, embora análogos e eventualmente complementares, atuando na segregação do espaço (LEFEBVRE, 1999, p. 108). Para o autor, os centros são condições essenciais para a realidade urbana, sejam eles centros de comércio – reunião de produtos e coisas –, centros simbólicos – reunião de signos e símbolos – ou centros de decisão – reunião de poder, riqueza e informação. Não obstante, a destruição dos centros é causada pelos mesmos motivos que os tornam centros, ou seja, eles destroem-se por saturação, por não existir possibilidade concreta de tudo permanecer sempre concentrado num mesmo ponto do tempo e espaço, excluindo e expulsando, assim, pessoas, coisas e relações para as periferias e/ou para outros centros (LEFEBVRE, 2008a, p. 85).

Portanto, a centralidade é considerada, por Lefebvre (1999, p. 108), em seu movimento dialético tanto de criação como de destruição. Essa questão é manifesta pelas contradições e pelos conflitos oriundos da exposição das diferenças reveladas pela reunião de grupos e instituições na realidade urbana. Para o autor, as relações (sociais) sempre se deterioram a partir da aproximação dos seus sujeitos e a negação (virtual) dessas distâncias do tempo e espaço atribui ao urbano sua inerente violência latente. Essa proximidade violenta ocorre também nas situações de festa na cidade, quando multidões reúnem-se “na instável fronteira entre o frenesi alegre e o frenesi cruel, na fruição lúdica e no transe. Raramente existe festa sem ‘happening’, sem movimentos de massa, sem pessoas pisoteadas, desmaiadas, mortas.” (LEFEBVRE, 1999, p. 109).

À forma urbana nunca faltam as contradições da transparência de que tudo nela se encontra, ao mesmo tempo em que ficam opacos os aspectos ocultos e misteriosos. Assim, a ordenação planificadora do espaço concreto e objetivo encobre não apenas os poderes opressivos e os esquemas repressivos, mas também as possíveis ações e as reações de transgressão. Para Lefebvre, a opacidade social revelada pela clareza mental é uma manifestação da racionalidade dialética inerente ao urbano, constitui-se como uma diferença na contradição e como uma ambiguidade da vida urbana: “Se a verdade se esconde e perde seu sentido, o

sentido da verdade pode irromper a qualquer instante. Até explodir.” (LEFEBVRE, 1999, p. 111).

A forma urbana assim revelada é uma abstração, porém concreta. Assim como a forma da troca, tal como demonstrada por Marx no início d'O Capital. [...] E, não obstante, essa forma abstrata é a chave do concreto, da prática. É o ponto de partida para apreensão do conteúdo. (LEFEBVRE, 2008a, p. 85-86).

Finalmente, cabe precisar a distinção entre o urbano e a cidade, na teoria lefebvriana, visto que o urbano é engendrado pelo processo de implosão-explosão da cidade. Essa última originou-se a partir do estabelecimento das primeiras sociedades organizadas, remontando ao período da antiguidade da história humana. A cidade foi acumulando camadas, superpostas e interpenetradas, dos diversos tempos-espacos como o agrário, com suas particularidades dos sítios, da natureza e das etnias humanas, até o industrial, com sua tendência à homogeneidade, à uniformidade e à continuidade constrangedora, até o momento em que a cidade industrial e capitalista explode e fragmenta-se, levando a realidade urbana a todo o espaço mundial. Por sua vez, o urbano, enquanto conceito lefebvriano, é uma forma pura, fundamentada nas noções de simultaneidade e de centralidade, cuja característica de reunião das semelhanças e diferenças faz emergir e instaurar um tempo-espaço específico, chamado espaço diferencial. Contudo, o urbano ainda não atingiu sua plenitude na contemporaneidade e, portanto, a sociedade urbana – ou completamente urbanizada – é uma hipótese, um objeto virtual que serve de orientação para o processo de transformação da cidade e da sociedade ao longo da história (LEFEBVRE, 1999, p. 112-115; 2008a, p. 84-87).

Através da sucessão das cidades e de seus tipos, o urbano, posto desde os primórdios como virtualidade, concretiza-se, sem que seja necessário atribuir-lhe um suporte metafísico, nem lhe emprestar uma unidade transcendente. A cidade política, a cidade comercial, a cidade industrial tiveram esse duplo aspecto: processo engendrando o urbano (e formado pelo urbano) – limites provisórios infligidos a esse processo pelas condições, a saber, a produção agrícola, a produção industrial. Devido a esse movimento dialético, o urbano reage sobre o que o precedeu; ele nasce e surge disso, do qual é o fim, sem que por isso exista finalidade metafísica. Sem esquecer que o informe, o disperso, o difuso ganhou forma. Essa forma se firma como fim. [...] O urbano é, ele próprio, finito, porque

reúne elementos finitos e na finitude do lugar (o ponto, o centro).
(LEFEBVRE, 1999, p. 114)

2.2. A produção (social) do espaço (social)

A reflexão de Lefebvre sobre a questão espacial tem como ponto de partida a cidade entendida como (i) um objeto espacial que ocupa um sítio geográfico bem distinto do espaço rural; (ii) uma mediação entre a ordem próxima e a ordem distante, correspondendo a primeira ao cotidiano e aos modos de viver e a segunda à sociedade em seus processos globais e suas estruturas; e (iii) uma obra, criação humana por excelência que é resultado da apropriação dos tempos e espaços produzidos pelos processos históricos específicos.

Posteriormente, o autor vislumbra o urbano que corresponde a uma hipótese teórica virtual: a urbanização completa da sociedade. Essa hipótese é formulada a partir da constatação de um ponto de inflexão na história moderna ocidental no qual a industrialização, antes indutora do processo de urbanização nas cidades comerciais, torna-se induzida (dominada) pela realidade urbana que se fragmenta por todo o território após a explosão da cidade industrial. Atinge-se, assim, a “zona crítica” marcada por incertezas em relação à problemática urbana. Lefebvre enuncia o “urbano” como uma forma pura: a da simultaneidade-centralidade, sendo que o primeiro termo corresponde à exigência da reunião e do encontro em um mesmo tempo-espaço, e o segundo, à tendência de concentração desses conteúdos em certos pontos do espaço.

Posteriormente, Lefebvre formula o conceito de espaço, ampliando o objeto de análise para além da cidade e do urbano, incluindo-os numa problemática mais abrangente. Em um primeiro momento, ele discute o estatuto teórico do espaço, suas diferenças em relação à cidade e ao urbano, sua relação com a política e com as ideologias de classe, além de iniciar a análise da sua produção (LEFEBVRE, 2008a). Finalmente, ele concebe a teoria da produção do espaço, e não apenas da produção das coisas no espaço (LEFEBVRE, 2006), cuja formulação teórica torna-se central na obra do autor no que se refere à questão espacial. Desde então, é notória a influência da teoria e dos conceitos lefebvrianos nos estudos críticos sobre a cidade, o urbano e o espaço.

Lefebvre propõe-se a elaborar uma teoria crítica do espaço que supere o conhecimento especializado e hermético das disciplinas parcelares, visando definir perspectivas e saberes relativos ao espaço, em busca de uma totalidade. Para o autor, a construção desse conhecimento deve associar a teoria com a prática, não se deixando perder em “abstrações especulativas” como aconteceu na filosofia clássica, quando esta “quis alcançar ou realizar a totalidade unicamente por suas forças, perdendo-a.” (LEFEBVRE, 1999, p. 64). Nesse sentido, a teoria não corresponde a uma abstração transcendente da prática, mas, sim, já se encontra inscrita no concreto e pode daí ser revelada (LEFEBVRE, 2008a, p. 38). Então, o autor busca um caminho de conhecimento a partir da metafilosofia que, em vez de construir modelos, pretende descortinar um horizonte e encontrar uma via em direção ao real por meio da análise crítica (LEFEBVRE, 1999, p. 66).

Nesse sentido, o autor argumenta que está trabalhando com uma problemática definida: o espaço relacionado à prática social, o que compreende uma série de problemas parciais que possuem como característica comum sua relação com a espacialidade. Portanto, seu objetivo não é responder a questão “o que é o espaço?”, pois a investigação desse elemento como um “puro” objeto de ciência deve se colocar ao matemático ou ao metafísico (LEFEBVRE, 2008a, p. 39), mas entender a produção do espaço. Isso implica inverter a tendência dominante da teoria, passando da análise do(s) produto(s) no espaço (enumerações, descrições, classificações) ao exame da produção do próprio espaço, analogamente ao que foi realizado por Marx ao estudar o modo de produção capitalista (LEFEBVRE, 2006, p. 50). Assim, o foco passa a ser nas relações sociais de produção e em sua reprodução, em vez de se ater às características das coisas e dos produtos produzidos, ideia que é desenvolvida para compor a tese central de sua obra (LEFEBVRE, 2006):

O modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza. [...] O modo de produção projeta suas relações no terreno, no qual reage sobre elas. Sem que haja correspondência exata, definida de antemão, entre as relações sociais e as relações espaciais (ou espaço-temporais). (LEFEBVRE, 2006, p. 13)

A produção do espaço não é a atividade produtiva dominante em nenhum modo de produção, entretanto, é ela que reconecta, reúne e coordena os aspectos da prática (LEFEBVRE, 2006, p. 6 e 8). Se o espaço (social) é produzido pelo modo de produção e pelas relações sociais, então, ele transforma-se na medida em que ocorrem mudanças nessas duas categorias da realidade. Contudo, as alterações no espaço não são definidas de antemão, isto é, não acontecem de modo direto e imediato às modificações da sociedade e de seu modo de produção, pois essa relação é mediada por ideologias, ilusões, saberes, códigos etc. (LEFEBVRE, 2006, p. 9 e 13).

Um novo modo de produção e, conseqüentemente, uma nova sociedade, não concebe e organiza conscientemente um novo espaço a partir de uma inteligência superior. Na verdade, essa nova sociedade implanta-se em um espaço modelado anteriormente por outro contexto social e de produção. Assim, ela apropria-se da espacialidade consolidada e a organiza de acordo com seus fins, promovendo, na maior parte das vezes, modificações de maneira lenta e, em outras ocasiões, subvertendo-a com brutalidade (LEFEBVRE, 2006, p. 13).

Logo, no atual modo de produção da sociedade neocapitalista – ou “sociedade burocrática de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 2008a, p.46) –, conclui-se que a problemática da produção do espaço não só inclui as questões concernentes à cidade, ao urbano e ao cotidiano, como ainda transcende a problemática da industrialização sem, no entanto, aboli-la, visto que as relações sociais preexistentes subsistem (LEFEBVRE, 2006, p. 132-133).

Aprofundando no conceito de produção, Lefebvre identifica que a concepção de Marx e Engels é influenciada, inicialmente, pela importância que a produção tem no sistema filosófico de Hegel. No Idealismo Absoluto hegeliano, segundo Lefebvre,

A Ideia (absoluta) produz o mundo; depois do que a natureza produz o ser humano o qual, por sua vez, produz por suas lutas e seu trabalho, às vezes a história, o conhecimento e a consciência de si, portanto, o Espírito que reproduz a Ideia inicial e final. (LEFEBVRE, 2006, p. 105).

Para aqueles Marx e Engels, a produção possui uma ambigüidade resultante de dupla acepção, uma mais ampla e outra mais precisa, e a permanência de ambas

é que mantém a riqueza do conceito. Em sua acepção mais ampla, no mesmo sentido que os homens produzem sua vida, sua história, sua consciência, a sociedade produz sua história, sua forma artística, religiosa, política, jurídica, filosófica, ideológica e até mesmo a natureza é produzida ao ser apropriada e incorporada à vida social. A atividade criadora ou produtiva do homem em sua prática social acontece a partir dos recursos oferecidos pela natureza, cujas criações englobam “seres” distintos, como os seres vivos – animais, plantas, homem etc. – e seres inanimados – rochas, água, ar etc. Na acepção mais restrita, que se aproxima da acepção corrente dos economistas, a produção refere-se especificamente ao trabalho produtivo cujo objetivo é gerar produtos que podem ser trocados (LEFEBVRE, 2006, p. 105-106).

Assim, estabelece-se uma distinção entre o produto, que é resultante de ações repetitivas e que pode ser reproduzido, e a obra, que se caracteriza como algo insubstituível e único, oriunda de uma criação dotada de valor de uso e não de troca. O fator em comum encontrado tanto na produção criadora de obras quanto na produção repetitiva de coisas corresponde ao trabalho. Contudo, deve-se observar que o papel do trabalho é diferente no caso do criador, porque, nesse caso, ele domina todas as etapas de sua atividade produtiva. Para Lefebvre, a retomada desses conceitos de Marx e Engels permite revalorizar e tornar dialéticas as seguintes relações: “produção-produto”, “obra-produto” e “natureza-produção” (LEFEBVRE, 2006, p. 108-109).

Ao precisar o conceito filosófico hegeliano, Marx buscou destacar a atividade como uma racionalidade imanente do conceito de produção. Assim, a atividade produtiva é dispensada de possuir uma finalidade anterior e ulterior à ação propriamente dita e de apresentar uma razão preexistente, divina ou teleológico-metafísica que a oriente. Logo, seria possível transcender a oposição filosófica entre sujeito e objeto, assim como as construções teóricas que se baseiam nessa separação. Em vista disso, a racionalidade imanente à produção refere-se ao objetivo definido de produzir um objeto material e concreto, a partir de uma sequência de atos e operações encadeados no tempo e no espaço. Portanto, o conceito de produção em Marx mantém-se no universal concreto: a ação produtora é definida pela passagem incessante da temporalidade – sucessão, encadeamento –

para a espacialidade – simultaneidade, sincronização –, sendo que essa forma é inseparável da finalidade – energia empreendida para o atendimento de uma necessidade – e da estrutura – saber-fazer, habilidade, gestos (LEFEBVRE, 2006, p. 109-111). Desse modo, o conceito de produção pode ser empregado para analisar a gênese do espaço, tanto em épocas passadas quanto no contexto atual e futuro:

Este conhecimento [da produção do espaço] tem um alcance retrospectivo e um alcance prospectivo. Se a hipótese se confirma, ele reage sobre a história, por exemplo, e sobre o conhecimento do tempo. Ele permitirá melhor compreender como as sociedades engendraram seu espaço e seu tempo (sociais), quer dizer seus espaços de representação e suas representações do espaço. Igualmente, ele deverá permitir, não prever o futuro, mas fornecer elementos a serem colocados em perspectiva no futuro: ao projeto de um outro espaço e de um outro tempo numa sociedade outra, possível ou impossível... (LEFEBVRE, 2006, p. 136)

Lefebvre ressalta que o conceito de produção de Marx é utilizado de forma empobrecedora nos dois lados da ideologia política: (i) no campo da direita, a produção se atém à ideologia produtivista e do economicismo vulgar; e (ii) no campo da esquerda, os conceitos possuem vida própria desconectados da prática social, dos sujeitos das ações e dos objetos resultantes das mesmas (LEFEBVRE, 2006, p. 111). Portanto, essas concepções apresentam grandes limitações que reduzem as inovações teóricas propostas por Marx.

É importante destacar que a análise do espaço – em seu processo de produção – não corresponde ao espaço absoluto dos filósofos, ao espaço lógico e abstrato dos matemáticos ou o espaço físico e prático-sensível dos naturalistas, tampouco às variantes concebidas pelas ciências parcelares, como o espaço econômico e o espaço político. Contudo, também não se pode confundi-lo com um objeto de ficção ou uma idealidade de um signo, de uma ideia ou de uma representação (LEFEBVRE, 2006, p.112). O propósito de Lefebvre é descobrir no e pelo espaço as relações sociais que o engendraram, concebendo o espaço (social) como um produto (social) (LEFEBVRE, 2006, p. 50 e 55). Isso significa que ele não é uma coleção de coisas ou uma soma de fatos sensíveis, tampouco uma forma imposta à materialidade física como se fosse um recipiente vazio a ser preenchido por conteúdos diversos (LEFEBVRE, 2006, p. 51).

Apesar de ser um produto, ele diferencia-se dos demais por ser resultante de um conjunto de operações sociais historicamente encadeadas, reunindo, assim, tudo o que já foi produzido e suas relações em estado de coexistência e simultaneidade. As operações sociais passadas são, não de forma exata e imediata, objetivadas no e pelo espaço e, a partir daí, elas permitem, sugerem ou proíbem as ações presentes e futuras. Dentre essas ações podem ser identificadas, basicamente, dois tipos: (i) aquelas que contribuem para a produção do espaço e (ii) aquelas que consomem ou gozam os frutos dessa produção (LEFEBVRE, 2006, p. 111-112). De qualquer modo, é preciso deixar claro que o espaço (social), mesmo decorrente de uma sequência de ações passadas e contendo o potencial de transformação no futuro, é sempre presente. Portanto, a produção e o produto são inseparáveis, pois correspondem a dois aspectos de uma mesma realidade que busca ser apreendida pela teoria.

A teoria *reproduz*, com um encadeamento de conceitos, mas num sentido muito forte, o processo gerador: de dentro e não somente de fora (descritivamente) – como globalidade, passando portanto sem cessar do passado ao atual (e inversamente). [...] O passado deixou seus traços, suas inscrições, escrita do tempo. Mas esse espaço é sempre, hoje como outrora, um espaço presente, dado como um todo atual, com suas ligações e conexões em ato. De modo que a produção e o produto se apresentam como dois lados inseparáveis e não como duas representações separáveis. (LEFEBVRE, 2006, p. 111 – grifos do autor).

O espaço social não admite um esquema simplista entre atos sociais e lugares sociais, entre funções espaciais e formas espaciais, pois o espaço somente atribui forma aos atos sociais, tanto de sujeitos individuais quanto coletivos que nele se desenvolvem em seus diversos momentos de vida, por meio de um processo mediado. Portanto, além dos lugares de habitação e de produção, o espaço social precisa englobar ainda os lugares religiosos, simbólicos e políticos nos quais possam ser realizados os ritos de união sexual e morte simbólica, onde se localize a “realidade” superior, oposta às trevas, ligada à vida, à luz, ao verdadeiro, ao pensamento, ao saber e, indiretamente, ao poder constituído. É a prática social atualizando-se no e pelo espaço religioso-político, cuja composição evoca lugares subtraídos e reservados, por conseguinte, misteriosos. Existe ainda um espaço oposto ao religioso-político que é aquele dedicado à magia e à feitiçaria, também

reservado e subtraído, mas simbolicamente maldito e maléfico. E, finalmente, os espaços lúdicos, destinados às artes, considerados consagrados e benéficos. O último fundamento do espaço social refere-se ao interdito, o não-dito das comunicações entre os sujeitos da sociedade, o afastamento entre os corpos e as consciências que se desenrolam num espaço oculto, como, por exemplo, na vida subterrânea e reprimida das cidades (LEFEBVRE, 2006, p. 59-63).

Essa complexidade do espaço social tem por consequência duas implicações: a primeira refere-se ao distanciamento definitivo do espaço-natureza ou físico e a segunda, ao fato de que cada sociedade e seu correspondente modo de produção, incluindo sua diversidade e particularidades internas, produz o seu próprio espaço. Tem-se a elucidar que o espaço físico permanece como base do processo social, não apenas como cenário da natureza ou como símbolo e mito da originalidade, mas também por se transformar em utopia negativa, quando passa a ser considerada, pragmaticamente, apenas como matéria-prima a ser empregada pelas forças produtivas para produzir o seu espaço. Esse último aspecto acarreta na segunda implicação, posto que cada sociedade modela seu próprio espaço por meio da apropriação de seus centros e lugares diversos e do seu tempo e ritmos específicos da vida cotidiana.

Assim, o espaço contém e localiza, não sem conflitos e contradições, as relações de sociais de reprodução – aquelas bio-fisiológicas e de organização da família – e as relações de produção – aquelas que envolvem a divisão do trabalho e sua organização –, sendo que esses dois níveis da vida estão profundamente imbricados. No caso específico do capitalismo, sobretudo no neocapitalismo, a situação torna-se mais complexa com a existência de três níveis da vida humana: o da reprodução biológica – da família –, o da reprodução da força de trabalho – da classe operária como tal – e o da reprodução das relações sociais de produção – aquelas constitutivas da sociedade capitalista. Finalmente, além de sofrer interferência desse nível duplo ou triplo de relações sociais – de produção e de reprodução –, o espaço está ainda permeado de representações simbólicas que, no caso das relações de reprodução, referem-se, por exemplo, às diferenciações de masculino e feminino, da juventude e da velhice, e, no caso das relações de produção, correspondem aos edifícios, monumentos e obras de arte. A dimensão

simbólica pode servir tanto para “expor”, quando expressa em relações frontais e públicas, portanto, codificadas, quanto para “dissimular”, o que ocorre nas relações veladas, clandestinas, reprimidas, então, definidoras de transgressões (LEFEBVRE, 2006, p. 55-58).

Na sociedade neocapitalista, o espaço social adquiriu o mesmo status e processo global que a mercadoria, o dinheiro e o capital e, assim como eles, é “real”, é uma abstração concreta. Contudo, o espaço social também se distingue da mercadoria, do dinheiro e do capital, pois é um instrumento ao pensamento e à ação e é um meio de produção e controle, portanto, de dominação e potência. Em relação à sua característica de meio de controle, ressalta-se que, mesmo que forças sociais e políticas dominantes tentem controlá-lo e fixá-lo, o espaço produzido não pode ser subjugado, uma vez que ele contém, ao mesmo tempo, forças oriundas de relações contraditórias e conflituosas da sociedade, gerando um contínuo processo dialético.

Gerar (produzir) um espaço social apropriado, no qual a sociedade geradora toma forma apresentando-se e representando, apesar de não coincidir com ela e mesmo que seu espaço seja tanto sua queda quanto seu berço, isso não se realiza num dia. *Trata-se de um processo.* (LEFEBVRE, 2006, p. 60 - grifos do autor)

Lefebvre identifica que o espaço, enquanto categoria da “realidade”, ganha uma autonomia relativa, resultante de um longo processo que se intensifica no capitalismo e no neocapitalismo, introduzindo novas contradições (LEFEBVRE, 2006, p. 66-67), sem eliminar as antigas, pelo contrário, intensificando-as ou enfraquecendo-as, tendo por consequência a atribuição de um novo sentido ao conjunto da sociedade (LEFEBVRE, 2006, p. 186).

2.3.O distanciamento do urbanismo e do planejamento urbano frente à realidade sócio-espacial

A partir da fundamentação teórica elaborada por Lefebvre no que concerne à problemática do espaço, incluindo nisso as questões relativas ao urbano e à cidade, é possível realizar uma análise crítica das ciências parcelares, em geral – economia política, sociologia, geografia –, e das práticas científicas e técnicas, em particular – urbanismo, planejamento urbano, planificação –, além da implicação delas na produção do espaço a partir de meados do século XIX.

Lefebvre argumenta que a transição do domínio da industrialização para o domínio da urbanização é marcada por uma crise profunda da realidade e de incertezas sobre o futuro, o que ele denominou de “zona crítica” ou “campo cego” (LEFEBVRE, 1999, p.25 e p.33). Assim como nos tempos de Marx, em que não se vislumbravam as consequências da passagem do domínio rural para o domínio do industrial, também a mudança para um novo campo, o urbano, mostra-se “cegado”, pois desconhecido, e “cegante”, dado que os conceitos forjados pela teoria e prática da industrialização não são suficientes para elucidá-lo. A industrialização desenvolve-se junto à ciência moderna, cujas disciplinas parcelares apresentam um raciocínio analítico fragmentário e especializado que é redutor da realidade em formação, não consegue apreender a sua totalidade, como um conjunto da prática social: “O urbano (o espaço urbano, a paisagem urbana), não o vemos. Nós ainda não o vemos. Será simplesmente o olho formado (ou deformado) pela paisagem anterior que não pode ver um novo espaço?” (LEFEBVRE, 1999, p. 34 – grifos do autor).

A complexidade do fenômeno urbano, e analogamente ao espaço, não se esgota em nenhuma das ciências parcelares, pelo contrário, cada novo conhecimento especializado adquirido permite uma nova análise do fenômeno total (LEFEBVRE, 1999, p. 52-54). Na modernidade, as instituições científicas e culturais seguem a divisão social do trabalho que, no campo do conhecimento, corresponde ao trabalho intelectual. Dissimuladas sob as exigências “objetivas” da divisão técnica do trabalho, as instituições trabalham com setores e domínios, conceitos e teorias, procedimentos e métodos, transformando-os em hierarquia de prestígio e

rendimentos, em função de gestão e direção. A consagração desse modelo parcelar reforça a tendência de especialização. “Em tais condições, como atingir e mesmo visar a totalidade?” (LEFEBVRE, 1999, p. 61).

Em se tratando das práticas científicas e técnicas dominantes, Lefebvre (1999 [1970], p. 147-148) alerta que não se deve confundir urbanismo com o urbano, pois seria o mesmo que confundir a ideologia com a prática urbana. No plano teórico, a crítica radical ao urbanismo refere-se à sua pretensão de querer dominar e submeter à sua ordem o processo de urbanização, bem como a prática urbana (LEFEBVRE, 1999, p. 137). Nesse sentido, então, o urbanismo é definido como uma superestrutura da sociedade neocapitalista (ou capitalista de organização) que “organiza um setor que parece livre e disponível, aberto à ação racional: o espaço habitado. Ele dirige o consumo do espaço e do habitat. Enquanto superestrutura, ele se distingue, e é preciso distingui-lo fortemente, da prática, das relações sociais, da própria sociedade” (LEFEBVRE, 1999, p. 147).

Lefebvre (1999 [1970], p. 138-139) argumenta que “as boas intenções ideológicas” não servem de desculpa para a negligência da atividade urbanística perante a prática urbana - *praxis* - que se apresenta para o urbanista como um “campo cego”, já que ele não o vê, não o estuda e menos ainda o compreende. A partir dessa visão deturpada, o urbanista substitui a *praxis* por suas representações do espaço, da vida social, dos grupos e de suas relações. Ele não sabe de onde tais representações provêm, nem o que elas implicam, ou seja, as lógicas e estratégias a que servem. Nos termos da tríade da produção do espaço, pode-se afirmar que o urbanismo desenvolve-se na dimensão do espaço concebido/representações do espaço, menosprezando as outras duas dimensões não menos fundantes: o espaço percebido ou práticas espaciais e o espaço vivido ou espaços de representação. Para Lefebvre, mesmo no caso dos profissionais planejadores e planejadores, o pensamento sobre o espaço¹⁰

oscila entre a representação de um espaço vazio, quase geométrico, tão-somente ocupado pelos conceitos, pelas lógicas e estratégias no nível

¹⁰ A aplicação do argumento de Lefebvre pode ser encontrada em análises críticas de casos concretos para o contexto brasileiro, como em Cf. MARICATO, 2000 E LAGO, 2004.

racional mais elevado, e a representação de um espaço finalmente pleno, ocupado pelos resultados dessas lógicas e estratégias. (LEFEBVRE, 1999, p. 139).

Para compreender a crítica de Lefebvre no que se refere à prática urbanística, faz-se necessário buscar suas origens e seu desenvolvimento ao longo da História Ocidental. O urbanismo, de acordo com análise de Benévolo (1994), surgiu como uma técnica criada para corrigir os males da cidade industrial¹¹ e, em última instância, produzir novas formas espaciais que pudessem abrigar uma sociedade mais próxima dos ideais burgueses – liberdade, igualdade e fraternidade –, durante o período de consolidação do projeto de modernidade. O autor identifica, na segunda metade do século XIX, os primeiros teóricos que propunham alternativas para a cidade industrial, cujos modelos ideais abordavam, em maior ou menor grau, questões de ordem socioeconômica e/ou espaciais. Assim, as alternativas de organização espacial propostas pelos teóricos

polarizaram-se em dois casos extremos: ou se defendia a necessidade de recomeçar do princípio, contrapondo à cidade existente novas formas de convivência ditadas exclusivamente pela teoria, ou se procurava resolver os problemas singulares e remediar os inconvenientes isoladamente, sem ter em conta as suas conexões e sem uma visão global do novo organismo citadino. (BENEVOLO, 1994, p. 9).

De modo similar ao verificado por Benévolo, Choay (2007, p. 1) relaciona o surgimento do urbanismo com o período de consolidação da sociedade industrial, que possuía característica eminentemente urbana. Eram diversas as correntes de filosofia política e social, outras, inclusive, verdadeiras utopias, sendo que aquelas classificadas nos modelos¹² progressista e culturalista foram as mais significativas para a formação do pensamento urbanístico. Segundo Choay, o modelo urbanístico

¹¹ O termo “males da cidade industrial” foi utilizado por Leonardo Benévolo (1994) e essa pesquisa entende como tais os problemas decorrentes da dificuldade de provimento de adequadas condições de sobrevivência aos habitantes da cidade. Esses males sempre existiram, mas foram intensificados pelo aumento do número e da concentração de pessoas nas cidades europeias, por ocorrência das migrações campo-cidade no período de profundas mudanças da Revolução Industrial, iniciada em meados do século XVIII e que se estendeu até o século XX.

¹² Choay (2007, p. 7-14) define como “modelo” os tipos de projeção espacial de imagens de cidade futura.

progressista acreditava na possibilidade de determinar um padrão universal de indivíduo humano que é independente de todas as contingências e diferenças proporcionadas pelo lugar ou pelo tempo, ou seja, um homem-tipo que possui necessidades-tipo que podem ser deduzidas cientificamente. Nesse sentido, pode-se fazer analogamente o mesmo raciocínio para a organização espacial das cidades, definindo formas rígidas de ocupação e uso do solo urbano que atendam ao padrão de necessidades definidas para o homem-tipo, separando os locais de trabalho, de moradia, de lazer e de circulação¹³. Havia a crença de que o racionalismo, a ciência, a técnica e a tecnologia seriam capazes de solucionar os problemas decorrentes da relação entre o homem e a natureza, que haviam se tornado prementes na cidade industrial. “Esse pensamento otimista é orientado para o futuro, dominado pela idéia [sic] de progresso. A revolução industrial é o acontecimento histórico-chave que acarretará o devir humano e promoverá o bem-estar” (CHOAY, 2007, p. 8).

Por outro lado, o modelo urbanístico culturalista teve como premissa a análise do indivíduo a partir do agrupamento humano, considerando cada membro da comunidade como um elemento insubstituível. Nesse sentido, não existia a lógica do homem-tipo, mas a do indivíduo inserido na história e no contexto cultural, possuindo, portanto, particularidades e originalidades próprias. É estabelecida uma diferenciação entre a cultura e a civilização, enfatizando o primeiro conceito em detrimento do progresso civilizatório. Contudo, a acepção de cultura considerada pretendia-se estática no tempo e no espaço: “A temporalidade criadora não tem curso nesse modelo. Fundado sobre o testemunho da história, fecha-se à historicidade” (CHOAY, 2007, p. 14). Na origem desse modelo, encontra-se uma postura nostálgica que busca reviver um passado ideal, por meio da incorporação dessas formas passadas no espaço das cidades. “O escândalo histórico de que falam os partidários do modelo culturalista é o desaparecimento da antiga unidade orgânica da cidade, sob a pressão desintegradora da industrialização” (CHOAY, 2007, p. 10).

¹³ Para referências mais detalhadas a respeito das quatro funções na cidade e o zoneamento do espaço da cidade, conferir a Carta de Atenas publicada após o IV CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), realizado em 1933.

Para Choay (2007, p. 2), o urbanismo correspondia, em fins do século XIX, a “uma disciplina que se diferencia das artes urbanas anteriores por seu caráter reflexivo e crítico, e por sua pretensão científica”. Contudo, com o passar dos anos, conforme análise de Monte-Mór (MONTE-MÓR, 2007, p. 72), o urbanismo foi sendo transformado em matéria de estudo a partir da atuação dos arquitetos e foi se tornando “uma matéria despolitizada, quase um elemento físico-espacial a ser tratado segundo uma visão formal-estética”. Essa postura tornou-se hegemônica a partir da expansão e legitimação das soluções da arquitetura e do urbanismo modernistas, baseados no modelo progressista-racionalista, em detrimento das demais correntes que eram, inicialmente, suas concorrentes ideológicas. Como identificado por Harvey (2008), o modelo urbanístico progressivo-racionalista, em parceria com os preceitos da arquitetura modernista, consolidou-se a partir do período do pós-II Guerra Mundial, quando foi empregado na reconstrução das cidades europeias destruídas pela guerra e nas cidades norte-americanas que estavam passando por um processo de “urbanização predatória”:

Os problemas políticos, econômicos e sociais enfrentados pelos países capitalistas avançados na esteira da Segunda Guerra Mundial eram tão amplos quanto graves. (...) Para se manter democráticas e capitalistas, as políticas do pós-guerra tinham que tratar de questões de pleno emprego, da habitação decente, da previdência social, do bem-estar e das amplas oportunidades de construção de um futuro melhor.

(...) havia em toda parte a tendência de considerar a experiência de produção e planejamento de massa da época da guerra um meio de lançar um amplo programa de reconstrução e reorganização. (...) Foi esse o contexto em que as ideias [modernistas] do CIAM, Le Corbusier, de Mies van der Rohe, de Frank Lloyd Wright e outros puderam ter a aceitação que tiveram, menos como força controladora das ideias sobre a produção do que como quadro teórico e justificativa para aquilo que engenheiros, políticos, construtores e empreendedores tinham passado a fazer por pura necessidade social, econômica e política. (HARVEY, 2008, p. 71)

Desde seus primórdios, o urbanismo propunha experiências como a construção de novas cidades. Ao longo dos anos, esses projetos derivaram em experiências de cidades particulares monoindustriais ou mesmo de vilas operárias e em experiências de bairros-jardins que buscavam solucionar os males urbanos a partir de projetos acabados, isto é, “como uma obra a ser construída e edificada em sua totalidade, o ‘dono’ da cidade tomava a si a função de implementação” (MONTE-

MÓR, 2007, p. 73). Contudo, ao longo do século XX, o paradigma de intervenção sobre a espacialidade da cidade foi sendo alterado: de atividades de projeto de novos espaços urbanos para atividades de planificação e planejamento urbano.

A partir dos anos de 1980, a pós-modernidade traz consigo uma releitura da paisagem urbana e, conseqüentemente, das formas de atuação sobre o tecido urbano das cidades. Segundo Zukin (1996, p. 205), “Se, de um lado, nenhum discernimento separa as cidades modernas das pós-modernas, de outro sentimos uma diferença na maneira de organizarmos aquilo que vemos.” As intervenções urbanísticas e de planejamento deixaram de ter um caráter global e padronizador para adquirir contornos culturais e de retorno ao lugar¹⁴. No que se refere ao reflexo da pós-modernidade sobre a maneira de atuar sobre a cidade, Arantes (1996, p. 239-240) observa que as intenções das primeiras alternativas de intervenção pós-modernas propunham regenerar o tecido urbano por meio de processos de revitalização dos espaços, absorvendo aspectos culturais da identidade local e reforçando laços sociais. Contudo, o que se concretizou foi a fragmentação das intervenções de maneira cada vez mais pontual e restrita, processo que se intensificou com a adoção do modelo pelos poderes político-econômicos hegemônicos. Para Arantes (1996, p. 240), “a ideologia do Plano acabava sendo substituída por outra não menos integrada – a ideologia da diversidade, em que os conflitos são maquiados por uma espécie de estetização do heterogêneo”. Nesse sentido, para a autora, a lógica não é outra senão a adaptação do paradigma de intervenção urbana ao contexto socioeconômico, político e cultural, de maneira a perpetuar as condições dominantes de reprodução material da sociedade.

Essa lógica de intervenções pontuais e restritas em contraponto aos planos compreensivos culminou no chamado planejamento estratégico e foi decorrente da crise do tradicional modelo de planejamento tecnocrático-centralizado-autoritário. O planejamento estratégico foi sendo difundido no Brasil e na América Latina pelas agências multilaterais (BIRD, Habitat) e por consultores internacionais, enfatizando sobremaneira o “sucesso” desse modelo nas intervenções na cidade catalã de Barcelona para as Olimpíadas de 1992. Os conceitos e técnicas desse modelo são

¹⁴ Segundo Arantes (1996, p. 236), o lugar pode ser entendido como corte estrutural de espaço e tempo, condensação simultânea de vários tempos e valores históricos.

oriundos do planejamento empresarial, sistematizados pela Escola de Negócios de Harvard e difundidos como o “*único meio eficaz* para fazer frente às novas condições impostas pela globalização às cidades e aos poderes locais” (VAINER, 2000, p. 78 – grifos do autor). A crítica de Vainer (2000) ao modelo estratégico baseia-se no fato de que ele pretende pensar, planejar e gerir a cidade como se fosse uma empresa em um cenário internacional competitivo, assim ela deveria também ser dirigida como uma empresa e ser vendida como uma mercadoria. Nesse sentido, é utilizado o marketing urbano, como uma esfera de planejamento e gestão das cidades, que vai, a partir do diagnóstico local, identificar a vocação de cada cidade e os tipos de consumidores que virtualmente se interessariam por seus atributos, que, em última instância, correspondem aos insumos valorizados pelo capital transnacional: espaços para feiras e convenções, parques industriais, comunicação e comércio, segurança etc. Finalmente, a cidade é proposta como uma pátria, mas em crise, portanto, demandante de um projeto de cidade que restabeleça a paz e a estabilidade a partir de um necessário consenso social que autoriza a prática autoritária. Assim, devidamente justificado pela crise, não haveria espaço na escala da cidade para o exercício da política no sentido da *polis* – espaço de encontro e confronto entre cidadãos.

Paralelamente, nas últimas três décadas, o Brasil passou por uma série de transformações político-sociais, com destaque para o processo de redemocratização do Estado Nacional, com consequências marcantes para a política e gestão urbanas. Foram incluídos dois artigos – Art. 182 e Art. 183 – fundamentais na Constituição Federal de 1988, já garantindo a municipalização da política de desenvolvimento urbano e instituindo a noção de função social da propriedade urbana a ser definida por cada Plano Diretor Municipal. Mais de uma década depois, foi aprovada a lei federal 10.257/2001, conhecida como “Estatuto da Cidade”, que regulamenta os dois artigos citados da Constituição e estabelece as diretrizes gerais da política urbana. Em 2003, é criado o Ministério das Cidades e o Conselho das Cidades e, em 2004, é lançada a Campanha Nacional dos Planos Diretores Participativos com o objetivo de engajar a população na elaboração e revisão dos planos municipais, conforme disposto na legislação federal pertinente. Além disso, de acordo com Santos Junior (2008, p. 136.), desde a década de 1990, vêm sendo reconfigurados as formas e os processos de tomadas de decisão, tanto por parte do

Poder Público quanto dos novos atores sociais, por meio de canais de participação e de gestão democrática, como conferências, conselhos municipais e orçamentos participativos. Nesse contexto, desenvolve-se outro modelo de planejamento baseado na utopia da cidade democrática. Para Vainer (2003, p. 26.), a palavra utopia é utilizada propositalmente para contrastar com os proclamados “realistas” que abdicam de projetos transformadores para “ter os pés no chão”, mas cuja consequência é o conformismo e a manutenção do *status quo*. Por conseguinte, a utopia de cidade é entendida pelo autor como um modelo ideal de cidade. Assim, na utopia de cidade democrática busca-se a construção dos cidadãos, “que, ao se construírem, constroem também a cidade.” (VAINER, 2003, p. 30). É a partir da política democrática e participativa e na atuação cidadã que o autor acredita ser possível de modelar e consolidar outro projeto de cidade e de sociedade (VAINES, 2000, p. 101 e 2003, p. 31).

Assim, pode-se traçar, de maneira geral, uma linha histórica de desenvolvimento do urbanismo e do planejamento urbano: (i) inicialmente, tem-se o surgimento das primeiras utopias que buscavam soluções alternativas para os males da cidade industrial ainda no século XIX; (ii) em um segundo momento, o surgimento do urbanismo, como ciência e técnica, na passagem entre os séculos XIX e XX; (iii) em seguida, a difusão e consolidação do modelo urbanístico progressista-racionalista e da arquitetura modernista por todo o Ocidente no período pós-II Guerra Mundial; (iv) depois, as intervenções pontuais e estratégicas do planejamento urbano pós-moderno a partir da década de 1980; (v) e, finalmente, o embate entre dois modelos de planejamento – o estratégico e o democrático – que correspondem a utopias bastante diferentes de cidade. Cada um deles orientam suas próprias políticas, estratégias, conceitos e projetos, sendo utilizados, muitas vezes, simultaneamente, nas mesmas cidades e contextos. Apesar de, atualmente no Brasil, o arcabouço jurídico-institucional privilegiar o planejamento democrático, ainda se identifica muito da influência da ideologia do planejamento estratégico em planos urbanísticos e intervenções projetuais concretas.

A partir disso, podem-se questionar os limites de intervenção da técnica urbanística sobre um ambiente construído e moldado por um processo que engloba várias dimensões – social, econômica, política e cultural – dialeticamente

relacionadas. A prática do urbanismo não incorreria na armadilha de se tornar uma técnica que trata as consequências, sem se ater às causas? Não poderia se tornar um paliativo ou, pior, uma máscara para esconder problemas mais profundos? A especialização das áreas de conhecimento – arquitetura, urbanismo, engenharia, sociologia, antropologia, economia – e suas respectivas atividades profissionais ligadas ao espaço não reforçaria a tendência de dissociar a manifestação dos fenômenos das suas causas?

Lefebvre (1999, p. 137-138 e p. 143) considera que o urbanismo encerra uma ilusão e, enquanto representação, não passa de uma ideologia, na medida em que acredita em possuir um caráter unitário englobando, ao mesmo tempo, arte e ciência, conhecimento e técnica. Entretanto, em um exame minucioso, o urbanismo dissocia-se e podem ser identificados diferentes urbanismos: o dos humanistas, o dos promotores imobiliários, o do Estado e dos tecnocratas. O termo “ilusão” não tem caráter depreciativo nem se personifica, dado que ele vem de mais longe e mais alto do que os erros intelectuais e individuais, correspondendo às mais tenazes e eficazes: as ilusões de classe.

Desse modo, a ilusão urbanística é ligada a duas outras: a ilusão filosófica e a ilusão estatista. A primeira pretende encerrar a totalidade da realidade em seu(s) sistema(s), imaginando que a cada nova sistematização seja possível atingir um encerramento mais hermético que o dos seus precedentes. A atividade filosófica não é somente respeitável, como, em muitas ocasiões, ainda compete com a obra de arte por seu caráter único, precioso e insubstituível. Contudo, “há sempre mais no mundo que numa filosofia” (LEFEBVRE, 1999, p. 138) e ela só deixa de ser uma ilusão quando entende que a perfeição imanente só se refere ao sistema como tal e que não existe uma sistematização cuja perfectibilidade seja indefinida. Já a segunda, a ilusão estatista, consiste no projeto de Estado, ao mesmo tempo, colossal e irrisório, que pretende saber e ser gestor dos “assuntos de várias dezenas de milhões de sujeitos”, erigindo-se “tanto como diretor da consciência, quanto administrador superior”, como uma espécie de Deus personificado (LEFEBVRE, 1999, p. 138). Esse espírito elevado parece ser a premissa dos projetos e ambições dos homens que se dizem do Estado, não importando o nível de sua importância política ou tecnocrática.

Legitimadas em nome do Estado, as proposições urbanísticas limitam-se à busca pela “organização” do espaço, não compreendendo nem as atividades produtivas nem a própria produção do espaço. Na estratégia de sobrevivência do neocapitalismo, o espaço entra na produção da mais-valia, incluindo uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de decisão, as novas centralidades do espaço urbano. Entretanto, essa operação estratégica é encoberta pelo urbanismo sob uma aparência positiva, humanista e tecnológica, oprimindo o simples habitante da cidade à função de habitar – o habitat – e à função de comprador de espaço – realizando a mais-valia. Sendo assim, apesar parecer de objetivo, dado seu caráter estatista e por ser balizado por conhecimentos e competências específicas, ele é um urbanismo de classe, ideológico e instrumento do poder, uma vez que encerra uma estratégia de classe e uma lógica particular que são ignorados ou mesmo desconsiderados. A partir daí, a ideologia urbanística e sua aplicação oprime a prática real por suas representações, por sua presunção, muitas vezes ingênua ou dissimulada, de manipular favoravelmente as coisas e as pessoas, de criar vida social e relações humanas a partir de suas ações sobre o espaço. Porém, a própria atividade urbanística está inserida nas relações de produção e, ao invés de comandar, seus executores cumprem as ordens do Estado capitalista, obedecendo a uma encomenda social que se refere ao último objeto de troca, ao produto (mercadoria) supremo do século XX: o espaço. (LEFEBVRE, 1999, p. 139-142 e 147). Assim, o urbanismo deixa de ser neutro e o espaço passa a ser político.

Contudo, o urbanismo não é só feito de pontos negativos, uma vez que sua atividade reúne sistematicamente dados e informações, antevendo e, às vezes, explorando as novas raridades, tais como o espaço, o tempo, o desejo, e os elementos naturais, ar, água, terra e sol. Tais elementos sucedem às antigas raridades, como o alimento e os meios de subsistência, pelo menos no contexto das sociedades capitalistas avançadas. A leitura do espaço realizada pelos urbanistas conduz à leitura da natureza e à questão de sua devastação, além de levar à percepção da importante relação entre o homem e a natureza. Nesse sentido, Lefebvre afirma que

Às vezes, o discurso urbanístico articula-se com o da prática urbana. Uma imagem deformada do futuro e do possível contém, entretanto, alguns de seus traços e indícios. A parte *utópica* dos projetos urbanísticos (em geral mascaradas por técnicas e pelo abuso do tecnicismo) não deixa de ser interessante, enquanto sintoma precursor, anunciando a problemática sem explicitá-la. (LEFEBVRE, 1999, p. 146 - grifos do autor).

Em se tratando das práticas científicas e técnicas, Lefebvre enfatiza que sua crítica em relação ao urbanismo¹⁵ e à planificação¹⁶ é de esquerda e difere-se da crítica de direita (neo)liberal. Essa última ataca o urbanismo com objetivo de deixar a produção do espaço livre aos promotores imobiliários, a fim de perpetuar os ciclos de acumulação de capital. Por outro lado, a crítica radical de esquerda e pela esquerda ataca a ilusão urbanística de maneira a abrir uma via em direção à prática urbana e à teoria dessa prática, buscando o desenvolvimento geral da sociedade em detrimento do crescimento econômico quantitativo. Assim, o radicalismo da crítica efetiva-se quando recusa o próprio Estado, seu papel, sua estratégia e sua política do espaço, no sentido de reduzi-lo a uma função subordinada à *sociedade urbana* (LEFEBVRE, 1999, p. 147).

Portanto, a crítica radical ao urbanismo e atividades correlatas não tem por objetivo invalidá-los totalmente, mas revelar suas ilusões e ideologias, efetivadas em suas dominantes representações do espaço ou espaço concebido, no sentido de integrá-las à prática espacial ou espaço percebido – e aos espaços de representação ou espaço vivido, sintetizando dialeticamente essa tríade numa prática social engajada e democrática.

¹⁵ Lefebvre (1999, p. 137-148) analisa o urbanismo entendendo-o como uma ilusão ligada a outras duas: a ilusão filosófica e a ilusão estatista.

¹⁶ Lefebvre (2008a, p. 58-78) critica o urbanismo e a planificação, considerando que todo espaço é político e, portanto, existe necessariamente uma política do espaço que insere estratégias conscientes ou inconscientes de ordenação do mesmo.

3. A “LENTE DO ESPAÇO VIVIDO” APLICADA NA ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

O conceito de espaço, para Lefebvre (2006, p. 196), somente adquire todo o seu alcance quando ele é religado à prática social, ao mesmo tempo, espacial e significativa, pois ele não reúne somente a produção material de bens, coisas, objetos, móveis, casas etc., mas também o processo produtivo considerado em um nível mais elevado, englobando a ciência e os conhecimentos acumulados, além de abrigar o processo criador livre, o processo significativo, o “reino da liberdade”, criador de obras, de sentido e de gozo, que surge no momento em que cessa o trabalho ditado pelas necessidades cegas e imediatas.

Antes de produzir o espaço e de se reproduzir no espaço, cada corpo vivo é um espaço e tem o seu próprio espaço, engendrado também pelas subjetividades, simbolismos, imagens e desejos que não se refletem no espaço de uma maneira imediata. Nesse sentido, Lefebvre (2006, p. 238) afirma que essa relação entre o corpo e o espaço é notável, pois “o corpo, com suas energias disponíveis, o corpo vivo, cria ou produz seu espaço: inversamente, as leis do espaço [...] são aquelas do corpo vivo e do desenvolvimento de suas energias”. De início, o espaço é qualificado pelo corpo na dimensão do que é vivido na cotidianidade. Assim, é por meio de seu uso, em função daquilo que o favorece ou o ameaça, que os atributos do espaço são determinados. Logo, o vivido já possui uma racionalidade interior, ele produz a explosão, a imagem e a orientação do corpo, bem antes do espaço pensado e representado (concebido) (LEFEBVRE, 2006, p. 242-243). No limite, para Lefebvre (2006, p. 233-234), o espaço do gozo é aquele verdadeiramente apropriado.

Nesse sentido, o geógrafo e sociólogo suíço Christian Schmid¹⁷ (2012, p. 91) salienta que a teoria lefebvrina não apreende a sociedade apenas como uma

¹⁷ Dentre as várias publicações do autor sobre a teoria de Henri Lefebvre, além da referência utilizada nessa pesquisa, destacam-se: SCHMID, Christian. *Stadt, Raum und Gesellschaft – Henri Lefebvre und die Theorie der Produktion des Raumes*. Stuttgart: Steiner, 2005. (*Cidade, espaço e sociedade – Henri Lefebvre e a teoria da produção do espaço - tradução nossa*); GOONEWARDENA, Kanishka; KIPFER, Stefan; MILGROM, Richard; SCHMID, Christian (orgs.). *Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre*. London: Routledge, 2008. (*Espaço, Diferença, Vida Cotidiana: Interpretando Henri Lefebvre - tradução nossa*).

totalidade espaço-temporal formado por uma soma de corpos e matérias, ações e práticas, pois nela é ainda fundamental compreender os seres humanos em sua corporeidade e sensualidade, em sua sensibilidade e imaginação, em seus pensamentos e ideologias. A concepção do “ser humano” de Lefebvre (1999, p. 67-68) não se limita às necessidades biológicas, materiais e práticas, aquelas inscritas nas coisas e na linguagem, pois inclui ainda os desejos, as vontades e os querereres subterrâneos que fazem a miséria e a grandeza do homem, que explicitam o seu caráter dramático e conflituoso, suas desarmonias e disfunções, que o levam ao seu fim: a sua morte.

Logo, tomando como premissa que a dimensão do espaço vivido é aquela mais próxima do “ser humano”, do corpo, do gozo e da liberdade criadora, potencialmente revolucionária, este capítulo pretende formular a construção da ferramenta teórica aqui chamada de “Lente do espaço vivido”. Complementarmente, foi elaborado o conceito de apropriação, de modo a aplicar essa ferramenta a uma situação concreta: a apropriação da cidade de Belo Horizonte pelos blocos de carnaval de rua. A utilização da noção de apropriação visando ao estudo do espaço vivido justifica-se pelo fato de que ela está sendo entendida como uma prática social que transforma a realidade (natureza) não somente em seus aspectos objetivos e concretos, mas também a partir dos “dados da ‘vivência’, do tempo, do espaço, do corpo e do desejo” (LEFEBVRE, 2008b, p. 124). Assim, a noção de apropriação opõe-se ao de dominação, já que esse último produz um espaço dominado pelo poder político e por suas técnicas: um espaço fechado, esterilizado e vazio (LEFEBVRE, 2006, p. 231).

Portanto, na perspectiva da teoria lefebvriana, incorporar a ideia de apropriação é fundamental para qualquer projeto de sociedade que se pretenda efetivamente transformador: “Uma reapropriação do corpo ligada à reapropriação do espaço faz parte integrante de todo *projeto* atual, utópico ou realista, se ele evita a mediocridade pura e simples.” (LEFEBVRE, 2006, p. 233 - grifos do autor).

3.1. A construção da “Lente do espaço vivido” como ferramenta teórica

A palavra “lente” em sua acepção denotativa significa um disco de cristal utilizado para ampliar ou reduzir a imagem que se tem da realidade visível. Assim, a expressão “Lente do espaço vivido” é uma analogia visual, escolhida para nomear a ferramenta teórica proposta, que tem a intenção de trazer à vista, diante dos olhos, as práticas sócio-espaciais e as novas questões trazidas pelo urbano, ambas ocultadas pelo “campo cego” (LEFEBVRE, 1999, p. 33 e p. 35-37). Essa expressão inspira-se e justifica-se nos termos visuais utilizados significativamente por Lefebvre (1999), como os conceitos de “cegante” – a fonte luminosa, o conhecimento ou a ideologia, que se projeta sobre a realidade –, e de “cegado” – ao mesmo tempo, olhar ofuscado pela iluminação e a zona da realidade deixada à sombra do conhecimento (LEFEBVRE, 1999, p. 38).

Lefebvre (1999, p. 35) argumenta que o olhar é educado em cada época, atento aos fenômenos e práticas sociais, às sensações e percepções, às imagens, conceitos, linguagens, teorias, aos espaços e tempos. Todavia sempre existe algo que escapa a ele, não somente pela ausência de educação desse olhar, mas também pela ocultação decorrente dos aspectos complexos dos espaços e relações. Nesse sentido, ele afirma que “O que olhamos, na verdade, não enxergamos. Quantas pessoas percebem ‘perspectivas’, ângulos e contornos, volumes, linhas retas ou curvas, mas não podem ver, nem conceber, percursos múltiplos, espaços complexos!” (LEFEBVRE, 1999, p. 36). Desse modo, quando a realidade transforma-se, o olhar cultivado em épocas anteriores não consegue apreender todos os aspectos do espaço e das paisagens engendradas pelo novo contexto. E é essa cegueira do não-ver e do não-saber que acaba por implicar uma ideologia.

Logo, a fase inicial da construção do conhecimento de uma nova realidade é marcada pela apresentação dos fatos e dos conjuntos de fatos que são percebidos e agrupados. A seguir, há a fase de re-apresentação na qual esses fatos são interpretados e é nesse momento que os campos cegos instalam-se. Em cada uma dessas fases e entre elas, intervêm ainda os desconhecimentos e os mal-entendidos: “O cegante (os conhecimentos que se adotam dogmaticamente) e o cegado (o desconhecido) são complementares na cegueira.” (LEFEBVRE, 1999, p.

37). Lefebvre (1999 [1970], p. 37) argumenta que não se trata somente de uma distinção trivial entre o que é iluminado pelo conhecimento e o que fica ofuscado pela luz ou escondido na sombra, pois também existe simplesmente aquilo que não se sabe e aquilo que não se pode elucidar. Nesse contraste entre cegante e cegado, o autor demonstra possibilidades, pois, de um lado, abre-se uma via para a exploração e, de outro, barreiras a romper e sanções a transgredir (LEFEBVRE, 1999, p. 38).

O segundo elemento da ferramenta teórico-metodológica refere-se ao “espaço vivido”, conceito desenvolvido por Lefebvre (2006; 2008a) em sua teoria sobre a produção do espaço. O objetivo dessa teoria não é apreender o espaço como um dado *a priori*, mas é compreender no espaço o desenvolvimento de uma atividade social. Para tanto, o autor fez a distinção entre o espaço geométrico/mental e o espaço social, pois é esse último o seu objeto de análise. A partir de sua concepção do espaço (social), Lefebvre propõe sua tese central da produção do espaço: toda sociedade (e seu modo de produção) produz o “seu” próprio espaço (LEFEBVRE, 2008a, p. 55). Essa produção do espaço no sentido amplo, trata-se ainda, na sociedade neocapitalista, “da produção de relações sociais e da reprodução de determinadas relações. É nesse sentido que o espaço inteiro torna-se o lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade, etc.” (LEFEBVRE, 2008a, p. 48-49).

Apoiado na ideia de globalidade, Lefebvre (2006, p. 30-33) buscou formular uma teoria engendrada pela descoberta da unidade entre os três grandes “campos” especializados do conhecimento, que correspondem: (i) ao *físico* que lida com a natureza e o cosmos; (ii) ao *mental* que trata da lógica e da abstração; e, (iii) ao *social*, aquele da prática social, que aborda o imaginário, os símbolos, as projeções e as utopias. O autor afirma que, no curso do Logos ocidental, a construção do conhecimento sempre incorreu na dificuldade de conectar as abstrações teóricas à realidade concreta e o mesmo aplicava-se à problemática do espaço (LEFEBVRE, 2006, p. 18-19). Assim, cavou-se um abismo entre os conceitos de espaço de cada um desses campos, em nome do rigor formal e das necessidades metodológicas de análise.

Para o Lefebvre, não se produziu uma ciência do espaço, pois, mesmo existindo um grande número de publicações e trabalhos sobre o tema, eles resultaram apenas em descrições e recortes, “*inventários do que há no espaço*”, e, “no melhor dos casos, a um discurso *sobre o espaço*” (LEFEBVRE, 2006, p. 25 - grifos do autor). O autor concluiu que, na falta de um conhecimento teórico consistente, a produção intelectual acabou transferindo para o discurso e para a linguagem (para o espaço mental) grande parcela dos atributos e propriedades do espaço social (LEFEBVRE, 2006, p. 25).

Na tentativa de formular a teoria unitária do espaço, reunindo as questões levantadas pelos três distintos “campos” do conhecimento – físico, mental e social –, Lefebvre elabora a tese de que a produção do espaço ocorre a partir da interação dialética entre três dimensões: (i) a prática espacial ou espaço percebido; (ii) as representações do espaço ou espaço concebido; e (iii) os espaços de representação ou espaço vivido (LEFEBVRE, 2006, p. 58-59 e 65-66).

Para Lefebvre (2006, p. 58-59 e 65-66), a prática espacial engloba as relações de produção e de reprodução, os lugares e conjuntos espaciais próprios relativos a cada formação social. É por meio da prática espacial que a sociedade produz seu espaço e, por outro lado, é modificada por ele, transformando-o não apenas pela apropriação, mas também pela dominação. No contexto do neocapitalismo, a prática espacial associa, no espaço percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo), a realidade urbana (os lugares de habitação, trabalho, dos lazeres, etc.) e os percursos e redes que os conectam.

Por outro lado, de acordo com Lefebvre (2006, p. 58-59 e 65-66), as representações do espaço estão ligadas às relações de produção e à sua imposição de ordem, portanto, às relações frontais e de dominação. As representações do espaço utilizam-se dos conhecimentos, dos signos e dos códigos, o que quer dizer que é o espaço concebido dos cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas e de alguns artistas próximos da cientificidade. As concepções do espaço tendem, com alguma reserva, para um sistema de signos verbais.

Finalmente, Lefebvre (2006, p. 58-59 e 65-66) define os espaços de representação que são aqueles vividos por meio de imagens e símbolos, portanto o espaço dos habitantes, usuários e de certos artistas e filósofos. A dimensão do

vivido enfatiza o uso e o seu valor de uso do espaço, em detrimento do seu valor de troca. É o espaço dominado que tenta ser modificado e apropriado por meio da imaginação. É ligado ao clandestino e ao subterrâneo da vida social, mas também à arte. Os espaços de representação utilizam de simbolismos complexos e tendem para sistemas de símbolos e signos não-verbais.

É importante esclarecer que Lefebvre utiliza o conceito de símbolo para se referir à ambígua e complexa atribuição de sentidos, emoções e significados dos homens sobre os aspectos objetivos da realidade. Assim, esta pesquisa não busca compreender a questão simbólica e cultural da apropriação do espaço como um estudo da percepção ou subjetividade de cada indivíduo, mas elaborar os aspectos simbólicos como fatos sociais gerados por grupos sociais em suas práticas sócio-espaciais. Nesse sentido, Lefebvre afirma que

O símbolo, assim, entra nas estruturas e ideologias sociais como um pilar para a ideologia e o fetiche. Ele constitui a base do imaginário social, que é diferente do imaginário individual. Conseqüentemente há também uma distinção clara entre a função filosófica do imaginário e a função social do símbolo (LEFEBVRE¹⁸, 1966 apud SCHMID, 2012, p. 98).

Portanto, a ferramenta teórico-metodológica chamada “Lente do espaço vivido” pretende analisar o espaço social focalizando na sua apropriação simbólica, imaginativa e criativa, realizada a partir das práticas cotidianas dos habitantes, usuários e artistas. Contudo, isso não significa que a ferramenta se propõe a analisar o espaço vivido isoladamente. Pelo contrário, o objetivo é apreender o espaço (social), partindo da dimensão do vivido, mas relacionando-o dialeticamente com as outras duas dimensões da tríade de produção do espaço: o espaço percebido e o espaço concebido.

De acordo com Schmid (2012, p. 96), Lefebvre apenas esmiuçou sua lógica dialética tridimensional em seus últimos trabalhos¹⁹, considerando-a como um

¹⁸ LEFEBVRE, Henri. *Le langage et la société*. Paris: Gallimard, 1966. 376 p.

¹⁹ Cf. LEFEBVRE, Henri. *La Presence et L'absence – contribution à la théorie des représentations*. Paris: Casterman, 1980. (*A presença e a ausência – contribuição à teoria das representações - tradução nossa*); e LEFEBVRE, Henri. *Le Retour de la Dialectique*. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986. (*O retorno da dialética - tradução nossa*).

desenvolvimento complementar das formulações teóricas antecessoras sobre a dialética elaboradas por Hegel, Marx e Nietzsche. De acordo com a análise de Schmid (2012, p. 95-96), a dialética lefebvriana é uma análise triplamente avaliada, na qual as três dimensões possuem o mesmo valor e relacionam-se de maneira variada e complexa, triunfando uns sobre a negação dos outros, o que possibilita a descoberta do sentido, do horizonte de possibilidades, incertezas e probabilidades, “e isso permite a formulação de uma estratégia – sem a certeza de se atingir o objetivo” (LEFEBVRE apud SCHMID, 2012, p. 96).

Desse modo, a ferramenta teórica da “Lente do espaço vivido” busca fazer um papel de mediação entre a escala local que se refere ao estudo da apropriação do espaço por seus habitantes e a escala global das estruturas e processos da sociedade, posto que, se as práticas da vida cotidiana (do vivido) influenciam na produção do espaço, são as relações estabelecidas pelo modo de produção capitalista e pelo Estado as que possuem maior força nesse processo de produção. Logo, esses poderes dominantes devem ser considerados mesmo quando se pretende fazer uma análise de processos e práticas sócio-espaciais que se desenvolvem em uma dimensão local. Para os fins específicos desta pesquisa, essa ferramenta será utilizada para analisar a apropriação temporária, simbólica e festiva das ruas da metrópole belo-horizontina pelos blocos de carnaval contemporâneos.

3.2.A prática sócio-espacial da apropriação como condição para o efetivo exercício do Direito à cidade

Lefebvre²⁰ (1978 apud CARLOS, 2011, p. 72; LEFEBVRE, 2008b, p. 124) elabora um conceito filosófico de apropriação, considerando-a como uma ação não predatória do homem sobre a natureza, transformando-a em bens sociais, sendo a meta, o sentido e a finalidade da vida social. Nesse sentido, a natureza é entendida de maneira mais ampla, abrangendo o corpo e a vida biológica, o tempo e o espaço dados. A acepção do termo apropriação é oposta à outra modalidade de ação dos grupos humanos sobre a natureza material: a dominação que, por meio da técnica, não transforma, mas arrasa a natureza material, “permitindo às sociedades substituí-las por seus produtos” (LEFEBVRE²¹, 1978 apud CARLOS, 2011, p. 72).

Para Lefebvre (2006, p. 233), os conceitos de apropriação e dominação não são necessariamente antagônicos. Contudo, eles podem se tornar contraditórios, em decorrência das forças de acumulação que se apresentam ao longo da história da humanidade. Assim, a dominação poder-se-ia intensificar por meio do papel do Estado, das forças armadas e do poder político, engendrando um movimento conflituoso até a vitória opressiva de um dos termos – a própria dominação – e a redução extrema do outro – a apropriação –, sem a eliminação completa desse último.

A noção de apropriação utilizada por Lefebvre baseou-se nas ideias esboçadas por Karl Marx em sua juventude e publicadas postumamente no livro intitulado *Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844* (ANDRADE; MARTINS apud LEFEBVRE, 2008a, p. 181). Para Marx, a relação entre homem e objeto acontece por meio da apropriação, por meio do seu próprio corpo e dos seus sentidos humanos, considerando não apenas os cinco sentidos (visão, audição, paladar, tato e olfato), “mas também os assim chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor, etc.)” (MARX, 2004 [1932], p. 110). Marx amplia o conceito de apropriação à escala social, considerando que o homem não se perde em seu

²⁰ LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. 4. ed. Barcelona: Península, 1978.

²¹ Idem.

vínculo com o objeto, somente quando ele se transforma em objeto social e também o próprio homem se torna um ser social. O autor concebe que o homem, na sua *praxis*, apenas se relaciona humanamente com os objetos se os objetos se relacionam humanamente com o homem – “O olho se tornou olho humano, da mesma forma como o seu objeto se tornou um objeto social, humano, proveniente do homem para o homem.” (MARX, 2004 [1932], p. 109) – e, analogamente, acontece o mesmo com a relação entre os homens:

Da mesma maneira, os sentidos e o espírito do outro homem se tornaram a minha *própria* apropriação. Além desses órgãos imediatos formaram-se, por isso, *órgãos sociais*, na *forma* da sociedade, logo, por exemplo, a atividade em imediata sociedade com os outros, etc., tornou-se um órgão da minha *externação de vida* e um modo de apropriação da vida *humana*. (MARX, 2004 [1932], p. 109 - grifos do autor)

Esse vínculo entre os homens e os objetos e entre os próprios homens efetiva-se no mundo objetivo não somente a partir do pensamento, mas também a partir de todos os sentidos humanos (MARX, 2004 [1932], p. 110). De acordo com Marx, toda essa rede de vínculos contém uma série de oposições teóricas – individualidade e sociedade, subjetividade e objetividade, espiritualismo e materialismo, atividade e sofrimento – que só podem ser superadas por meio da prática social, “por isso, sua solução de maneira alguma é apenas uma tarefa do conhecimento, mas uma efetiva tarefa vital que a filosofia não pôde resolver, precisamente porque a tomou apenas como tarefa teórica” (MARX, 2004 [1932], p. 111).

Lefebvre (2006, p. 231-232) questiona o fato de Marx ter considerado a apropriação como a única relação possível que se estabelece entre o homem e a natureza, desconsiderando a existência de outro tipo de relação como aquela a que Lefebvre chamou de dominação. Em Lefebvre, o espaço somente é apropriado pelo homem (social) quando sua natureza é transformada em obras pela técnica e pelo trabalho do homem de maneira a atender às suas necessidades sociais, incluindo aí o tempo e os ritmos da vida. Portanto, a apropriação é prática sócio-espacial. Nesse sentido, ela não depende da posse ou da propriedade do espaço que são, no

contexto capitalista, somente uma condição e, muitas vezes, até mesmo um desvio da prática de apropriação.

Um espaço *apropriado* assemelha-se a uma obra de arte sem que dela seja simulacro. Frequentemente, trata-se de uma construção, monumento ou edifício. Nem sempre: um sítio, uma praça, uma rua podem se dizer “apropriadas”. Tais espaços abundam, ainda que não seja sempre fácil dizer em que e como, por quem e para quem, eles foram *apropriados*. (LEFEBVRE, 2006, p. 232 - grifos do autor).

De acordo com o geógrafo Sérgio Martins²² (apud LEFEBVRE, 2008a, p. 11-12), a apropriação é condição para o efetivo exercício do Direito à cidade. Esse pesquisador argumenta que, atualmente, é difundido um entendimento estreito do Direito à cidade como se referindo apenas à difusão das conquistas materiais da sociedade. Entretanto, a cidade, para Lefebvre é, sobretudo, uma obra que deve ser plenamente apropriada e reapropriada em suas dimensões de tempo, espaço e demais aspectos da vida cidadina que constantemente sofrem com a propensão para serem absorvidos pelo mundo das mercadorias e pela (ir)racionalidade que governa a industrialização.

O conceito do Direito à cidade foi formulado e amplamente discutido por Lefebvre, principalmente, em seu livro publicado em 1968 (LEFEBVRE, 2008b). Entretanto, nos últimos 20 anos, a expressão tornou-se corriqueira e vem sendo indiscriminadamente empregada por governos de todas as esferas, organizações internacionais, agências multilaterais, pela própria Academia etc. Assim, as várias acepções utilizadas para o Direito à cidade são muitos díspares e essa mesma expressão é utilizada para finalidades conflitantes, quando não contraditórias. Situação que se torna ainda mais preocupante pelo fato de que, na maioria das vezes, sua definição não está claramente explicitada pelos documentos e textos oficiais, deixando seu conteúdo um tanto vago e nebuloso. Todavia, já existe um contra-movimento de protesto que busca romper com a banalização do Direito à cidade como um simples somatório do acesso ampliado a serviços e equipamentos,

²² MARTINS é um dos tradutores de Lefebvre para a língua portuguesa.

mobilizando vários autores no sentido de resgatar esse conceito em sua acepção original, propondo investigações e aprofundamentos²³.

Dentre as muitas passagens que Lefebvre busca delinear com mais precisão o que seria o Direito à cidade, observa-se, como um denominador comum, a busca pelo direito ao que ele considera como sendo aspectos essenciais da cidade: (i) a cidade como objeto espacial em escala social; (ii) a cidade como mediação entre a ordem próxima, a do cotidiano e dos modos de viver, e a ordem distante, a das estruturas e da sociedade; e (iii) a cidade como obra histórica apropriada pelo uso em suas dimensões de tempo e espaço. Logo, o Direito à cidade não se revela como sendo uma dádiva natural ou fruto de um contrato social (LEFEBVRE, 2008a, p. 30), pois, da mesma maneira que a cidade não é uma obra estática e definitiva, também os direitos e as necessidades decorrentes de sua apropriação forjam-se continuamente na prática e na imaginação (LEFEBVRE, 2008b, p. 114 e 124).

Destaca-se que Lefebvre desenvolve esse conceito tomando como base os acontecimentos históricos pelos quais passaram a França e, principalmente, sua capital, Paris, nos séculos XIX e XX. Na primeira década do século XIX, a França passou por uma série conturbada de transformações políticas e revoltas populares. Esses eventos resultaram, a partir da segunda metade do século XX, na consolidação da burguesia francesa enquanto classe dominante que contava ainda com o apoio do aparato do Estado. Na capital, Paris, a burguesia encontrava-se cercada pela classe operária e pelos camponeses que, atraídos pela cidade, fixaram-se em sua periferia.

As insurgências populares desse período foram utilizadas para reforçar o discurso burguês de desordem na cidade. Esse argumento fez parte de uma estratégia de classe para remodelação do tecido urbano de Paris, legitimando a intervenção radical promovida pelo Barão de Haussmann, que, não só abriu boulevards e espaços vazios de forma a afirmar a glória e o poder do Estado, como também expulsou a população operária para os subúrbios e periferias. “Como a democracia urbana ameaçava os privilégios da nova classe dominante, esta impediu

²³ Sobre a banalização do conceito Direito à cidade e a discussão teórica para o resgate de sua acepção original, Cf. HARVEY, 2008b; SOUZA, 2010a; KAPP, 2012 e FURTADO, 2014.

que a democracia nascesse. Como? Expulsando do centro urbano e da própria cidade o proletariado, destruindo a ‘urbanidade’.” (LEFEBVRE, 2008b, p. 23). Entretanto, a segregação espacial que estava sendo imposta pela Reforma de Paris, entre os anos de 1852 e 1870, foi contestada durante o período da Comuna, entre março e maio de 1871, na qual os operários promoveram a “reconquista da Cidade, este bem entre bens, este valor, esta obra que lhes havia sido arrancada” (LEFEBVRE, 2008b, p. 23).

Com a queda do governo revolucionário da Comuna, a III República foi restaurada na França e uma nova noção passa a ser adotada na prática: o habitat. Segundo Lefebvre (2008b, p. 23), esse conceito vinha sendo desenvolvido desde a segunda metade do século XIX por pessoas influentes e pensadores, marcados pela religião e pelo moralismo. Lefebvre (1999 [1970], p. 78-81) critica a noção de habitat considerando que ela esvazia o sentido da vida social da cidade, da aldeia ou da comunidade, pois circunscreve a questão da moradia a um problema de organização racional do espaço. Desse modo, o habitat corresponde a uma função simplificada do habitar, reduzindo esse último a algumas operações elementares do cotidiano do ser humano como comer, dormir e reproduzir-se, desconsiderando, inclusive, os instintos animais do homem em seu nível de complexidade e contradição, desejo e razão, espontaneidade e racionalidade.

Para compreender o sentido amplo do habitar, ao contrário da noção funcionalista do habitat, Lefebvre (1999 [1970], p. 79) afirma que é preciso utilizar conceitos e categorias que tratem desde os aspectos imediatos da vida até os aspectos não-conhecidos e desconhecidos da cotidianidade, em direção à teoria geral, à filosofia e à metafilosofia. O autor argumenta que o ser humano precisa de uma morada onde ele se realiza em suas condições atuais e projeta-se em seu imaginário, buscando seu possível.

O “ser humano” (não dizemos “o homem”) só pode habitar como poeta. Se não lhe é dado, como oferenda e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabricará à sua maneira. (LEFEBVRE, 1999, p. 79)

Contudo, o habitat foi o conceito adotado pelo Estado e pelo urbanismo para responder à crescente pressão por moradia decorrente da chegada maciça de camponeses aos centros urbanos motivados pela industrialização. Para Lefebvre, a ideologia e a prática do habitat serviram como uma estratégia de classe típica. Apesar de não ter existido um conjunto de atos ordenados e planejados, as ações destinadas a finalidades diversas convergiram para um mesmo resultado final: a mobilização da riqueza da terra, solo e edificações, nas relações de troca e de propriedade. Desse modo, argumenta Lefebvre (2008b, p.24), mesmo que alguns dos pensadores, como os homens de boa vontade, humanistas e filantropos, tivessem por objetivo conceder, aos operários, condições de vida cotidiana melhor do que aquelas do seu ambiente de trabalho, eles realizaram suas aspirações a partir da ascensão do proletariado à propriedade do solo e da habitação.

Finalmente, na Crise da Habitação no pós-II Guerra Mundial, em um ambiente de instabilidade política, urgências e coações de toda sorte, não era mais suficiente que o Estado apenas regulamentasse os conjuntos de blocos de apartamentos e loteamentos ou lutasse contra a especulação imobiliária, pois as situações concretas estavam tão dramáticas que fizeram aflorar na consciência social a noção do direito à moradia. Contudo, esse direito não foi “reconhecido formal e praticamente, a não ser como um apêndice dos ‘direitos do homem’” (LEFEBVRE, 2008b, p. 26) e o Estado assumiu, por meio de organismos interpostos, a produção das habitações com a construção de “novas cidades” e “novos conjuntos”, adotando as mesmas concepções da produção habitacional do mercado privado, com o intuito de fornecer o maior número de moradias num menor tempo e custo possíveis.

Toda a realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços para encontros. Nem mesmo o bar, o café (bistrot), deixaram de suscitar o ressentimento dos “conjuntistas”, o seu gosto pelo ascetismo, sua redução do habitar para o habitat. Foi preciso que fossem até o fim de sua destruição da realidade urbana sensível para que surgisse a exigência de uma restituição. Então, viu-se reaparecer timidamente, lentamente, o café, o bar, o centro comercial, a rua, os equipamentos ditos culturais, em suma uns poucos elementos de realidade urbana. (LEFEBVRE, 2008b, p. 27)

Contudo, nem a cidade antiga nem sua realidade urbana morreram nesse processo, pois, ao mesmo tempo em que ocorre essa explosão dos fragmentos do urbano para as periferias e subúrbios, detecta-se a reinvenção das centralidades tradicionais que são restituídas de importância. Desse modo, a partir do século XX, os núcleos urbanos antigos das cidades mantêm seu poder polarizador por dois motivos básicos: i) por terem se tornado localização privilegiada das instituições e organizações de poder e controle, fortalecem e atraem atividades de comércio e serviços, transformando-se em lugar de consumo, e ii) por possuírem qualidades estéticas e espaços destinados a festas, desfiles e lazeres, tornam-se lugares para serem consumidos também como mercadorias.

Assim, chega-se ao período denominado, por Lefebvre (1999, 2008b), como “zona crítica” no qual há uma crise tanto do pensamento quanto da própria realidade em seus três níveis: ordem distante (global), ordem próxima (local) e mediação (cidade). Observa-se, por um lado, a industrialização e a urbanização em escala mundial que se fazem reconhecer como uma nova realidade socioeconômica que compreende a ação burocrata estatista, a planificação racional da produção, a radicalização da divisão social do trabalho, a complexificação da sociedade e das relações sociais de produção, o ordenamento do espaço segundo o modo de produção (capitalista) e sua fragmentação para a realização da relação de troca (compra e venda). Por outro lado, na escala local, o controle da vida cotidiana, a racionalização e funcionalização do habitar, por meio da noção “determinável, isolável e localizável” (LEFEBVRE, 2008a, p. 21) do habitat, o cerceamento do tempo cotidiano do homem pelas demandas das relações sociais de produção; por fim, a crise mundial da cidade tradicional, acompanhada e agravada pela crise mundial da agricultura e da vida camponesa tradicional.

Sim, esta cidade que atravessa tantas vicissitudes e metamorfoses, desde seus núcleos arcaicos que seguiram de perto a aldeia, essa forma social admirável, essa obra por excelência da práxis e da civilização se desfaz e se refaz sob nossos olhos. (LEFEBVRE, 2008b, 81).

Se a cidade, como concebida por Lefebvre, é a obra por excelência da *praxis*, o Direito à cidade na sociedade contemporânea refere-se ao acesso aos aspectos

essenciais e fundantes da cidade e do urbano, a saber, a centralidade (no lugar) onde tudo e todos, atuais e possíveis, reúnem-se simultaneamente (no tempo), permitindo, nesse encontro, uma vida social, e atribuindo funções lúdicas e simbólicas ao seu respectivo tempo-espço. Assim sendo, o conceito não se restringe à obtenção de moradia ou ao acesso à infraestrutura básica da cidade, mas busca uma forma distinta de direitos que nega uma lógica de organização que fragmenta e segrega os espaços e as pessoas que nele vivem ou usufruem. O objetivo último do Direito à cidade é manter a unidade da realidade urbana em todas as suas potencialidades e contradições, o que não elimina os confrontos e as lutas. “Ao contrário!” (LEFEBVRE, 2008a, 32).

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 2008b, p. 134 - grifos do autor)

Logo, para o efetivo exercício desse direito, a apropriação do tempo-espço torna-se condição essencial, uma vez que é por meio dessa prática que o espaço adquire qualidade no sentido de um “[...] espaço socialmente elaborado, complexo e exitoso, numa palavra, *apropriado* e não somente *dominado* pela técnica e pelo poder político, o que estaria associado com o ‘mudar a vida’.” (LEFEBVRE, 2008a, p. 150 - grifos do autor).

4. O CARNAVAL E A CIDADE NO BRASIL

Desde o seu surgimento na Europa em fins do século XI, o carnaval nunca foi uma festa homogênea e possuía diversas formas de celebração dependendo das localidades e dos diferentes períodos históricos nos quais ele ocorreu. No Brasil, essa qualidade plural do carnaval manteve-se viva e, ao longo dos séculos, essa festa foi incorporando outras influências culturais, adquirindo características singulares e locais dependendo da região do país onde ela se manifesta. Atualmente, o carnaval brasileiro é conhecido como o maior do mundo, mobiliza um grande número de pessoas e de recursos, inclusive financeiros, para sua realização e atrai um grande número de turistas, nacionais e estrangeiros, para as cidades onde essa festa possui maior projeção.

Existe uma polêmica sobre as origens históricas da festa carnavalesca. De um lado, alguns autores defendem que o carnaval, por ser uma festa caracterizada por excessos de prazeres, comilanças, bebedeira, libertinagem, brincadeiras, desfiles, além do uso de fantasias e máscaras, possui ligações com as manifestações festivas das antigas civilizações, como a greco-romana e a mesopotâmica (VALENÇA, 1996, p. 9-10). Por outro lado, argumenta-se que o carnaval não é originado do desenvolvimento, ao longo da história, das festas da Antiguidade, pois, apesar de ambas possuírem muitas semelhanças, elas são festejos diferentes e com lógicas próprias. Nesse sentido, segundo o artista e pesquisador do carnaval Felipe Ferreira, pode-se compreender a festa carnavalesca como um produto decorrente das privações do período de Quaresma impostas pela Igreja Católica, concepção que se aproxima das teorias sobre o carnaval anteriores ao século XIX (FERREIRA, 2004, p.67).

De acordo com Ferreira, o surgimento da “quadragésima” ou “quaresma” remonta ao ano de 604, quando o papa Gregório I deliberou que os fiéis deveriam dedicar-se exclusivamente às questões espirituais durante um período do ano que correspondia a cerca de quarenta dias, em referência aos dias de jejum e provações passadas por Jesus no deserto. No ano de 1091, os representantes da Igreja Católica julgaram necessário definir uma data oficial para o período da Quaresma. Para tanto, decidiram que ela deveria se iniciar na então denominada Quarta-feira

de Cinzas, em referência ao costume de se marcar uma cruz na testa dos fieis com cinzas de fogueira em sinal de penitência, e finalizar no Domingo de Páscoa, data que simboliza a ressurreição de Cristo. Na Idade Média, o poder da Igreja Católica na Europa era incontestável, portanto, suas determinações eram seguidas pelos fiéis sem maiores questionamentos. Entretanto, ao longo dos anos, essa determinação teve uma consequência imprevista: muitas festas passaram a ser realizadas no período imediatamente anterior à Quaresma, de modo a proporcionar momentos de esbórnica antes dos quarenta dias de privação, jejum restritivo e abstinência do consumo de carne (FERREIRA, 2004, p. 25-26).

Esses últimos dias de fartura antes dos quarenta dias de penúria começaram então a ser chamados de dias do “adeus à carne”, que, em italiano, fala-se dias de “carne vale” ou “carnevale”. Surge assim a palavra para se definir o período do ano onde a comilança e a esbórnica corriam soltas, e que acabaria por se tornar uma espécie de antônimo da Quaresma: Carnaval. Ou seja, se não fosse pela invenção da Quaresma, não haveria Carnaval. (FERREIRA, 2004, p. 26).

Portanto, nessa segunda hipótese, o que define o carnaval não é a sua forma de festejar, mas o período do ano e o motivo pelo qual suas brincadeiras tomavam as ruas, ou seja, o período que antecedia os dias de sacrifícios decorrentes da Quaresma (FERREIRA, 2004, p. 69-70). Esta pesquisa adota essa segunda hipótese como base para análise da festa carnavalesca no Brasil e, a seguir, especificamente na cidade de Belo Horizonte. Todavia, não é objetivo desta pesquisa se aprofundar nas origens históricas do carnaval e seu desenvolvimento ao longo dos séculos, mas, sim, nas relações dessa festa com o espaço em que ela acontece. Assim, seja qual for a teoria mais adequada para explicar o surgimento da festa carnavalesca, o que é mais relevante para o presente propósito é entender como essa tradição europeia foi trazida para o Brasil, a partir da colonização portuguesa, e como ela foi se transformando no contexto das cidades brasileiras até os dias atuais. Esse processo levou o carnaval brasileiro a ser considerado, a partir da década de 1930, como símbolo autêntico da cultura nacional e, no final do século XX, como a maior festa popular do mundo.

Nesse sentido, se, inicialmente, as manifestações carnavalescas nas ruas possuíam caráter eminentemente popular, à medida que essa festa foi atraindo um número cada vez maior de foliões, inclusive das classes dominantes, passou a ocorrer uma disputa simbólica entre as diferentes formas de se brincar a folia e de se apropriar dos espaços públicos da cidade. Essa situação foi recorrente desde os tempos dos burgos medievais até os logradouros públicos das grandes cidades contemporâneas. São exatamente esses conflitos, encontros e diálogos que transformaram a festa carnavalesca, desde a sua origem até os dias atuais, produzindo novas formas de manifestação em um movimento contínuo e dinâmico de criação e recriação da folia.

Portanto, o objetivo desse capítulo é demonstrar que muitas das formas de apropriação da cidade pelo carnaval e os conflitos dela decorrentes não são produtos inéditos do contexto brasileiro contemporâneo, como também não é invenção original dos novos blocos de carnaval de rua que surgiram nos últimos seis anos em Belo Horizonte.

4.1. A constituição do carnaval brasileiro como símbolo da cultura nacional

No século XVI, período em que se iniciou a colonização do Brasil, o Império Português era um importante aliado político da Igreja Católica, instituição que, mesmo com o fim da chamada Idade Média, ainda possuía grande poder e influência no contexto europeu. Assim, os colonos portugueses trouxeram para o Brasil não apenas sua força de trabalho, como também seus hábitos e costumes, suas festas e feriados religiosos católicos que eram rigorosamente obedecidos na Colônia. No que se refere ao carnaval, foram encontrados, ainda no século XVI, registros históricos que atestam a celebração da Quaresma e de algum tipo de atividade festiva nos dias que a antecediam no Brasil. Contudo, foi apenas no início do século XVII que ficaram recorrentes os registros de brincadeiras nos chamados “dias gordos” em áreas brasileiras eminentemente urbanas.

Essas brincadeiras seguiam a tradição portuguesa de se festejar o carnaval com o jogo do entrudo. Apesar de suas variações, o entrudo constituía-se por troças e logros, principalmente, pelo lançamento de diversos pós e líquidos nos demais participantes da brincadeira ou, simplesmente, nos passantes desavisados. A aparente anarquia e agressividade do jogo dissimulavam regras implícitas que eram seguidas por toda a população. Inicialmente, o entrudo era dividido entre o “familiar”, que acontecia dentro das casas e entre amigos, e o “popular”, que tomava conta das ruas e envolvia a população mais pobre e os escravos. Entretanto, a divisão entre os dois tipos, o “popular” e o “familiar”, não era tão rígida assim e existiam muitos pontos de contato entre as formas de brincar (FERREIRA, 2004, p. 79-81).



Figura 2 – Aquarela datada de 1822-3 representando o entrudo familiar: *Folgedos durante o carnaval no Rio de Janeiro (Games during the carnival at Rio de Janeiro)*.

Autor: Augusto Earle (1793-1838) / Fonte: FERREIRA, 2004, p 81. / Fonte digital: National Library of Australia.



Figura 3 – Aquarela datada de 1823 representando o entrudo popular na cidade do Rio de Janeiro: *Die Dentrudo em Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*.

Autor: Jean-Baptiste Debret (1768-1848) / Fonte: FERREIRA, 2004, p 93. / Fonte digital: Toca da Imagem.

O jogo do entrudo reinou soberano nas principais cidades do Brasil – Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis, Salvador, Fortaleza, Recife, São Paulo – durante o período carnavalesco até por volta da década de 1830. Entretanto, essa situação mudou em decorrência das mudanças pelas quais a própria Colônia vinha passando desde o início do século XIX. Em 1808, a Família Real, fugindo da invasão de Portugal pela França de Napoleão Bonaparte, instala-se no Rio de Janeiro, juntamente com outros quinze mil novos habitantes, entre membros da corte, servos e empregados, transformando a cidade no centro do Império Ultramarino Português. Além disso, em 1816, uma Missão Francesa, composta por um grupo de artistas, veio às terras brasileiras, encarregada pelo Rei Dom João VI, numa tentativa de contribuir para o processo de “civilização” do Brasil, o que acabou por deixar importantes referências, inclusive nos ideais de liberdade e modernidade que contribuíram para Independência do Brasil em 1822. Após deixar de ser uma Colônia, o Brasil tornou-se mais diretamente afetado pelas ideias e costumes da França, uma vez que tudo o que fosse ligado ao passado lusitano passou a ser visto como ultrapassado (FERREIRA, 2004, p. 104-105).

Nesse contexto, nem mesmo a tradição carnavalesca do entrudo passou livre das críticas, sendo considerado como “mais um costume indigno de um país que desejava se igualar às principais nações do mundo” (FERREIRA, 2004, p. 105). Assim, o entrudo foi proibido na cidade do Rio de Janeiro por uma postura da Câmara Municipal em 1841. Contudo, boa parte da população simplesmente não cumpriu a norma municipal e continuou realizando suas brincadeiras “insidiosas” ainda por muitos anos.

Constatando a impossibilidade de dar fim às brincadeiras grosseiras apenas por regras legais, a elite carioca mudou de estratégia e buscou substituir o costume do jogo do entrudo por uma nova forma de brincar, baseada nos eventos carnavalescos da moda em Paris, os bailes à fantasia, que correspondiam a uma maneira elegante e moderna de comemorar a folia (FERREIRA, 2004, p. 106). Assim, em 1840, acontecia o primeiro baile à fantasia na cidade do Rio de Janeiro. O mesmo aconteceu em Porto Alegre no ano de 1841 e no Recife em 1845. Apesar de acontecerem em várias regiões do Brasil, todos esses bailes tinham em comum o

fato de serem realizados em salões particulares e constituírem-se como eventos sofisticados (FERREIRA, 2004, p. 110).



Figura 4 – Desenho datado de 1883 representando o Baile de Máscaras no Teatro Lírico do Rio de Janeiro.

Autor: Guerave / Fonte digital: Revista de História.

Outra forma sofisticada de brincar o carnaval refere-se às primeiras sociedades carnavalescas que surgiram no Rio de Janeiro, em 1851, inspiradas nas *societés* carnavalescas que ocupavam as ruas de Paris, desde o início dos anos de 1840. Nas três décadas seguintes, as sociedades carnavalescas organizaram-se também em Florianópolis, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Salvador e muitos outros centros urbanos do país. A forma de desfile dessas sociedades era denominada “passeios” que correspondia a um cortejo de pessoas devidamente fantasiadas pelas ruas da cidade. Os desfiles das sociedades empolgavam as ruas e sua chegada aos locais dos bailes era ansiosamente aguardada pelos frequentadores dos salões (FERREIRA, 2004, p. 128-129).

Desse modo, a presença de pessoas desfilando fantasiadas, transitando pelas ruas das cidades brasileiras durante os dias de folia marcaria um passo importante no surgimento daquilo que mais tarde ficaria conhecido como Carnaval de rua. (FERREIRA, 2004, p. 128).

Nas últimas décadas do século XIX, o termo “Carnaval” passou a se referir somente à festa sofisticada dos bailes e dos passeios das camadas dominantes, reservando às brincadeiras populares que resistiam nas ruas das cidades o nome de entrudo. Assim, ao longo de todo o século XIX e décadas iniciais do século XX, o entrudo sofreu condenações por parte da imprensa e da elite brasileira, sendo visto como uma infeliz oposição à festa oficial, dado que não se deixava domar pelas regras estabelecidas. Todavia, nesse contexto, o entrudo já não se restringia às molhadelas e enfarinhamentos do período colonial, mas se manifestava por variados tipos de brincadeiras populares que aconteciam nas ruas, como os batuques negros, os passeios desorganizados de grupos de foliões, das violas populares lusitanas, dentre outras formas não convencionais de comemoração (FERREIRA, 2004, p. 119 e 137).



Figura 5 – Caricatura datada de 1881 representando o elegante arlequim, representando o carnaval oficial, atingindo o desajeitado boneco de seringas e limões-de-cheiro, representando o entrudo.

Autor: Angelo Agostini (1843-1910) / Fonte: FERREIRA, 2004, p 136. /
Fonte digital: Blog do Zé Roberto Graúna.

O Carnaval carioca configurou-se, na virada do século XIX para o XX, como um produto legítimo da cultura brasileira na qual coexistiam as brincadeiras do entrudo com outras diversas formas de se festejar o Carnaval, mistura efervescente que só iria desfazer-se por volta da década de 1930. Desse modo, a distinção entre o carnaval das classes mais abastadas e das populares passou a ser realizada a partir dos conceitos de, respectivamente, Grande Carnaval e Pequeno Carnaval. Essas noções já estavam presentes desde o fim do século XIX, no Rio de Janeiro, mas foi nas três primeiras décadas do século XX que elas consolidaram-se. O Grande Carnaval englobava as Grandes Sociedades, o Corso e as batalhas de confete, enquanto o Pequeno Carnaval constituía-se pelos indistintamente denominados sociedades, grupos, clubes, blocos, ranchos ou cordões. Todas as demais brincadeiras que não se encaixavam nessas classificações continuavam a ser chamadas de entrudo (FERREIRA, 2004, p. 228). Portanto, nas primeiras décadas de 1900, o carnaval representou o produto negociado de décadas de conflitos e diálogos entre o modelo de festividade civilizada e exclusivista das elites e a esbórnica descontrolada dos populares pelas ruas das cidades, refletindo e representando simbolicamente as forças e tensões da sociedade brasileira e contribuindo para elaboração da identidade cultural da nação.

Outra questão que passou a fazer parte do cotidiano correspondia à ordenação do espaço festivo. Enquanto surgiam nas periferias novos grupos e espaços de brincadeiras, os logradouros tradicionais da folia no Centro do Rio de Janeiro, como a Rua do Ouvidor e a Avenida Central – nova artéria urbana, construída na primeira década do século XX – tornaram-se espaços de legitimação das associações que por eles desfilavam. Desse modo, mesmo os grupos da periferia desejavam ocupar as importantes ruas da cidade e, para isso, buscavam se adaptar às expectativas legais e simbólicas impostas pela camada dominante, o que limitou as formas de festejo das classes populares àqueles tipos que atendiam aos gostos burgueses. Nesse processo, algumas brincadeiras populares começaram a ter certa uniformidade e recorrência que as marcaram como um tipo específico de manifestação (FERREIRA, 2004, p. 229-230).



Figura 6 – Caricatura datada de 1884 representando o entrudo na Rua do Ouvidor, Rio de Janeiro. Autor: Angelo Agostini (1843-1910) / Fonte: FERREIRA, 2004, p. 178. / Fonte digital: Laerti Imagens.

A ocupação do espaço limitado das ruas e avenidas da cidade era disputada entre as manifestações do Grande e do Pequeno Carnaval. Assim, em 1920, o chefe de polícia determinou algumas normas para evitar esses conflitos. Contudo, essa regulamentação privilegiou as manifestações do Grande Carnaval. Além disso, a partir da década de 1910, começaram a ser construídos palanques e arquibancadas nos principais logradouros pelos quais passavam os grupos carnavalescos. Eles eram destinados ao aluguel por uma farta quantia de dinheiro por aqueles com recursos para arcar por tal luxo. A primeira tentativa de privatização temporária de uma área pública para assistir aos préstitos carnavalescos ocorreu em 1908 e foi frustrada por uma revolta popular que destruiu a estrutura de madeira de dois andares que estava sendo construído a mando de um industrial. No entanto, ao longo dos anos, essa prática tornou-se comum na cidade do Rio de Janeiro, gerando grandes lucros para os negociantes que conseguiam autorização para construção desses camarotes. Ao alugar esses espaços privilegiados, seus ocupantes possuíam não apenas uma ampla perspectiva dos desfiles como também ocupavam lugar de destaque sob os olhos da multidão que se espremia pelas ruas (FERREIRA, 2004, p. 243-246).

Em 1928, a Prefeitura da cidade elaborou a primeira ornamentação oficial do carnaval e, em 1929, ela própria passou a construir os palanques e camarotes nas ruas, assumindo, pela primeira vez, ações efetivas de controle e organização da folia carnavalesca (FERREIRA, 2004, p. 246-247). Nas duas décadas anteriores, o Poder

Público já vinha tomando certas ações de apoio à folia, como um plano de auxílio pecuniário que começou sendo oferecido às Grandes Sociedades, mas que, a partir de 1920, incluiu as pequenas sociedades e ranchos, “demonstrando o caráter cada vez mais oficial que adquiriram não somente os grupos populares organizados, mas também os desfiles carnavalescos como um todo” (FERREIRA, 2004, p. 303).

Em fins dos anos de 1920, a diversidade de manifestações carnavalescas que ocorriam pelas ruas passou a ser compreendida pelos intelectuais da vanguarda modernista brasileira como uma forma tradicional de representação de uma nação plural. Assim, o carnaval acabou estabelecendo-se como um dos mais importantes símbolos da autêntica cultura brasileira e como “a grande festa da integração nacional” (FERREIRA, 2004, p. 303).

Seriam exatamente a variedade e riqueza dessas manifestações que teriam atraído para o Carnaval carioca o interesse das ‘cabeças pensantes’ brasileiras nas primeiras décadas do século XX. As brincadeiras do Carnaval [...] representavam uma espécie de resumo da ‘genuína’ cultura brasileira de raiz popular. (FERREIRA, 2004, p. 254)

Com a elevação do Carnaval ao posto de símbolo brasileiro pela intelectualidade modernista, a Prefeitura do Rio de Janeiro decidiu adotar ações efetivas para a atração de turistas do exterior interessados em consumir uma festa genuinamente popular. Para atingir tal intento, o Poder Público municipal começou a fazer, a partir de 1929, grandes investimentos tanto na festa carnavalesca propriamente dita quanto nas ações de promoção do turismo, mediante a divulgação da folia em jornais estrangeiros e o fechamento de acordos com empresas de excursões que trariam os desejados “viajantes ricos e civilizados” (FERREIRA, 2004, p. 312 e 315). Em 1932, a Prefeitura faz uma parceria com o Touring Club para juntos organizarem uma festa carnavalesca com estrutura internacional. Nesse ano, os investimentos financeiros públicos aumentaram e continuava contemplando todas as manifestações carnavalescas, de cordões, blocos e ranchos ao majestoso Baile Municipal. Esse projeto de internacionalização do Carnaval carioca foi coroado, em 1935, com o lançamento de duas famosas músicas, conhecidas até os dias de hoje, que exaltam as belezas e encantos da cidade: “Grau dez”, de Lamartine Babo e Ary

Barroso, e “Cidade Maravilhosa”, de André Filho, que acabou se tornando o hino oficial do Rio de Janeiro (FERREIRA, 2004, p. 322 e 326).

Outra importante inovação da década de 1930 foi o surgimento das escolas de samba. Os participantes das rodas de batuque dos morros cariocas e dos terreiros das “tias” baianas eram os mesmos que formaram os primeiros conjuntos de “samba de morro” (FERREIRA, 2004, p. 336). Durante o carnaval, esses grupos integravam-se às demais manifestações, como os blocos e os cordões, cantando seus sambas e choros, enquanto batucavam seus pandeiros, tamborins e reco-recos. “Um exemplo desses grupos era o bloco Velha Guarda do Morro da Mangueira²⁴, primeiro grupo carnavalesco surgido no morro, que, em 1929, desfilaria ao som de vários sambas” (FERREIRA, 2004, p. 340). Da mesma forma como aconteceu com o próprio carnaval em torno dos anos de 1930, o samba e vários outros ritmos brasileiros tornaram-se objeto de estudos dos intelectuais e folcloristas interessados em compreender e definir as legítimas manifestações da cultura brasileira. Nesse contexto, o samba foi definido, em 1928, “como uma expressão artística, puramente coreográfica, dança, canto e música” (CUNHA²⁵ apud FERREIRA, 2004, p. 336).

Ao longo da década de 1930, o modelo de desfile dos ranchos foi perdendo espaço no gosto popular para os cordões, blocos e, principalmente, grupos de “samba de morro”. Logo, esses grupos passaram a ser chamados de escolas de samba e começaram a se destacar cada vez mais na folia a partir de 1933. Sua ascensão devia-se não só aos seus característicos batuques, melodias e canções, mas também à integração de elementos trazidos dos ranchos e dos cordões, como fantasias e estandartes, mistura que atraía a atenção da imprensa e do público. Em fins da década de 1930, as músicas de “Carnaval” – ou os sambas – difundiram-se rapidamente por todo o país por meio do rádio. O apoio dos meios de comunicação às então nascentes escolas de samba foi fundamental para sua consolidação,

²⁴ Renomeado como Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, esse grupo permanece ativo até os dias de hoje e representa uma das mais importantes escolas de samba do Rio de Janeiro.

²⁵ CUNHA, Nóbrega da. **O Jornal**, 19 fev. 1928.

contribuindo sobremaneira para a formatação e imposição, em escala nacional e internacional, dessa nova forma de brincar o carnaval (FERREIRA, 2004, p. 349).

A partir dos anos de 1940, o Carnaval brasileiro desenvolveu-se por dois diferentes caminhos. Por um lado, a folia carioca apresentou um vertiginoso crescimento, projetando o carnaval brasileiro como a maior festa popular do mundo, e, nesse contexto, as escolas de samba adquiriram importância cada vez maior (FERREIRA, 2004, p. 352). Elas organizaram-se em associações e seu desfile tomou tal proporção, ao longo dos anos, que a Prefeitura do Rio de Janeiro decidiu construir, na década de 1980, um espaço exclusivamente dedicado para esse fim: a Avenida dos Desfiles, atualmente denominada Passarela Professor Darcy Ribeiro ou popularmente conhecida como Sambódromo. O espaço do Sambódromo, inaugurado em 1984, é composto por uma passarela de 700 metros de extensão ao longo da qual foram construídas arquibancadas e camarotes com capacidade para 60 mil pessoas. Em 2012, depois de passar por uma reforma, a capacidade do Sambódromo carioca foi ampliada para abrigar 72.500 pessoas (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2012; HELM, 2013).

Por outro lado, muitas outras manifestações carnavalescas²⁶ continuavam a ocorrer, apesar da, ou por causa da, falta de cobertura dos meios de comunicação e do significativo aporte de recursos públicos e privados que bancavam o luxuoso Desfile das Escolas de Samba carioca (FERREIRA, 2004, p. 352). Analogamente ao que ocorreu no Rio de Janeiro, o carnaval de várias outras cidades brasileiras também passou por várias transformações, ao longo dos séculos, estimuladas por influências externas, seja de Portugal, da França ou mesmo do próprio Rio de Janeiro. Essas influências foram incorporadas aos costumes locais e adaptadas, cada uma a sua maneira, resultando numa multiplicidade de manifestações e festejos carnavalescos que são encontrados até os dias de hoje em todo o Brasil.

Nesse sentido, os carnavais das cidades pernambucanas de Recife e Olinda e da baiana Salvador tomaram feições próprias que também as projetam atualmente

²⁶ Cf. Valença (1996) que faz uma caracterização das diversas formas de brincar o carnaval que estiveram presentes no Brasil, ao longo do século XX; e Pimentel (2012) que resgata as primeiras manifestações do carnaval de rua nos idos de 1900, passando pelos blocos, banda e clubes entre as décadas de 1950 e 1970, até o relato pessoal das formas mais contemporâneas da folia no Brasil, como os blocos de rua surgidos na última década do século XX e início do século XXI.

em escala nacional. No primeiro caso, com destaque para os clubes de frevo, os blocos de rua, as escolas de samba e os desfiles de maracatu (FERREIRA, 2004, p. 376-386). E no segundo, marcado pelos desfiles de trios elétricos, pelo *axé music* e pelos blocos afoxé. Ademais, a folia baiana transformou-se em produto de exportação a ser consumo em outras épocas do ano em qualquer lugar do Brasil e do mundo, a chamada “micareta” ou “carnaval fora de época” (FERREIRA, 2004, p. 387-391).

Ainda assim, tantas outras maneiras de pular o carnaval são encontradas por todo o país com repercussões regionais ou somente locais. Seja no formato blocos de ruas, bandas, shows de música na praça ou festas fechadas nas repúblicas de estudante, o fato é que existe e persiste, no Brasil, toda uma grande gama de formas de brincar a folia, cujo inventário está além do objetivo desta pesquisa.

4.2.As primeiras manifestações carnavalescas nas ruas planejadas da moderna capital mineira

Belo Horizonte foi a primeira cidade planejada do Brasil e nasceu idealizada para ser a nova e moderna capital de Minas Gerais. Esse estado federado buscava recuperar, no contexto brasileiro da incipiente República, a importância que havia possuído durante o Ciclo do Ouro no período colonial. Para isso, precisava de uma capital que espelhasse essa nova ânsia de desenvolvimento. Depois da análise de diversas vilas e arraiais, e de muita polêmica, o sítio do Arraial de Curral Del Rei foi o eleito para abrigar o projeto. Ainda inacabada, a Cidade de Minas, que mais tarde viria a ser chamada de Belo Horizonte, foi inaugurada em 1897. Seu planejamento e construção ficaram a cargo da Comissão Construtora da Nova Capital, liderada, inicialmente, pelo engenheiro Aarão Reis e, depois, pelo engenheiro Francisco Bicalho. Para tanto, foram seguidos os preceitos da nascente prática urbanística – principalmente, do modelo de urbanismo progressista-racionalista –, dentre eles, a higiene, a ordem, a monumentalidade e a fluidez (MENDONÇA, 2002, p. 31-32; SOUZA; CHAVES, 2011, p. 55-59).

No plano inicial de Belo Horizonte podiam-se distinguir três zonas: (i) a “zona urbana”, interna à Avenida do Contorno, destinada ao aparato burocrático administrativo e residência dos funcionários públicos; (ii) a “zona suburbana”, situada a partir da Avenida do Contorno, onde se previa a construção de sítios e chácaras; e (iii) a “zona rural”, situada para além das zona suburbana, onde se instalariam as Colônias Agrícolas responsáveis pelo abastecimento da cidade. (BELO HORIZONTE, 1995, p. 127.). Para a construção da Nova Capital, todos os proprietários do Arraial de Curral Del Rei foram desapropriados, recebendo avaliações muito baixas pelos seus imóveis (MENDONÇA, 2002, p. 31). O antigo arraial foi praticamente destruído (GOMES, 2009, p. 2), com exceção da casa que sediava a então Fazenda do Leitão e que hoje abriga o Museu Histórico Abílio Barreto - MHAB (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, [201-?]).

Contudo, não foram previstas para Belo Horizonte áreas destinadas à população mais pobre, constituída, de um lado, por imigrantes atraídos pela esperança de oportunidades melhores, simbolizada pela nova capital, e, por outro

lado, pelos próprios operários que vieram trabalhar na construção da cidade. “Tiveram prioridade, para assentamento na nova cidade, os antigos proprietários do arraial de Belo Horizonte, os empregados públicos e os ex-proprietários em Ouro Preto. A moradia dos trabalhadores não foi prevista no plano.” (MENDONÇA, 2002, p. 31-32). Desse modo, como as exigências urbanísticas e o valor dos terrenos eram inacessíveis à camada mais pobre, eles acabaram por se fixar na zona suburbana que não contava com uma adequada infraestrutura de água, energia, saneamento básico e transportes. Portanto, mesmo tendo sido uma cidade planejada, ou mesmo por causa disso, Belo Horizonte configurou-se, desde sua fundação em fins do século XIX, como um espaço expressivamente segregado e desigual, reservando sua área urbanizada e com melhor infraestrutura para a elite e classe média e desconsiderando a necessidade de moradia das demais camadas da população que acabaram se fixando por conta própria na zona suburbana (MENDONÇA, 2002, p. 32; SOUZA; CHAVES, 2011, p. 59-60).

Seguindo os preceitos do urbanismo progressista-racionalista, a zona urbana de Belo Horizonte foi definida por um traçado de malha quadriculada e regular de ruas, recortada por largas avenidas em diagonal, circundada em todo o seu perímetro pela Avenida do Contorno. A intenção desse planejamento era dotar a cidade de amplas, agradáveis e arborizadas ruas e avenidas que deveriam ser adequadas à livre circulação, inclusive, dos novos e modernos meios de transporte, como o automóvel, e adaptadas à necessidade das canalizações subterrâneas. Portanto, desde a sua fundação, Belo Horizonte está significativamente marcada pela concepção positivista e funcionalista dos seus espaços, o que é corroborado não só pelo fato de a cidade ter sido engendrada por um plano urbanístico racionalista, como também por ter sido implantada em um sítio geográfico cujas ocupações humanas antecessoras foram praticamente eliminadas, transformando em tábula rasa o então espaço historicamente constituído.

Esse contexto histórico demonstra que, em Belo Horizonte, as práticas sócio-espaciais da população e a apropriação dos espaços sempre buscaram ser controladas e organizadas, quando não ignoradas, pelo Poder Público e por suas instâncias de planejamento e ordenamento.

Nas primeiras décadas do século XX, o ordenamento urbano belo-horizontino permeava importantes noções tais como regulamentar, controlar e organizar as diversas práticas cidadinas. Nessa medida, os ideários de modernização e civilidade da recém-fundada capital moderna apontavam para um cotidiano pretensamente ausente das perturbações sociais, cujos intentos descartariam as dimensões do conflito e da convivência plural entre inúmeros sujeitos. (PEREIRA FILHO, 2006, p. 83)

O historiador Hilário Pereira Filho, em seu trabalho sobre o carnaval em Belo Horizonte, no período de 1899 até 1936, afirma que concomitantemente ao processo de transferência da capital de Minas Gerais de Ouro Preto para Belo Horizonte, havia, no contexto brasileiro do início do século XX, a valorização de um estilo de vida cosmopolita nas cidades. Ele era baseado nos modelos europeus de civilização e progresso, o que incluía o deslocamento da sociabilidade dos núcleos domésticos para os espaços públicos dos grandes núcleos urbanos (PEREIRA FILHO, 2006, p. 83).

Nesse sentido, o Rio de Janeiro, então capital do Brasil, passou a abrigar muitos bares, cafeterias, cinemas e hotéis que eram frequentados pela elite econômica e intelectual do país. Ocorriam ainda eventos sociais diversos com exposições artísticas e manifestações cívicas. Tudo isso acaba por deixar marcas nas ruas cariocas que se tornaram mais movimentadas e efervescentes, despontando como exemplo de vanguarda para os demais centros urbanos em crescimento. Contudo, todas as formas de ocupação dos espaços públicos da cidade deveriam seguir os padrões considerados modernizadores e civilizados e qualquer comportamento que se desviasse dessa lógica era considerado desqualificado pelas classes dominantes (PEREIRA FILHO, 2006, p. 50-51).

O exemplo de modernização, progresso e civilidade implantado pela cidade do Rio de Janeiro foi incorporado e adaptado pela Belo Horizonte das primeiras décadas do século XX. Essa forte influência carioca acabou impactando também nos tipos de manifestações carnavalescas que iriam ocorrer nas ruas da jovem capital mineira (PEREIRA FILHO, 2006, p. 50-51). Apesar de alguns pesquisadores apontarem para a existência de manifestações carnavalescas ainda no ano de fundação da nova capital, 1897, (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2014a e 2014e; CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013a), é o ano de 1889 que passou a ser considerado como fundante do carnaval

belo-horizontino por importantes memorialistas como Abílio Barreto e Benvindo Lima. O destaque da folia de 1889 foi o surgimento do clube carnavalesco Diabos de Luneta, que seguia o modelo das grandes sociedades carnavalescas cariocas (PEREIRA FILHO, 2006, p. 89). Os clubes carnavalescos eram associações formadas por grupos sociais mais favorecidos que desfilavam pelas ruas da cidade durante o carnaval, apresentando luxuosas fantasias, adereços e até mesmo carros alegóricos.



Figura 7 – Fotografia do carro alegórico da “Antártida” em Belo Horizonte no início século XX.

Autor: desconhecido. / Fonte digital: Belotur – Carnaval de BH.

Os prêmios de cada clube eram elaborados seguindo um programa, uma espécie de enredo, pré-definido por cada um deles. Os programas possuíam intenção pedagógica e tinham a intenção de transmitir às demais camadas da população os ideais almejados pela elite belo-horizontina. Assim, o desfile dos clubes e outras formas de manifestação carnavalescas da alta sociedade serviam como ocasião oportuna para contribuir para a consolidação das noções de progresso, civilidade e ordem presentes na nova capital mineira desde sua idealização (PEREIRA FILHO, 2006, p. 85). Como exemplo, o Club Matakins anunciava essas intenções na edição do seu primeiro impresso, em 1909:

Surge hoje esse jornal, que será o paladino dos nobres ideais que visem as fulgidas paragens do progresso e da civilização desta cidade de encantos.

O nosso programa, nem por ser complexo e vasto, deixará de ser cumprido à risca e dele não nos afastaremos uma linha, ainda que para isso nos custe o maior dos sacrifícios [...] A instrução do povo será um dos pontos primordiais e por ela nos bateremos ardorosamente e sem desfalecimentos. (O MATAKIM²⁷ apud PEREIRA FILHO, 2006, p. 84)

Outra brincadeira carnavalesca elegante era conhecida como Corso e consistia em um luxuoso desfile de automóveis enfeitados com flores, serpentinas e papéis coloridos pelas ruas da cidade. Esses automóveis eram ocupados por representantes das tradicionais famílias belo-horizontinas que interagem com os foliões, que assistiam ao cortejo, com o lançamento de finos apetrechos como confetes brilhantes, papéis com poesia, pétalas de rosa e lança-perfumes. Os locais destinados ao desfile desses automóveis correspondiam a respeitáveis e simbólicas ruas da capital, o que conferia um sentimento de deslumbramento ainda maior aos foliões que assistiam ao Corso, como a Avenida Afonso Pena, a principal avenida da cidade, e a Avenida Liberdade – atual Avenida João Pinheiro, principal logradouro de acesso à Praça da Liberdade, sede do Governo de Minas Gerais.

Entretanto, para participar do Corso, era necessário obter uma licença prévia na delegacia de polícia responsável e apresentá-la às autoridades competentes para obter acesso à rua onde acontecia o cortejo no dia do desfile. Essa manifestação carnavalesca não deixava de apresentar um forte caráter segregador, pois, em primeiro lugar, apenas as camadas mais abastadas da população possuíam um automóvel ou tinham condições de obter um para o uso no desfile carnavalesco, dado que esse era um bem de extremo luxo no início do século XX; e, em segundo lugar, pela prerrogativa da polícia de poder autorizar somente o desfile de grupos considerados confiáveis e de boa índole, isto é, havia a possibilidade de negar a participação de grupos mais populares a partir de justificativas subjetivas conferidas pelas autoridades (PEREIRA FILHO, 2006, p. 127-128).

²⁷ O MATAKIM. Belo Horizonte, n. **único no gênero**, 21, 22 e 23/02/1909, p. 1.



Figura 8 – Fotografia do Corso na Av. Afonso Pena em Belo Horizonte no início século XX.

Autor: desconhecido. / Fonte digital: Skyscrapercity.

Além do controle de acesso às ruas que recebiam o desfile do Corso, o Poder Público buscava preparar a cidade para receber a folia carnavalesca por meio de outras ações de ordenamento urbano. Dentre elas estavam medidas para melhorar a infraestrutura da área central para receber os festejos, como a melhoria da iluminação, o adorno das ruas, a construção de arquibancadas provisórias e de coretos para as autoridades e convidados de honra (PEREIRA FILHO, 2006, p. 97-98). Além disso, a partir de 1925, foi publicado um decreto municipal (MINAS GERAIS²⁸ apud PEREIRA FILHO, 2006, p. 98) que suspendia a utilização de alguns espaços públicos da cidade no período da folia, com a justificativa de que eles ficariam muito danificados em decorrência dos festejos populares, como foi o caso do Parque Municipal e de outros logradouros que possuíam ajardinamento público.

Esse mesmo decreto proibia a distribuição de anúncios impressos, fosse durante o carnaval ou em qualquer outro período do ano, justificada pela preocupação com a limpeza urbana, mas, de fato, também em decorrência da repressão às publicações com potencial subversivo que podiam se aproveitar da

²⁸ MINAS GERAIS. Belo Horizonte, n. 37, 13/02/1925, p. 7.

esbórnica carnavalesca para fazer campanhas ideológicas de esquerda e/ou contrárias ao governo. Nesse sentido, as censuras oficiais englobavam as críticas dirigidas às autoridades políticas, militares ou religiosas e, até mesmo, a determinadas fantasias e danças consideradas obscenas²⁹ (MINAS GERAIS apud PEREIRA FILHO, 2006, p. 132).

Outras ações adotadas pelo Poder Público correspondiam às determinações diversas do Código de Posturas que pretendiam organizar o convívio dos habitantes e o uso dos espaços da cidade, inclusive, durante o período carnavalesco. Deve-se destacar que as posturas municipais não eram uma inovação jurídica surgida em decorrência do carnaval, pois tratavam de todo o contexto da cidade, englobando não só outras festas públicas como também a própria vida cotidiana de seus moradores (PEREIRA FILHO, 2006, p. 96).

Entretanto, as medidas tomadas pelo Poder Público não possuíam apenas objetivos segregadores e excludentes. O fato de haver uma multidão de pessoas nas ruas durante o carnaval acabava por gerar alguns transtornos, como depredação do patrimônio público, incômodos sonoros, lixo e sujeira, que demandavam serviços públicos diversos, além de violências físicas, ações de desrespeito às mulheres, roubos e furtos que demandavam medidas preventivas e de repressão.

Para além do ordenamento oficial da cidade, havia conflitos e negociações espaciais entre os próprios moradores, foliões e demais cidadãos interessados. Nesse sentido, existia uma nítida concorrência entre as ruas do centro comercial e do Bairro Funcionários para receber os desfiles luxuosos e os carros alegóricos. Assim, os próprios moradores mobilizavam-se visando serem escolhidos como locais de passagem dos préstitos carnavalescos. A definição do percurso e outras formalidades definidas pelos clubes eram publicadas em notas informativas nos jornais dessas associações. Outros logradouros mais prestigiosos eram disputados pelos próprios grupos de foliões, como a concorrida Rua da Bahia com seus

²⁹ De acordo com o Diário Oficial do Estado, as “danças obscenas” não seriam permitidas pelo serviço de policiamento da cidade. Contudo, não estava claro na determinação o que estava sendo considerado como “obscenas”. (MINAS GERAIS. Belo Horizonte, n. 30, 05/02/1921, p. 5).

elegantes cafés e bares, a suntuosa Avenida Afonso Pena e a simbólica Praça da Liberdade (PEREIRA FILHO, 2006, p. 100-101).

Todavia, quando se tratava da ocupação festiva pela população menos privilegiada, os moradores dos elegantes bairros residenciais da zona urbana, os associados dos clubes carnavalescos e o Poder Público formavam uma aliança que possibilitava a adoção de medidas para afastar essas manifestações carnavalescas populares para os logradouros do Centro mais próximos à Praça da Estação, à Avenida dos Andradas e à boêmia Rua Guaicurus ou para espaços mais periféricos da cidade (PEREIRA FILHO, 2006, p. 101).

Assim como a planta da *urbes* buscou delimitar as áreas mais nobres e adaptadas aos padrões da modernização da época, as camadas com maiores poderes políticos e econômicos intentaram conceder espaços físico-simbólicos somente aos festejos tidos como elegantes e civilizados. (PEREIRA FILHO, 2006, p. 101-102)

Salienta-se, contudo, que nem as campanhas pedagógicas pretensamente civilizadoras das classes dominantes nem as proibições legais do Poder Público eram rigidamente seguidas por todos os foliões. Assim, de acordo com Pereira Filho (2006, p. 187-189 e 197), se for considerado que as ações políticas vão além dos mecanismos formais e institucionais, as festas públicas, em geral, e o carnaval, em particular, correspondem a momentos de vivência política. E esse ganho político que os indivíduos e grupos sociais adquirem nesse tempo-espço da festa tem o potencial de ultrapassar os domínios das festividades, uma vez que muitas questões ali levantadas estão intrinsecamente ligadas às tensões, conflitos e acordos da vida cotidiana. “Nesse sentido, o carnaval belo-horizontino comportava uma dimensão social politicamente engajada traduzindo através de seus múltiplos ritmos as diferentes opiniões advindas do viver cidadão.” (PEREIRA FILHO, 2006, p. 188).

Logo, a própria resistência da festa carnavalesca em continuar ocupando as ruas trazia para a esfera pública outras visões de mundo que eram representadas nas diferentes brincadeiras, alegorias, fantasias e máscaras. A partir dos simbolismos trazidos pela caracterização dos foliões, eram também apresentadas críticas às injustiças cotidianas – como a pobreza, a fome, o desemprego, a

corrupção política, a elevada carga de impostos, os privilégios das elites, a parcialidade da imprensa etc. – e aos problemas urbanos – como as deficiências do fornecimento de energia elétrica, as inadequadas condições de transporte coletivo, a insuficiência do abastecimento interno de alimentos, dentre outros (PEREIRA FILHO, 2006, p. 189 e 201). Em alguns casos, as mensagens carnavalescas eram ora implícitas ora declaradas, diretas ou indiretas, mas, na maioria das vezes, possuíam caráter satírico e humorístico. Segundo a historiadora Mônica Velloso³⁰ (apud PEREIRA FILHO, 2006, p. 187), isso demonstrava a autonomia dos sujeitos sociais, mesmo os das classes menos privilegiadas, na construção e expressão de suas identidades, conquistando “brechas de liberdade” dentro do *status quo* dominante. Alguns versos das músicas de carnaval da época exemplificam essa situação:

A coisa não anda boa
A crise tá feia e forte
Muita gente anda à toa
Nos Brasis de sul a norte
(TENENTES DO DIABO³¹ apud
PEREIRA FILHO, 2006, p. 199)

Tá tudo caro
O povo véve muito pobre,
Pois ninguém pissue os cobre,
Nada pode se compra!
Tomara a gente
Matá a fome da famia...
Mas, porém, nestes três dias
Tem que havê o Carnavá.
(MATAKINS³² apud PEREIRA
FILHO, 2006, p. 200)

De maneira semelhante ao que ocorreu no Rio de Janeiro³³, o surgimento de formas consideradas mais distintas de se festejar a folia – como os clubes, as sociedades e o curso –, em Belo Horizonte, representaram uma tentativa das camadas mais privilegiadas de substituir as manifestações carnavalescas populares

³⁰ VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro: mediações, linguagens e espaço (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004.

³¹ TENENTES DO DIABO. Belo Horizonte, n. **sem número**, 14 e 15/02/1915, p. 2.

³² MATAKINS. Belo Horizonte, n. **único no gênero**, 02/02/1919, p. 7.

³³ ARAÚJO, (1997) faz uma análise interessante da tentativa de transformação do carnaval em uma festa elitizada e civilizada na cidade do Recife, capital pernambucana que abriga um dos maiores e mais famosos carnavais do país.

– como os mascarados avulsos, os ranchos, os blocos, os cordões, os zé-pereiras e o persistente entrudo –, nas primeiras décadas do século XX (PEREIRA FILHO, 2006, p. 87). Ademais, a preocupação do Poder Público e das camadas dominantes com a potencial ocupação dos espaços mais privilegiados da cidade pelos grupos populares engendraram restrições oficiais que impunham especificações de “como, quando e onde brincar”, ordenando o espaço festivo de maneira a afastar para as periferias as brincadeiras consideradas grosseiras e os grupos sociais indesejáveis (PEREIRA FILHO, 2006, p. 102).

Por outro lado, havia forte resistência dos grupos sociais populares que continuavam a manter ativas suas próprias brincadeiras durante os dias de folia, representando simbolicamente suas identidades, suas visões de mundo e os desafios de sua sobrevivência enquanto cidadãos. Desse modo, a multiplicidade de manifestações carnavalescas permanecia viva nas ruas de Belo Horizonte, o que demonstra, de acordo com Pereira Filho (2006, p. 100), que “os lugares destinados à folia foram, muito possivelmente, resultados de constantes negociações entre os clubes carnavalescos, os poderes institucionais e os anônimos sujeitos”. Para esse autor, a interação entre as diversas formas de expressão da folia acabava por trazer à tona uma série de conflitos e negociações que já estavam estabelecidas no tecido social da época. Trazendo essa reflexão para a questão do espaço, o carnaval e suas múltiplas formas de apropriação *na* e *da* cidade acaba por deixar latentes as tensões que já estão presentes na vida cotidiana de seus habitantes e na produção desses espaços urbanos.

4.3. Transformações do carnaval belo-horizontino ao longo do século XX

Nas três primeiras décadas do século XX, os carnavais de Belo Horizonte eram bastante movimentados. Ainda em seus primeiros anos de vida, os relatórios do Chefe do Polícia já registravam cerca de 5 mil foliões pelas ruas da área central da capital e, em 1908, as publicações da época noticiavam a presença de 8 mil pessoas somente na Rua da Bahia – considerada a Rua do Ouvidor belo-horizontina – por ocasião do desfile do clube Matakins (PEREIRA FILHO, 2006, p. 172).



Figura 9 – Imagem do jornal do clube carnavalesco *Matakins* de 02 de fevereiro de 1919.

Fonte: Acervo Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa/Fonte digital: Mapa da Folia

No entanto, a partir de meados da década de 1930, passa a ser visível o processo de decadência dos clubes carnavalescos belo-horizontinos, além do desaparecimento gradual das brincadeiras do entrudo nas ruas da cidade e de certo esvaziamento das formas populares de folia. No primeiro caso, o declínio dos clubes era justificado por seus organizadores pelas constantes dificuldades financeiras, pela irregularidade no repasse de verbas pecuniárias públicas e pelas condições climáticas que, muito frequentemente, traziam chuvas intermitentes para os dias de

folia (PEREIRA FILHO, 2006, p. 147-149). Já o desaparecimento gradual do entrudo foi decorrente de décadas de proibições e de perseguição que acabou incentivando a migração dos foliões para outras formas mais toleradas de brincadeiras populares (PEREIRA FILHO, 2006, p. 152).

Finalmente, no caso das formas carnavalescas populares, ocorreu um desgaste natural dos formatos de cordões, ranchos e blocos que haviam feito muito sucesso nas três primeiras do século XX. Os cordões foram um produto dos rituais religiosos afro-brasileiros que trouxeram, para o contexto carnavalesco, elementos das congadas, cocumbis e procissões religiosas. Eles eram formados, predominantemente, por negros que saíam às ruas com seus estandartes, fantasias, com destaque para a de índio, e tocando batuques africanos. Esses grupos eram vistos pela elite com desconfiança e a eles eram atribuídos um caráter selvagem, agressivo e assustador (FERREIRA, 2004, p. 281-284). Por sua vez, os ranchos trouxeram formas mais amenas de expressão popular, tocando modinhas e cantigas no lugar dos batuques. Para a elaboração de seus enredos e alegorias, eles incorporaram o trabalho de intelectuais, jornalistas e artistas. Devido à mistura de elementos populares e eruditos, os ranchos foram considerados um verdadeiro elo entre o carnaval popular e o carnaval das elites (FERREIRA, 2004, p. 303-305). Já os blocos situavam-se entre os amenos ranchos e os temidos cordões. Os integrantes dos blocos desfilavam coesos, unindo certa organização com doses de espontaneidade (FERREIRA, 2004, p. 277). Apesar da sua forma mais descontraída (ou talvez por causa disso), os blocos, sem maiores pretensões de enredos, carros alegóricos e fantasias sofisticadas, sobreviveram e reinventaram-se ao longo do século XX, ao contrário do formato dos ranchos e cordões que acabaram desaparecendo gradualmente.

Essas transformações no carnaval situavam-se em um processo mais amplo de emergência do ritmo do samba e de sua transformação em um símbolo da cultura nacional. Desse modo, o vazio deixado pelas antigas formas de manifestação carnavalesca foi sendo preenchido, aos poucos, por novas expressões da folia, como as escolas de samba. Assim como aconteceu até a década de 1930, as manifestações carnavalescas da capital mineira foram se transformando, ao longo de todo o século XX, fortemente influenciadas pelo que ocorria nos festejos cariocas.

Surgido no Rio de Janeiro na década de 1930, o modelo de escolas de samba foi incorporado ao contexto belo-horizontino em fins dessa mesma década.

Todavia, o desenvolvimento desse modelo em terras mineiras teve abrangência e repercussão bem diferentes do caminho historicamente trilhado pelas escolas de samba do carnaval carioca. No Rio de Janeiro, a partir dos anos de 1920, a Prefeitura Municipal investiu fortemente na promoção do seu carnaval, principalmente, nos desfiles das escolas de samba, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, e ainda havia o forte apoio da imprensa não só com a cobertura jornalística da festa como também por meio da realização de muitos concursos. Desse modo o número de escolas de samba foi crescendo, elas formaram associações e fazem atualmente uma festa-espetáculo que acontece em duas noites no espaço do Sambódromo carioca, que tem capacidade para até 72.500 espectadores, além dos milhares de integrantes que desfilam pelas próprias escolas. Por sua vez, Belo Horizonte continuou abrigando uma folia de escala local, mesmo depois de terem surgido escolas de samba e ter sido instituído o desfile oficial na década de 1980.

De maneira semelhante a outras cidades brasileiras, as manifestações carnavalescas da capital mineira foram se transformando gradualmente ao longo de todo o século XX, com o desaparecimento de antigas formas de brincar e o surgimento de novas, como as escolas de samba, os blocos caricatos, os blocos de rua e as bandas. Contudo, a carência de pesquisas mais rigorosas sobre o carnaval de Belo Horizonte dificultam o resgate dessa memória, sendo encontrados somente registros pontuais de fatos históricos que foram considerados importantes pela imprensa da época ou que foram documentados por alguma instituição pública. Assim, apontando essas ressalvas quanto à precisão das fontes utilizadas a seguir, elaborou-se uma reconstituição dos fatos carnavalescos documentados ou registrados, de alguma forma, na cidade de Belo Horizonte, a partir do final dos anos de 1930.

De acordo com as notícias da época, a “Escola de Samba Pedreira Unida” foi, provavelmente, a pioneira do carnaval belo-horizontino. Fundada pela comunidade da Pedreira Prado Lopes, ela desfilou pela primeira vez em 1937. No ano seguinte, um de seus fundadores, Mário Januário da Silva, também conhecido como Popó, foi

o vencedor no primeiro concurso Cidadão do Samba promovido pelo jornal Estado de Minas. Por volta dos anos de 1940, a imprensa tinha uma participação muito ativa no carnaval de Belo Horizonte devido à promoção de concursos – como o de Rainha do Samba, organizado pelo jornal Folha de Minas, e o de Cidadão Samba, produzido pelo jornal Estado de Minas – e da organização de batalhas de confete – a Batalha do Galo, da Folha de Minas e a Batalha Real, do jornal Estado de Minas. Esses eventos acolhiam também desfiles das escolas de samba e dos diversos blocos da cidade. Em 1946, surgiu outra importante escola de samba em Belo Horizonte, a “E. S. Unidos de Monte Castelo”. Atualmente, uma de suas fundadoras, Lourdes Maria, sambista e compositora, faz parte do grupo que forma a Velha Guarda do Samba de Belo Horizonte (MAPA DA FOLIA, 2014).



Figura 10 – Imagem do jornal Estado de Minas de 27 de janeiro de 1938.

Fonte: Acervo Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa/Fonte digital: Mapa da Folia

Outra manifestação importante do carnaval de Belo Horizonte são os blocos caricatos que fazem parte da festa oficial promovida pela Prefeitura Municipal até os dias atuais. Segundo os jornalistas Fabrício Santos e Marcos Maia (2014), não existem fontes confiáveis sobre as origens e influências dos blocos caricatos,

todavia, as informações indicam que essa forma de manifestação carnavalesca é uma exclusividade das cidades mineiras, como é o caso de Belo Horizonte, São João Del Rey e Sabará. Foram encontrados indícios de que esse tipo de manifestação já se fazia presente em 1948, com o bloco caricato “Bocas Brancas da Floresta”. Em 1953, surgiu o bloco caricato “Mulatos do Carlos Prates”, que ficou ativo até o ano de 2008, quando se juntou com o “Demônios do Santo André”, fundado em 2000, para dar origem ao “Mulatos do Samba”. Esse último faz parte, atualmente, da programação oficial do carnaval de Belo Horizonte.



Figura 11 – Imagem da flâmula do período 1948-1950 do Bloco Caricato *Bocas Brancas da Floresta*.

Fonte digital: Mercado Livre

Os blocos caricatos caracterizam-se por um grupo fantasiado de instrumentistas que desfila em cima de um caminhão alegórico, formando uma bateria elevada que é acompanhada no nível da rua por foliões e passistas também fantasiados. A posição da bateria em cima de um veículo carrega um conteúdo simbólico de “destacar-se” ou de “distinguir-se” da multidão por estar em um nível mais elevado em relação aos demais. Esse fato configura uma inversão em relação ao formato das escolas de samba, cujas baterias seguem o cortejo junto aos foliões, e uma contradição em relação ao Corso e aos carros alegóricos das grandes sociedades e ranchos, nos quais eram representantes da elite da sociedade que ocupavam os lugares altos nos desfiles. Nesse sentido, os autores afirmam que

No que diz respeito à disputa de espaços – materiais ou simbólicos – no território urbano, sabe-se que desfilarem em cortejos em cima de carros – alegóricos ou não – denota distinção em relação aos demais brincantes. Mas, na medida em que os blocos caricatos situam a bateria da entidade em cima do caminhão, uma original distinção toma relevância: é o grupo de instrumentistas – a maioria percussionistas de várias classes sociais – que se distingue no cortejo dos foliões. (SANTOS; MAIA, 2014)

Os blocos caricatos passaram a fazer parte do carnaval promovido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a partir do ano de 1980 (BELO HORIZONTE, 1980). Desde então, eles incorporaram alguns elementos das escolas de samba para participar da competição oficial e, atualmente, são avaliados não só pelo desempenho da bateria e criatividade de fantasias e adereços, mas também por seu enredo, tema musical e alegorias (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2014f).

Voltando na linha do tempo, mais precisamente no carnaval de 1950, encontram-se registros da resistência do já tradicional formato de blocos, ocupando as ruas da capital mineira com espontaneidade, liberdade e irreverência (MAPA DA FOLIA, 2014).



Figura 12 – Foto do Bloco Piru Glu Glu nas ruas de Belo Horizonte no carnaval de 1950.

Fonte: Acervo Museu Histórico Abílio Barreto - PBH / Fonte digital: Mapa da Folia

Na década seguinte, em 1961, foi criada uma das, hoje, mais tradicionais escolas de samba do carnaval belo-horizontino e a mais antiga ainda em atividade, a “Escola de Samba Cidade Jardim”. Até o ano de 2015, ela já recebeu 20 títulos de vencedora do carnaval oficial de Belo Horizonte, sendo onze deles consecutivos (BELO HORIZONTE. Belotur, 2015). Nessa mesma década, também eram realizados concursos de fantasias para crianças, como o que ocorreu, em 1964, no teatro Francisco Nunes. No mesmo ano, encontram-se registros de desfiles na Avenida Afonso Pena, não só das escolas de samba, como também dos blocos caricatos (MAPA DA FOLIA, 2014). Alguns dos blocos caricatos que atualmente compõem o desfile oficial do carnaval de Belo Horizonte foram criados nessa década como o “Corsários do Samba”, o mais antigo em atividade, que foi fundado em 1961 e nunca deixou de sair às ruas, o “Aflitos do Anchieta” e o “Bacharéis do Samba”, ambos fundados em 1965 (BELO HORIZONTE. Belotur, 2015).



Figura 13 – Imagem retirada de um vídeo que registra o desfile do bloco caricato “Bocas Brancas da Floresta” na Avenida Afonso Pena em 1964.

Autor: Paulo de Vasconcelos / Fonte: Acervo CRAV-PBH / Fonte digital: YouTube

Na década de 1970, surgem dois importantes grupos carnavalescos que ainda hoje participam do carnaval oficial de Belo Horizonte. O primeiro grupo corresponde ao bloco caricato “Inocentes de Santa Tereza”, criado por uma turma de amigos do bairro de mesmo nome em 1973, e o outro é o “Grêmio Recreativo

Escola de Samba Canto da Alvorada”, fundada, em 1979, na sede do clube de futebol Atlético Mineiro (BELO HORIZONTE. Belotur, 2015). Outro registro importante refere-se ao carnaval de 1974, no qual uma série de fotos do Acervo Fotográfico da Belotur atesta uma multidão de foliões acompanhando os desfiles dos grupos carnavalescos na Avenida Afonso Pena.



Figura 14 – Fotografias do carnaval de Belo Horizonte, arrastando multidões pela Avenida Afonso Pena, em 1974, contando com os desfiles das Escolas de Samba e outras manifestações.

Fonte: Acervo Belotur / Fonte digital: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Belotur, 2015.

Desse modo, pode-se inferir que a folia belo-horizontina, nos anos de 1970, mostrava-se bastante efervescente, contando ainda com muita animação pré-carnavalesca proporcionada pela “República Independente Banda Mole” que fez sua estreia no pré-carnaval belo-horizontino, em 1975, desfilando pela Rua da Bahia. Em seu primeiro desfile, esse grupo era formado por cerca de 100 pessoas animadas por uma banda que tocava no chão e que incluía instrumentos de sopro. O nome e o formato da banda mineira sugerem algum tipo de referência à famosa “Banda de Ipanema”, criada no Rio de Janeiro em 1965, apesar de não ter sido encontrada nenhuma declaração oficial da influência dessa pioneira banda carioca na formação da “Banda Mole”. Ao longo dos anos, a “Banda Mole” foi crescendo e chegou a levar surpreendentes 400 mil pessoas às ruas no ano de 1995. Devido à falta de apoio do Poder Público municipal, esse tradicional grupo deixou de desfilar no ano de 2004, retornando no ano seguinte com a restrição de ocupar apenas o trecho da Av. Afonso Pena, em frente ao Parque Municipal. De todo modo, ela continua ativa no período pré-carnavalesco, levando milhares de pessoas às ruas belo-horizontinas até os dias atuais (AGENDA BH, 2012).



Figura 15 – Fotografia do desfile da “Banda Mole” na Rua da Bahia, em Belo Horizonte, ano de 1987.

Fonte: Acervo Helvécio Góes Trotta / Fonte digital: UOL Fotoblog

No ano de 1980, o carnaval de Belo Horizonte, mais especificamente os desfiles das escolas de samba e blocos caricatos, foi oficializado e regulamentado por meio do Decreto nº 3676. O decreto determinava que os desfiles promovidos pela Prefeitura de Belo Horizonte ficariam sob a coordenação da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes e deveriam obedecer às normas regulamentadas pelo referido instrumento jurídico. Assim, os grupos que quisessem participar do evento deveriam ser registrados em cartório e previamente inscritos na secretaria municipal responsável por meio da entidade União das Escolas de Samba e Blocos Caricatos de Minas Gerais. Ficou definido que o percurso dos desfiles deveria acontecer no trecho da Avenida Afonso Pena, compreendido entre Rua da Bahia e Rua São Paulo. Foram estabelecidos, ainda, a forma de organização e o formato dos desfiles; o número mínimo de participantes de cada modalidade carnavalesca; os critérios de avaliação do concurso; além do modo como as verbas e auxílios do governo seriam distribuídos e o valor das premiações dos grupos vencedores (BELO HORIZONTE, 1980).

De acordo com o antropólogo e pesquisador da UFMG, Rafael Barros (apud PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2014e), em entrevista concedida ao Diário Oficial do Município – DOM –, o desfile das escolas de samba e dos blocos caricatos foi o grande destaque do carnaval de Belo Horizonte, entre as décadas de 1970 e 1980. Nesse período, segundo o pesquisador, os desfiles da capital mineira era um dos maiores do país em termos de movimentação e de opulência.

Tinha escola com dois mil integrantes. Era luxo e glamour e uma grande mobilização do corpo comunitário. Tinha apelo popular, público na Afonso Pena e muitos puxadores de samba do Rio, como Neguinho da Beija Flor, reforçavam o desfile aqui. (BARROS apud PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2014e)

Os registros da Belotur (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2014e) ratificam essa opinião a respeito dos tempos áureos dos desfiles na capital. Esses dados apontam que, em 1981, apresentaram-se no carnaval oficial 17 escolas de samba e 12 blocos caricatos para um público de 170 mil pessoas, já no ano de 1984, o número de espectadores subiu para 300 mil pessoas e, em 1985, os blocos

caricatos já contabilizavam 23 grupos. Ademais, o desfile acontecia na principal avenida da cidade, a Av. Afonso Pena, marcando a importância simbólica desse evento no calendário da capital mineira.

Contudo, no final da década de 1980, houve uma inflexão nesse processo de crescimento do carnaval oficial. Em 1989 não houve desfile e o ano de 1990 marcou o último desfile das escolas de samba e blocos caricatos na Av. Afonso Pena. Assim, com menor poder simbólico e menos apoio governamental, o carnaval oficial foi perdendo dimensão e importância até não ser mais realizado a partir de 1991 (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2014a; PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. BELOTUR. 2015). Desse modo, a década de 1990³⁴ representa um esvaziamento no que se refere às manifestações carnavalescas em Belo Horizonte, já que a festa passou a contar apenas com o desfile pelas ruas da “Banda Mole” no pré-carnaval e com os bailes privados que aconteciam, desde a década de 1940, nos salões dos clubes recreativos (MAPA DA FOLIA, 2014; OLIVEIRA, Júnia, 2014).

³⁴ De acordo com informações publicadas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, os desfiles de carnaval dos anos de 1989, 1991, 1992, 1994, 1995 e 1999 não foram realizados por decisão das próprias agremiações das escolas de samba e blocos caricatos. Já nos anos de 1996, 1997, 1998, 2000, 2001 e 2002 a informação oficial que foi publicada pela Prefeitura Municipal indica apenas “Sem registro dos vencedores”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. BELOTUR. 2015).



Figura 16 – Foto do Baile de Carnaval no Minas Tênis Clube, em Belo Horizonte, no ano de 1992.

Fonte: Acervo Museu Histórico Abílio Barreto - PBH / Fonte digital: Mapa da Folia

Na primeira década do século XX, a folia organizada pela Prefeitura Municipal ocorreu de maneira irregular. Ela foi retomada em 2002, ano em que ocorreu somente o desfile dos blocos caricatos; foi cancelada em 2003, devido às fortes chuvas e só engrenou de vez a partir de 2004, quando passou a ser realizada na Via 240 (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. BELOTUR. 2015). Até o ano de 2010, os desfiles oficiais aconteceram na Via 240, avenida periférica localizada na carente regional norte de Belo Horizonte, área distante do Centro, de difícil acesso e com carência de opções de transporte coletivo. Em 2011, o local do desfile foi transferido para o Boulevard Arrudas, trazendo novo vigor simbólico para o carnaval belo-horizontino, visto que essa avenida está situada no centro da capital mineira, contando com melhores condições de acesso tanto para as agremiações carnavalescas quanto para os foliões em geral (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2014a). O processo de revalorização dos desfiles das escolas de samba e blocos caricatos culminou em 2014, com o retorno do evento para a Av. Afonso Pena no trecho em frente ao Parque Municipal, local que foi novamente palco da folia carnavalesca em 2015.

Essa retomada dos desfiles das escolas de samba e blocos caricatos de Belo Horizonte, considerando que depende da organização e do financiamento

institucionais do Poder Público, foi produto da negociação durante anos entre Prefeitura Municipal e as agremiações carnavalescas, sendo que essas últimas contavam com apoio da Câmara Municipal. A partir do ano de 2007, foi criada, em Belo Horizonte, a Frente Parlamentar Municipal em Defesa do Carnaval e, desde então, a Câmara Municipal adotou ações em favor do carnaval oficial e de suas agremiações³⁵.

Contudo, o retorno da programação oficial à Avenida Afonso Pena aconteceu dentro de um contexto mais amplo de florescimento e disseminação do carnaval belo-horizontino que levou 1,5 milhões de foliões às ruas da capital mineira no ano de 2015 (ALMEIDA, 2015; PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2015b). Grande parte desse vertiginoso crescimento deve-se a movimento de retomada dos blocos de carnaval de rua, influenciados pelo que já vinha acontecendo no Rio de Janeiro desde fins década de 1980. Em Belo Horizonte, os blocos que desfilam no período de pré-carnaval começaram a surgir no início dos anos 2000 e aqueles que desfilam no feriado carnavalesco propriamente dito a partir de 2009. Eles foram criados independentemente de qualquer apoio do Poder Público e, muitas vezes, apesar dos empecilhos impostos por ele e como um modo de protestar contra sua forma de governar. Assim, os blocos de rua multiplicam-se a cada ano, tornando-se um fenômeno que vem atraindo não só foliões belo-horizontinos e turistas de outros lugares, como também toda sorte de interesses institucionais, políticos e econômicos.

³⁵ Cf. CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2007a; 2007b; 2007c; 2008; 2009a; 2009a; 2009b; 2009c; 2010a; 2010b; 2010c; 2011; 2012a; 2012b; 2013b; 2013c; 2013d; 2014a; 2014b; 2014c; 2015.

5. A APROPRIAÇÃO DAS RUAS DE BELO HORIZONTE PELOS BLOCOS DE CARNAVAL CONTEMPORÂNEOS

Os blocos do carnaval de rua contemporâneos são uma manifestação resultante de um longo processo histórico cujas origens estão ligadas ao processo de colonização português e às relações socioeconômicas e políticas que ocorreram entre o Brasil e outros países da Europa. Com ligações tão estreitas entre a antiga colônia portuguesa e o Velho Continente, era inevitável que também ocorressem diversos intercâmbios culturais, sendo o carnaval um dos exemplos de incorporação de uma festa originalmente europeia no calendário brasileiro de celebrações populares desde as primeiras décadas do século XVI.

Todavia, o modelo de brincadeira carnavalesca conhecida como “bloco de carnaval” surgiu apenas no início do século XX, na mesma época em que os também populares ranchos e cordões. Se comparados às demais brincadeiras populares que faziam sucesso na época, os blocos de carnaval representavam uma forma mais despretensiosa, livre e bem-humorada de festejar a folia nas ruas brasileiras. Ao longo do século XX, esse modelo foi se subdividindo em diversos tipos como os blocos afro, em Salvador, os blocos caricatos, em Belo Horizonte, os blocos de embalo e de enredo, no Rio de Janeiro, os blocos líricos, de frevo e de maracatu, em Recife e Olinda e os blocos dos sujeitos em diversas cidades do Brasil.

Com exceção dos contextos específicos de Salvador, Recife e Olinda, a brincadeira dos blocos passou por décadas de esvaziamento de importância e dimensão dentre as diversas formas de celebração do carnaval. Contudo, ela vem se transformando, revigorando e atraindo um número cada vez maior de foliões, não apenas na pioneira cidade do Rio de Janeiro, desde fins da década de 1980, (PIMENTEL, 2002), mas também em várias outras grandes cidades brasileiras, a partir dos anos 2000, como as metrópoles de São Paulo (O CARNAVAL DE SÃO PAULO, 2015; ROLNIK, 2015), Brasília (CORREIO BRASILIENSE, 2015; GUIA DOS BLOCOS TRADICIONAIS DE BRASÍLIA, [201?]) e Belo Horizonte. Nesse atual processo, a forma preponderantemente adotada para se brincar a folia é por meio dos chamados blocos de carnaval de rua.

Para efeitos dessa pesquisa, os blocos de carnaval de rua contemporâneos estão sendo considerados como grupos auto-organizados da população cujo principal objetivo é festejar o carnaval na cidade, a partir da apropriação lúdica, espontânea, gratuita e não institucionalizada de suas ruas, avenidas, praças e demais espaços públicos. No entanto, essa apropriação festiva pode deixar em destaque conflitos ideológicos e práticos sobre os usos mais desejados para as cidades e metrópoles brasileiras no contexto socioeconômico e político contemporâneo. Assim, as cidades e metrópoles de tradição carnavalesca mais consolidada lidam com os conflitos de apropriação dos espaços públicos postos em destaque pela maior festa popular brasileira de uma forma mais corriqueira e negociável do que aquelas com menor tradição carnavalesca. Nesse sentido, algumas questões do carnaval de rua que já foram consideradas impeditivas pelo Poder Público de São Paulo e Belo Horizonte, como o grande número de pessoas nas ruas, o fechamento de vias, a sujeira gerada e a necessidade de segurança, são tratadas de forma corriqueira no Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Olinda, cidades onde a folia possui maior dimensão e acontece há mais tempo.

Analisando o caso da capital paulista, a arquiteta Raquel Rolnik (2015) conclui que “O notável crescimento do carnaval de rua faz parte de um movimento mais amplo em curso na cidade, de reivindicação dos espaços públicos e de apropriação de tais espaços como locais de encontro, cultura, esporte e festa”. Além do carnaval, muitas outras manifestações festivas e esportivas vêm se utilizando, cada vez mais, das avenidas, túneis, parques e praças da cidade de São Paulo, marcando uma mudança cultural nos “modos de ver e viver a cidade” e também de “seus próprios habitantes” (ROLNIK, 2015). A pesquisadora argumenta que essas apropriações desafiam a prefeitura a reconhecer e lidar com essas transformações contemporâneas. Assim sendo, no contexto paulistano, não foi mais suficiente que o Poder Público desconsiderasse ou mesmo reprimisse, por meio do acionamento da polícia, o carnaval de rua, e, “nos últimos anos, finalmente, a prefeitura tem tentado planejar e organizar a festa.” (ROLNIK, 2015).

As questões levantadas por Rolnik (2015) para o caso de São Paulo são semelhantes ao que vem ocorrendo em Belo Horizonte. No cenário mineiro, no entanto, existem especificidades, principalmente no que se refere a um conjunto de

blocos de carnaval de rua que propõem uma festa de caráter político e reivindicatório. De acordo com um dos principais responsáveis pela retomada das ruas pela folia belo-horizontina, o historiador e músico, Guto Borges (2013), a proposta é confundir carnavais e revoluções, buscando uma nova maneira de conhecer a cidade para além do meramente funcional, de se relacionar com as outras pessoas por meio do contato e da alegria, de se unir nas ruas pelo afeto e pelo amor, de negociar o uso da rua com a extensão de tantos outros mundos privados representados pelos automóveis, de se fazer política no cotidiano e pela prática, de contestar as medidas, às vezes violenta, do Poder Público para restaurar a ordem do silêncio e da anti-cidade, enfim, é unir a festa carnavalesca com o espírito radicalmente democrático e libertário. Para esse ativista e auto-declarado folião,

É claro que existe aí uma reivindicação claríssima sobre a apropriação do espaço público em uma cidade que, lentamente, vai os perdendo. Nesse sentido é reativo. Mas, para além disso, existe aí, tanto em um quanto em outro, uma nova língua política em gestação. Uma língua que ainda está sendo experimentada, ou ainda, recuperada. E é uma língua de liberdade. Das relações de fratria, de amor, de comunidade (BORGES, 2013).

Logo, as seções deste capítulo pretendem analisar o contexto no qual foi engendrado esse movimento de retomada do carnaval de Belo Horizonte, no início do século XXI, e analisar como vem se realizando na prática o propósito dos primeiros blocos de rua que buscam misturar festa com política, carnaval com revolução, cidade com mobilização, rua com luta, liberdade com negociação e democracia com amor.

5.1.Os blocos de carnaval de rua na metrópole belo-horizontina contemporânea

O carnaval já acontecia em Belo Horizonte desde a sua fundação, no final do século XIX. Essa festa manteve-se presente o longo de todo o século XX e passou por uma série de transformações em seus modos de brincar, sendo muito influenciada pela folia que acontecia na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, os festejos belo-horizontinos foram progressivamente perdendo dimensão e importância em um processo que culminou na década de 1990. Nesse período, quase não se encontravam manifestações carnavalescas na cidade, pois poucos eram os grupos e agremiações que se mantinham ativos, além de praticamente³⁶ não terem sido realizados desfiles do carnaval oficial entre 1989 e 2003. No entanto, a partir da primeira década do século XXI, a criação de novos blocos de carnaval por grupos de amigos residentes na capital mineira marcam a inflexão desse processo.

Desde o início dos anos 2000 até os dias atuais, a cidade de Belo Horizonte passou por uma transformação histórica em seu carnaval. O ano de 2004 marca o surgimento do primeiro bloco representativo dessa nova safra de blocos de carnaval que reinventou a folia belo-horizontina: o “Santo Bando”. Ele é considerado um bloco de pré-carnaval, dado que desfila no sábado que antecede o carnaval pelas ruas do Bairro Santo Antônio, região sul de Belo Horizonte (BRANT, 2012). Se, no início, ele levava algumas centenas de pessoas às ruas, em 2011, esse número chegou a 8 mil (ESTADO DE MINAS, 2012). Assim, apesar de se ter registro de outros dois blocos mais antigos – o pré-carnavalesco “Pão Molhado”, criado em 2001 por um grupo familiar, no Bairro Padre Eustáquio, região oeste de Belo Horizonte (ALVES, 2014); e o “Sagrada Folia”, criado em 2002, por um grupo de amigos, que desfila no sábado de carnaval pelo Bairro Sagrada Família, região leste (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013) – foi o “Santo Bando” o primeiro bloco a atrair milhares de foliões às ruas e levantar, despropositadamente, polêmicas e

³⁶ A exceção fica por conta do ano de 1990, no qual ocorreram normalmente os desfiles, e o ano de 2003, quando somente desfilaram os blocos caricatos (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. BELOTUR. 2015).

conflitos em decorrência da apropriação das ruas belo-horizontina por uma multidão festiva.

Em 2006, surgiu o “Diz que me ama, pô!” que desfilou no Bairro Sagrada Família no sábado de pré-carnaval e foi criado por um grupo de belo-horizontinos que tem por tradição passar os dias oficiais da folia na pernambucana cidade de Olinda. No mesmo ano, no boêmio Bairro de Santa Tereza, foi fundado o “A Santê e os Inocentes”, bloco de rua que desfilou na terça-feira de carnaval, fruto da união da banda de samba “Santê” com o bloco caricato “Os Inocentes de Santa Tereza”, (ALVES, 2014). Em 2007, o bloco “Trema na Linguixa” foi criado pelos sócios do Mackenzie Esporte Clube, localizado no Bairro Santo Antônio, região sul de Belo Horizonte. Esse bloco desfila até os dias atuais, quinze dias antes do sábado carnavalesco (MOREIRA, 2009; RODRIGUES, 2015). Como sua origem está ligada às camadas da elite belo-horizontina, esse bloco possui uma posição mais conservadora, mantém relações de parceria com o carnaval oficial e está mais alinhado com o posicionamento político da atual gestão da Prefeitura Municipal.

Contudo, foi no biênio 2009 a 2010 que aconteceu a primeira importante expansão do carnaval de rua em Belo Horizonte, com a criação de vários outros blocos que atualmente são considerados tradicionais na folia belo-horizontina, tanto no feriado carnavalesco oficial quanto no período do pré e pós-carnaval. Em 2009, foram criados três blocos: o “Tico Tico Serra Copo”; o “Bloco do Peixoto” e o “Bloco do Approach” (BLOCO DA SERRA, 2009; MARQUES, 2009; BLOCO DO APPROACH, [201?]; R7, 2014). No carnaval de 2010, surgiram outros sete blocos como os pré-carnavalescos “Mamá na Vaca” e “Tetê, a Santa”; os carnavalescos “Filhos de Tcha Tcha”, “Bloco da Praia da Estação” e “Unidos do Samba Queixinho Underground Baticum” e o pós-carnavalesco “Vira o Santo” (PODIA SER PIOR et al., 2012; CRUZ, 2015; BLOCO DA TETÊ, 2010; BLOCO FILHOS DE TCHA TCHA, [201?]; BLOCO DA PRAIA DA ESTAÇÃO, 2015; MIGLIANO, 2013; BLOCO UNIDOS DO SAMBA QUEIXINHO, [201?]; CARNAVAL DE RUA BH, 2015).

A maioria dos blocos surgidos, em 2010, foi influenciada pelo movimento de ocupação da Praça da Estação. Conhecido como “Praia da Estação”³⁷, esse movimento surgiu em janeiro de 2010, como uma reação à proibição à realização de eventos de qualquer natureza na praça de mesmo nome, imposta pela então gestão da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (IMAGINA NA COPA, 2013). Essa determinação legal foi realizada por meio do Decreto nº 13.798, de 09 de dezembro de 2009 (BELO HORIZONTE, 2010b) e, depois de causar muita polêmica, acabou sendo revogada, cinco meses depois, pelo Decreto nº 13.960, de 04 de maio de 2010 (BELO HORIZONTE, 2009). Contudo esse ato administrativo, mesmo temporário, já havia contribuído para a construção do movimento da “Praia da Estação” que, desde então, mobiliza-se todo mês de janeiro pelo direito de apropriação dos espaços públicos da cidade de Belo Horizonte.



Figura 17 – Apropriação festiva e contestatória da Praça da Estação, em Belo Horizonte, na primeira ocupação do movimento “Praia da Estação”, em 07 de janeiro de 2010.

Fonte: PRAÇA LIVRE BH, 2010 - vídeo.

³⁷ Cf. MIGLIANO (2013), ativista da “Praia da Estação” desde sua primeira mobilização, ela faz um relato crítico do surgimento e desenvolvimento desse movimento até o ano de 2012.

O movimento da “Praia da Estação”³⁸ propôs uma nova forma de manifestação política da sociedade civil, por meio da intervenção urbana, performática e festiva. A primeira manifestação foi articulada e organizada pela internet, a partir de blog e e-mail denominados “vá de branco”, e propunha-se ser aberta a qualquer pessoa que quisesse participar (IMAGINA NA COPA, 2013; MIGLIANO, 2013). O resultado final foi a transformação da praça em uma espécie de praia, na qual os participantes em trajes de banho e vários deles com instrumentos faziam da festa e da música uma nova forma de protesto (PRAÇA LIVRE BH, 2010).



Figura 18 – Intervenção urbana, performática e festiva da Praça da Estação, em Belo Horizonte, na primeira ocupação do movimento “Praia da Estação”, em 07 de janeiro de 2010.

Fonte: OVERMUNDO, 2010.

Ainda em 2010, o movimento criou o seu próprio bloco de carnaval de rua, o “Bloco da Praia da Estação”, que desfilou no sábado de carnaval. Assim, nos últimos

³⁸ Cf. ALBUQUERQUE (2013) que faz uma análise da configuração sociopolítica do movimento contestatório da Praia da Estação, a partir da análise dos registros midiáticos publicados na internet.

seis anos, esse bloco concentra-se na Praça da Estação e desfila pelas ruas do Centro de Belo Horizonte.



Figura 19 – Apropriação da Praça da Estação, em Belo Horizonte, pelo bloco de carnaval “Praia da Estação”, em 2013.

Autor: BERNARDO, 2013a.

Um dos pontos altos do cortejo refere-se à passagem em frente à sede da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, onde um carro-pipa, previamente articulado, transforma a Avenida Afonso Pena em outro espaço de “praia”, em um ato político festivo. Muitas vezes, ao longo do desfile do “Bloco da Praia da Estação”, entoam-se “gritos de guerra” já conhecidos dos engajados foliões belo-horizontinos, como o “Ei, Lacerda, o seu governo é uma merda” e o “Ei, polícia, a praia é uma delícia” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 8 e 29).



Figura 20 – Cortejo do bloco de carnaval “Praia da Estação”, na Av. Afonso Pena em frente à sede da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em 2012.

Autor: RAJÃO, 2012.



Figura 21 – Ato político festivo do bloco de carnaval “Praia da Estação”: caminhão-pipa molhando os foliões em frente à sede da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em 2012.

Autor: RAJÃO, 2012.



Figura 22 – Apropriação política e transgressora da rua: foliões do bloco de carnaval “Praia da Estação” na Avenida dos Andradas, em Belo Horizonte, no ano de 2013.

Autor: BERNARDO, 2013b.

No período entre 2011 e 2013, a atração já de alguns milhares de foliões pelos blocos de carnaval de rua não foi bem recebida pelas autoridades da capital mineira como o Corpo de Bombeiros, o Ministério Público Estadual, a Polícia Militar, a então (e atual) gestão da administração pública municipal e seus órgãos gestores relacionados, BHtrans (transporte e trânsito) e Belotur (turismo). Esses órgãos enquadravam o desfile dos blocos de carnaval de rua como um evento, e não como uma manifestação cultural. Isso implica a necessidade de um processo prévio de licenciamento junto à Prefeitura, uma vez que o Código de Posturas de Belo Horizonte determina que qualquer evento que se realize no logradouro público tem que ser legalmente licenciado (BELO HORIZONTE, 2003; alterada por BELO HORIZONTE, 2010a).

Segundo esclarecimentos da própria Prefeitura, o Código de Posturas é uma lei municipal que “reúne o conjunto de normas que regulam a utilização do espaço urbano pelos cidadãos” e “foi criado para organizar a cidade, fazendo com que o interesse de todos prevaleça sobre o interesse individual.” (PREFEITURA BELO

HORIZONTE, [20--?]). O Código de Posturas em vigor, Lei nº 8.616, foi aprovado em 14 de julho de 2003 e alterado pela Lei nº 9.845, em 08 de abril de 2010. Em seu Art. 2º, essa lei define que logradouro público e via pública, respectivamente, são:

§ 1º - Para os fins deste Código, entende-se por logradouro público:

I - o conjunto formado pelo passeio e pela via pública, no caso da avenida, rua e alameda;

II - a passagem de uso exclusivo de pedestre e, excepcionalmente, de ciclista;

III - a praça;

IV - o quarteirão fechado.

§ 2º - Entende-se por via pública o conjunto formado pela pista de rolamento e pelo acostamento e, se existentes, pelas faixas de estacionamento, ilha e canteiro central. (BELO HORIZONTE, 2003 – grifos nossos).

Desse modo, os espaços considerados de uso público, logradouros e vias, foram definidos considerando suas características construtivas e funcionais, não se respaldando em nenhuma noção sobre o que é público e quais são os usos legítimos dos espaços públicos. Da mesma forma, a grande maioria dos usos permitidos pelo código é de caráter funcional, como circulação, estacionamento, carga e descarga etc., ou relaciona-se com algum objeto construído nesse espaço, como o mobiliário urbano e os engenhos de publicidade. Até o ano de 2010, a única exceção ficava por conta das “passeatas e manifestações populares”, que foram agrupadas em um mesmo tópico, provavelmente, por serem consideradas de mesma natureza, como pode ser observado no artigo a seguir

Art. 49 - O logradouro público, observado o previsto neste Código, somente será utilizado para:

I - trânsito de pedestre e de veículo;

II - estacionamento de veículo;

III - operação de carga e descarga;

IV - passeata e manifestação popular;

V - instalação de mobiliário urbano;

VI - execução de obra ou serviço;

VII - exercício de atividade;

VIII - instalação de engenho de publicidade;
(BELO HORIZONTE, 2003 – grifos nossos).

Em abril de 2010, o Código de Posturas foi alterado (BELO HORIZONTE, 2010a). Dentre suas várias modificações, foram incluídos os “eventos” e as “atividades de lazer” na lista de usos permitidos em logradouro público. Não foi possível verificar se essa alteração surgiu em decorrência da polêmica da proibição de “eventos de qualquer natureza” na Praça da Estação e que teve como consequência o surgimento do movimento de protesto da “Praia da Estação”. Todavia, o fato é que a inclusão da categoria “eventos” ocorreu quatro meses depois da publicação do decreto proibitivo e um mês antes de sua revogação.

Como em nenhuma das leis e decretos citados existe uma definição do que é uma manifestação popular, desde então, as medidas do Poder Público sobre a questão do uso do espaço público buscou enquadrar como evento qualquer uso não funcional em logradouro público. Essa tentativa encontrava respaldo em outra norma jurídica, a Lei 9.063, aprovada em 17 de janeiro de 2005, que regulamentou os procedimentos e exigências para a realização de eventos em Belo Horizonte. Segundo essa lei, considera-se evento “o acontecimento institucional ou promocional, comunitário ou não, previamente planejado com a finalidade de criar conceito e de estabelecer a imagem de organizações, produtos, serviços, ideias e pessoas cuja realização tenha caráter temporário e local determinado.” (BELO HORIZONTE, 2005, Art. 2º). Ademais, os eventos podem ser classificados como culturais, de entretenimento e lazer, esportivos, expositivos, políticos, religiosos e sociais. Eles podem ter duração momentânea (horas) ou continuada (dias), quanto à dimensão do público, podem ser de pequeno (até 25 mil), médio (entre 25 e 100 mil) ou grande porte (acima de 100 mil) e, finalmente, podem ser realizados em logradouro público, parque ou espaço não edificado e em espaço edificado, caracterizado como recinto fechado (BELO HORIZONTE, 2005, Art. 2º). Portanto, de acordo com as definições legais determinadas pela Lei 9.063/2005, praticamente qualquer manifestação realizada no espaço público pode ser interpretada como um evento.

Se no início o número de blocos de carnaval de rua e de foliões era pequeno para despertar a preocupação dos órgãos públicos, a partir de 2012 a Prefeitura municipal procurou dialogar com seus representantes. Considerando-os como eventos, a proposta da gestão municipal era cadastrá-los na Belotur, de maneira a adotar uma interlocução única e facilitada com os demais órgãos envolvidos no procedimento de licenciamento desse evento, no caso o desfile dos blocos de carnaval, e para o provimento de infraestrutura adequada, como a instalação de banheiros químicos, a adoção de intervenções no trânsito e o resguardo da segurança dos foliões (BELO HORIZONTE. BELOTUR, 2012).

Desse modo, alegando que os blocos de carnaval eram eventos, e não manifestações culturais, os diferentes órgãos públicos começaram a exigir uma série de medidas para controle da festa, como o cercamento da área de desfile do cortejo, a limitação do número de participantes e a elaboração de projeto de prevenção de acidentes. Exigências como essa, aliadas às reclamações de alguns moradores do Bairro Santo Antônio a respeito da sujeira, insegurança, barulho, depredação, fechamento das ruas ao acesso de veículos e a presença de multidões acabou por inviabilizar o desfile do bloco pré-carnavalesco do “Santo Bando”, entre os anos de 2012 e 2014. Seus organizadores, que tentaram seguir o rito burocrático do licenciamento de eventos no ano de 2012, declararam que cobranças foram muito rigorosas e os próprios órgãos públicos – Ministério Público Estadual, Polícia Militar, BHTrans e do Corpo de Bombeiros – não chegavam a um acordo sobre as exigências e recomendações necessárias para o desfile do bloco (Estado de Minas, 2012; G1 MG, 2012). Em 2015, esse bloco voltou a desfilar no pré-carnaval pelas ruas do mesmo Bairro Santo Antônio, mas dessa vez a convite da própria Prefeitura de Belo Horizonte (AGUIAR, 2015; COSTA, 2015; RIGUEIRA, 2015).

Do lado dos representantes dos blocos, havia e continua existindo uma resistência em relação ao cadastramento que é composto por informações como data de saída e chegada, local de concentração, trajeto e público estimado. Ademais, quase todos os blocos contemporâneos surgidos nos primeiros anos de retomada do carnaval possui uma posição declaradamente contrária ao enquadramento dos blocos como eventos, pois isso implica a adoção de uma série de procedimentos burocráticos relativos ao licenciamento, pagamento de taxas e

expedição de alvarás (GIUDICE, 2013). Para esses blocos, o enquadramento do carnaval de rua como evento configura-se, em última instância, como uma medida excessiva de controle sobre as manifestações culturais no espaço público em geral, além de abrirem precedentes para a institucionalização dos blocos e a criação de laços de dependência com a administração municipal, como ocorreu com as escolas de samba e blocos caricatos na década de 1980 (PODIA SER PIOR et al., 2012 - texto e vídeo; CASTRO, 2015). Como demonstrado pela História do carnaval em Belo Horizonte, a institucionalização das brincadeiras de rua acabou por criar muitos conflitos entre o Poder Público e as agremiações carnavalescas, o que culminou na decadência da folia belo-horizontina na década de 1990 e início dos anos 2000.

As ações de controle do poder público sobre o uso das ruas e demais espaços públicos da cidade de Belo Horizonte levou a Prefeitura Municipal a emitir, em 2012, um comunicado a vários bares, restaurantes e similares do Bairro Santa Tereza, por meio da Gerência Regional de Licenciamento e Fiscalização Integrada - Leste, ameaçando os estabelecimentos de multa caso eles recebessem qualquer evento em logradouro público que não fosse previamente licenciados junto à regional, “inclusive carnaval, blocos, desfiles e outros”. Por sua vez, a Polícia Militar de Minas Gerais, juntamente com fiscais da Prefeitura, chegou a ameaçar, em 2011, os “integrantes dos blocos de multa e prisão, intimidando por meio de um contingente policial ostensivo” os foliões fantasiados que estavam nas imediações da Praça Floriano Peixoto no sábado de carnaval. Em 2012, a tropa de choque da Polícia Militar lançou bombas de efeito contra os foliões que brincavam o carnaval em frente à sede da Prefeitura Municipal (PODIA SER PIOR et al., 2012 - texto e vídeo; COSTA, 2015 - vídeo). E 2015, ano em que a festa carnavalesca dos blocos já buscava ser incorporada pela programação oficial da Belotur, a presente pesquisadora assistiu a uma breve negociação entre os foliões responsáveis pela organização do caminhão-pipa e poucos policiais para que o tradicional ato político do “Bloco da Praia da Estação”, representando pelo banho coletivo de mangueira em frente ao edifício da Prefeitura de Belo Horizonte, pudesse acontecer.

Contudo, nenhuma dessas medidas oficiais foi suficiente para conter o renovado desejo dos belo-horizontinos de se apropriarem novamente das ruas e praças da cidade para brincar o carnaval. Assim, a cada ano, novos grupos iam

sendo criados em Belo Horizonte, inspirados e incentivados pelo sucesso dos carnavais anteriores. Se, no início, a maioria absoluta dos foliões era constituída pelos belo-horizontinos que deixaram de viajar para aproveitar os festejos da sua própria cidade, ao longo dos anos, a incipiente fama do carnaval da capital mineira começou a seduzir também moradores de outras cidades e estados do Brasil. No entanto, atualmente, a maior parte desses turistas ainda são pessoas que possuem relações pessoais com a cidade e com seus moradores.

Nos últimos seis anos, o modelo de blocos de carnaval de rua foi se consolidando, o número de blocos foi crescendo e passou a atrair um número cada vez maior de foliões, tanto no período de pré-carnaval quanto no feriado oficial. No ano de 2012, a imprensa relatava que pelo menos 30 blocos tinham surgido recentemente em Belo Horizonte (BRANT, 2012) e que, segundo dados da Belotur, 48 blocos haviam sido oficialmente cadastrados e outros 22 desfilaram sem cadastramento (G1 MG, 2013). No ano seguinte, 2013, eram 72 o número de blocos cadastrados e cerca de outros 18 tinham desfilado sem cadastramento pelas ruas da capital mineira (G1 MG, 2013). Em 2014, foi, inicialmente, divulgado que 137 blocos tinham se cadastrado (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. BELOTUR. 2014a; G1 MG, 2013) e, oito meses depois, publicou-se que esse número havia chegado a 186 blocos registrados (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. BELOTUR. 2014b).

Esse fenômeno culminou, no ano de 2015, no desfile de 177 blocos de carnaval de rua cadastrados (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. 2015b). Vários deles atraíram alguns milhares de foliões às ruas, outros levaram dezenas de milhares – como o “Então, Brilha!” que arrastou 40 mil pela zona de prostituição do chamado Baixo Centro no sábado de carnaval; o “Chama o Síndico”, 30 mil na região da Praça da Liberdade e Centro na quarta-feira pré-carnavalesca; e o “Alcova Libertina”, 30 mil na Avenida dos Andradas no trecho entre os bairros Santa Efigênia, Santa Teresa, Centro e Floresta no domingo de carnaval. Todavia, o maior deles foi o bloco “Baianas Ozadas” que levou 100 mil pessoas, quase dez vezes mais do que no ano anterior, à região da Praça da Liberdade e ao Centro na segunda-feira de carnaval (ALMEIDA, 2015). Mesmo depois de dificuldades de liberar o desfile do carro de som com o Corpo de Bombeiros (SOUZA; BRAGA;

RAGE, 2015) e ainda que enfrentando muita chuva, uma multidão de foliões acompanhou o desfile do bloco “Baianas Ozadas” até o ponto de dispersão no Viaduto Santa Tereza no Centro de Belo Horizonte.



Figura 23 – O bloco de carnaval “Baianas Ozadas” levou 100 mil foliões às ruas do Centro de Belo Horizonte, no ano 2015.

Autor: COUTINHO, 2015.

Esse expressivo crescimento do número de blocos de rua e de seus foliões pressionou o Poder Público a mudar sua estratégia em relação aos blocos de carnaval, desistindo de forçar o enquadramento deles como evento, e incentivou a adoção de outra postura da gestão municipal em relação à promoção da festa carnavalesca em Belo Horizonte. Se, num primeiro momento, o carnaval de Belo Horizonte estava relegado ao segundo plano pela administração pública, o crescimento vertiginoso do carnaval de rua despertou os interesses políticos e econômicos pela institucionalização do carnaval. Assim, em 2014, acontece uma intervenção mais incisiva e estruturada da prefeitura no sentido promover o carnaval de rua como um novo produto turístico da capital. Nesse ano, a própria Prefeitura e

a imprensa anunciaram amplamente que Belo Horizonte teria o maior carnaval de sua história. A expectativa da Prefeitura Municipal era que mais de um milhão de foliões iriam brincar nas ruas e praças da cidade, não só nos blocos de carnaval como também nos eventos que compunham a programação oficial. Essa programação contava com o desfile das escolas de samba e grupos caricatos que, depois de 14 anos, voltou a acontecer na avenida mais importante da cidade, a Av. Afonso Pena. Além disso, incluía inéditos 14 palcos – as Estações do Samba – que foram montados em todas as regionais da cidade e que apresentaram atrações diversas selecionadas pela Belotur (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2014a, 2014c e 2014f). Em 2015, essa estrutura foi aperfeiçoada e ampliada, passando a contar com mais dois palcos especiais para o público infantil, sendo um localizado no Centro e outro na Pampulha (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2015a).

No presente ano, até mesmo os empresários do setor de turismo passaram a se interessar pelas oportunidades de negócios que poderiam ser gerados pelo carnaval de Belo Horizonte. Desse modo, a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis em Minas Gerais (ABIH-MG) e a Associação Brasileira de Agentes de Viagens em Minas (ABAV-MG) lançaram, em janeiro de 2015, opções de pacotes para turistas interessados em passar os festejos na capital mineira (MIRANDA, 2015). A estratégia dos empresários era oferecer uma mistura de folia, cultura e belezas naturais, agregando aos pacotes passeios a outros atrativos em locais próximos à Belo Horizonte, como a Serra do Cipó³⁹, o Instituto Inhotim⁴⁰ e as cidades históricas (ABIH-MG, 2015; CUNHA, 2015). A expectativa do setor, não

³⁹ A Serra do Cipó é dos principais destinos turísticos de Minas Gerais, localizada na região central do estado, estando inserida nos circuitos turísticos denominados Estrada Real e Circuito do Diamante. Ela possui um Parque Nacional e uma Área de Preservação Ambiental (APA). “A área é considerada patrimônio natural em função de sua grande variedade de espécies endêmicas da fauna e flora. Rica em recursos hídricos, se localiza [sic], no divisor de águas de duas importantes bacias hidrográficas, Rio São Francisco e do Rio Doce. [...] Dentro de seus limites estão cânions, paredões, campos rupestres, lagoas, inúmeras cachoeiras, corredeiras e piscinas naturais.” (CIRCUITO TURÍSTICO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ).

⁴⁰ O Instituto Inhotim é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que possui um dos mais importantes acervos de arte contemporânea do mundo e uma coleção botânica que reúne espécies raras e de todos os continentes. Segundo o próprio instituto, seus acervos são mobilizados para o desenvolvimento de atividades educativas e sociais para públicos de faixas etárias distintas, inclusive da comunidade do município de Brumadinho onde ele se localiza. (INHOTIM)

confirmada posteriormente, era de que cerca de 500 mil turistas viriam pular o carnaval em Belo Horizonte, atraídos pelos blocos de rua e pelos demais atrativos da região (CUNHA, 2015).

Segundo balanço da Prefeitura Municipal, “O Carnaval de Belo Horizonte foi um sucesso em 2015.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2015a). Os dados são positivos: 1,5 milhão de foliões, 177 blocos de rua cadastrados, 92 apresentações artísticas e 18 DJs em 14 palcos, 16 blocos caricatos, 6 escolas de samba. A Corte Momesca oficial participou de eventos públicos e particulares, em um total de 88, entre dezembro de 2014 e março de 2015. A Prefeitura investiu R\$ 5,5 milhões, entre recursos próprios e de patrocinadores, valor 2,6 maior do que o aplicado em 2009, quando o investimento foi de R\$ 1,5 milhão. Em relação à segurança, ocorreram apenas 55 ocorrências de furto e roubo, mas não foi registrada nenhuma ocorrência policial grave. Foram disponibilizadas 1.800 cabines de banheiros químicos e a SLU montou a “Operação Carnaval” que mobilizou 991 funcionários. Entre o sábado e a terça-feira de carnaval, a BHTrans mobilizou cerca de 250 agentes de trânsito por dia.

Ainda de acordo com esse balanço, foram gerados 4.700 postos de trabalho temporários, por meio das empresas contratadas para produzir, organizar e operar a estrutura implantada para a festa. No comércio informal, foram contabilizados 1.180 vendedores ambulantes cadastrados pela Belotur. Houve um crescimento de 30% nas viagens de táxi em relação ao ano de 2014, além de um aumento de 70% e 30% no movimento dos bares e restaurantes em relação a, respectivamente, 2008 e 2014. Os resultados do projeto de parceria entre a Belotur e as agências de turismo, o chamado BH Receptiva, indica que existe potencial para o crescimento das vendas de pacotes turísticos para o carnaval belo-horizontino. No setor de turismo, foi registrado ainda um crescimento médio de 50% na procura por serviços turísticos e de 20% na venda dos mesmos. Na avaliação do presidente da Belotur, Mauro Werkema,

Os resultados inserem Belo Horizonte na agenda nacional da folia, nos principais carnavais de rua do Brasil e, ao mesmo tempo, passa a ser reconhecido como o maior evento da capital. Está consolidado como um Carnaval seguro, familiar, democrático e de graça. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2015a - grifo nosso).

Contudo, a mudança na postura da Prefeitura Municipal e atração dos interesses econômicos despertados pelo sucesso do carnaval de rua belo-horizontino são considerados como oportunistas por representantes de importantes blocos de Belo Horizonte. De acordo com Roberto Andrés, organizador de um dos primeiros blocos criados nessa safra contemporânea, o “Tico Tico Serra Copo”, nos primeiros carnavais, entre 2009 e 2011, os blocos de rua foram reprimidos pelo Poder Público e desconsiderados pelos políticos que não enxergavam nenhum potencial no que estava ocorrendo nas ruas. A partir de 2012, o Poder Público “passou a aceitar folia, mas sempre tentando impor a sua lógica, sem ouvir os anseios de quem faz o carnaval.” (ANDRÉS apud CASTRO, 2015). Para Guto Borges, outro importante representante do carnaval de rua e co-fundador de vários blocos belo-horizontinos importantes, como o “Mama na Vaca” e o “Tico Tico Serra Copo”, “O poder público e seus aliados chegaram atrasados e agora querem ditar regras para um bloco que já partiu” (BORGES apud CASTRO, 2015). Peu Cardoso, regente do maior bloco de Belo Horizonte, o “Baianas Ozadas”, defende que “O poder público tem que entender que quem faz e organiza a festa é o povo e os blocos que estão na rua. Se a prefeitura quiser organizar, ela deve conversar de forma mais profunda e criativa com as pessoas” (CARDOSO apud CASTRO, 2015).

Portanto, a retomada do carnaval de rua pelos blocos, em Belo Horizonte, possui uma origem comum, engendrados por um movimento não institucionalizado e autogerido de ocupação dos mais variados espaços públicos da cidade que mistura reivindicações políticas com manifestações festivas. Nesse contexto, os poderes hegemônicos, políticos e econômicos ainda estão meio perdidos sobre a forma de lidar com esse tipo de movimento que se articula na escala do espaço vivido, aquele da vida cotidiana e que não é captado pelas instâncias institucionais. Um movimento que mistura pessoas que não se conhecem, mas que tem interesses e ideias em comum, que propõe novos espaços de discussão em rede e em tempo real, utilizando todos os recursos disponíveis da tecnologia e da internet, e que acaba por levar uma multidão a se apropriar da cidade e a questionar o *status quo* por meio da celebração e da alegria.

5.2. “Carnaval de rua e de luta”⁴¹

Em 02 de fevereiro de 2015, o vídeo intitulado “Sobre carnavais e revoluções” é publicado no YouTube⁴² e espalha-se rapidamente pelo Facebook⁴³. Segundo seu idealizador e diretor, Fred França (2015), esse vídeo pretende trazer um olhar sobre o carnaval de rua de Belo Horizonte, enfatizando o ano de 2014, sob a perspectiva do historiador, músico e folião Guto Borges, um dos principais responsáveis pelo movimento de retomada dos blocos de rua. A cena inicial do vídeo apresenta o seguinte texto:

Belo Horizonte, 2009: apesar da resistência de alguns grupos, o discurso dominante era de que a cidade não tinha vocação para a folia.

Nesse momento surge uma nova safra de blocos, com a proposta de ocupar as ruas e gerar reflexão sobre a cidade e o poder de transformação da festa.

De lá pra cá, o carnaval na cidade só cresceu. (FRANÇA, 2015)

Em 25 de fevereiro de 2015, Guto Borges, Roberto Andrés, Gustavo Caetano e Rafael Barros foram entrevistados pelo radialista Eduardo Costa no programa Chamada Geral da Rádio Itatiaia. Esses quatro representaram os grupos de foliões que fundaram os precursores blocos “Mama na Vaca”, “Unidos do Samba Queixinho Underground Baticum”, “Tico Tico Serra Copo” e “Filhos de Tcha Tcha”. Na entrevista, que durou cerca de trinta minutos, foram discutidas várias questões contemporâneas sobre o carnaval de Belo Horizonte como a ocupação democrática das ruas, praças e demais espaços públicos, a interpretação dos blocos como manifestação cultural, os conflitos com a Prefeitura e a Polícia Militar, além da

⁴¹ “Carnaval de rua e de luta”: expressão utilizada por muitos blocos de carnaval de rua de Belo Horizonte que traduz o espírito de luta política e reivindicação na cidade.

⁴² YouTube é a maior página eletrônica de compartilhamento de vídeos pela internet. Criada em 2005 na Califórnia, foi vendida para o Google no final de 2006 por mais de 1,65 bilhões de dólares. (DICKEY, 2013).

⁴³ Facebook é a marca da maior rede social via internet do mundo, criada em 2004. Em setembro de 2014, esse site possuía mais de 1,35 bilhões de usuários. (FACEBOOK © website, 2015).

mudança de postura do Poder Público em relação à festa nos últimos dois anos (COSTA, 2015 - vídeo).



Figura 24 – Apropriação da passarela de pedestre que cruza a linha férrea, em Belo Horizonte, pelo bloco de carnaval “Tico Tico Serra Copo”, em 2013.

Autor: LEITE, 2013.



Figura 25 – Apropriação de um viaduto deserto no feriado carnavalesco, no Bairro Lagoinha em Belo Horizonte, pelo bloco de carnaval “Tico Tico Serra Copo”, em 2012.

Autor: RAJÃO, 2012.

No mesmo dia 25 de fevereiro, foi publicado, no YouTube e na página virtual do jornal O Tempo, a primeira parte do mini-documentário “Samba e Suor”, idealizado pelo fotojornalista Leo Fontes. A segunda parte do mini-documentário foi divulgada no dia 05 de março de 2015 nos mesmos ambientes virtuais. O objetivo dos vídeos, segundo seus realizadores, é retratar a transformação que vem ocorrendo no carnaval belo-horizontino, enfatizando seu forte apelo político, reivindicatório e revolucionário (FONTES, 2015a e 2015b - vídeos).

Em 14 de março de 2015, aconteceu na ocupação Vitória a primeira exibição do filme “ISIDORA: Carnaval e luta”, um curta-metragem que, segundo a divulgação publicada no Facebook, registra o encontro do “Bloco Filhos de Tcha Tcha” com as ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, todas localizadas na região do Isidoro (NAESSA, 2015). Atualmente, segundo dados do próprio movimento, as ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória contam, respectivamente, com cerca de 1.500, 2.500 e 4.500 famílias de sem-casa e sem-terra.

A ocupação Rosa Leão surgiu em maio de 2013 e as demais foram criadas em julho do mesmo ano, impulsionadas pelo contexto das Jornadas de Junho – como ficou conhecida a série de manifestações que levou às ruas milhões de pessoas em junho de 2013 e que ocorreu em muitas cidades do Brasil (OCUPAÇÃO ESPERANÇA, [201-?]; OCUPAÇÃO VITÓRIA, [201-?]; OCUPAÇÃO ROSA LEÃO, [201-?]). Todas essas ocupações estão localizadas na região conhecida, oficialmente, como Isidoro ou, conforme militantes do movimento, Isidora. Ela está situada no extremo norte do município de Belo Horizonte, expandindo-se para além da divisa com o município de Santa Luzia. A região do Isidoro possui grande relevância ambiental e corresponde à última grande gleba desocupada de Belo Horizonte. De acordo com os dados oficiais, ela abrange uma área total de 9,5 Km², o que supera os 8,9 km² da área interna à Avenida do Contorno, ou seja, o Isidoro é maior que a área originalmente planejada, no final do século XIX, para abrigar toda a zona urbana da nova capital de Minas Gerais (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. SMAPU. [201-?]).



Figura 26 – Apropriação das ruas de terra na ocupação Rosa Leão, na divisa dos municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia, pelo bloco de carnaval “Filhos de Tcha Tcha”, em 2014.

Autor: JORGE, 2014.



Figura 27 – Apropriação das ruas de terra nas ocupações Esperança e Vitória, na divisa dos municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia, pelo bloco de carnaval “Filhos de Tcha Tcha”, em 2015.

Autor: MUSA, 2015.

Em julho de 2013, uma decisão judicial determinou a reintegração de posse das áreas ocupadas na região do Isidoro em favor do município de Belo Horizonte e de outros proprietários privados (TJMG, 2014). Assim, sob ameaça da operação de reintegração de posse em agosto de 2014, a Ordem dos Advogados do Brasil em Minas Gerais (OAB-MG), o Ministério Público estadual (MPMG) e a Defensoria Pública do Estado entraram com ações no sentido de suspender a ordem de despejo (DINIZ; SANTOS, 2014). Simultaneamente, houve grande pressão da opinião pública e a criação do movimento “Resiste, Isidoro” que contou com o apoio de mais de quinhentos professores de todo o país, através da publicação do “Manifesto de docentes em solidariedade às Ocupações do Isidoro”, e também com a solidariedade do instituto de pesquisas Observatório das Metrôpoles⁴⁴ (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2014). Nesse contexto, o processo de retirada das famílias ainda se encontrava em suspenso até a data de finalização dessa pesquisa.

Os exemplos acima demonstram que, no caso de Belo Horizonte, vários blocos de rua, através da diversidade de estandartes, fantasias e brincadeiras, sustentam uma variedade de bandeiras políticas, sociais e espaciais que repercutem para além do período da folia e da temática do carnaval. Nesse sentido, alguns blocos de carnaval belo-horizontinos já são identificados pelos demais foliões de acordo com a tônica de suas reivindicações como a defesa pela apropriação dos espaços públicos, áreas marginalizadas, bairros periféricos, vilas e favelas (blocos “Praia da Estação”, “Tico Tico Serra Copo”, “Pena de Pavão de Krishna”, “Então, Brilha”), o apoio aos movimentos populares por moradia (blocos “Filhos de Tcha Tcha” e “Tico Tico Serra Copo”), a criação de espaços livres de produção cultural (bloco “Blocomum”) e questões relacionadas ao transporte público e mobilidade urbana (bloco “Bloco Pula Catraca! - Associação Carnavalesca Antitarifária” e “Bloco da Bicicletinha”).

⁴⁴ O Observatório das Metrôpoles é um instituto virtual que reúne, atualmente, 159 pesquisadores, 59 instituições universitárias, órgãos governamentais e organizações não-governamentais, sob a coordenação geral do IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, [201-?]).



Figura 28 – Apropriação do campo de futebol na Vila Ventosa, em Belo Horizonte, pelo bloco de carnaval “Pena de Pavão de Krishna” ou “PPK”, no ano de 2014.

Fonte: NINJA MÍDIA, 2014a.



Figura 29 – Apropriação pelo bloco de carnaval “Então, Brilha!” da Rua Guaicurus, localizada em uma área marginalizada e de prostituição no Centro de Belo Horizonte, no ano de 2015.

Fonte: ANJOS, 2015.

No contexto de efervescência política do período pós-Jornadas de Junho de 2013, dois outros importantes movimentos, que posteriormente criaram seus próprios blocos carnavalescos, surgiram em Belo Horizonte: o Tarifa Zero BH e o Espaço Comum Luiz Estrela.

O movimento Tarifa Zero BH está diretamente relacionado com as manifestações que ocorreram na capital mineira no ano de 2013. De acordo com relato de um de seus representantes, André Veloso (2014), publicado na página virtual do movimento, em junho de 2014, a história do movimento começou a partir da realização da 2ª Assembleia Popular Horizontal. Essa assembleia ocorreu no dia 23 de junho de 2013 e contou com a participação de mais de 2 mil pessoas. Ela aconteceu no dia seguinte ao que havia sido, até então, o maior protesto da história recente da capital mineira: 60 mil pessoas marcharam cerca de 7Km, a partir da Praça Sete, no Centro, rumo ao estádio do Mineirão, na Pampulha, por ocasião de um dos jogos da Copa das Confederações em Belo Horizonte. Nessa 2ª Assembleia, deliberou-se pela organização de grupos de trabalho (GTs) temáticos e específicos que tratariam de diferentes assuntos de interesse dos participantes, desde a repressão policial até a reforma política.

Dentre os grupos formados nessa ocasião, estava o GT de mobilidade urbana que passou a ter discussões semanais e ganhou autonomia em relação às reuniões das Assembleias Populares Horizontais. No processo de discussão, o grupo chegou à conclusão que “o cerne da questão” da mobilidade urbana na cidade era a abolição da tarifa de transporte coletivo e, nesse sentido, elaboraram uma proposta de projeto de lei de iniciativa popular⁴⁵. Entretanto, foi a partir dessa proposta que o GT de mobilidade urbana passou a ser conhecido como Tarifa Zero BH, atuando até hoje em várias instâncias de participação. Segundo Veloso (2014), os integrantes do movimento participaram de debates públicos, ações em escolas, pautaram reportagens e denunciaram favorecimentos. Ademais, participaram de instâncias institucionais como a Conferência Municipal de Política Urbana, que aconteceu entre o 2º semestre de 2013 e o 1º semestre de 2014, e elegeram membros para as

⁴⁵ Até o momento de finalização dessa pesquisa, o projeto de lei ainda não havia sido enviado para a Câmara Municipal

Comissões Regionais de Transporte e Trânsito e para o recém-criado Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (Comurb)⁴⁶.

Além das ações anteriormente mencionadas, em 2014, o Tarifa Zero criou o “Bloco Pula Catraca! - Associação Carnavalesca Antitarifária” que desfilou no domingo pré-carnavalesco. O movimento lançou também a marchinha de carnaval “Pula Catraca” que acabou ganhando o 2º lugar no 3º Concurso de Marchinhas Mestre Jonas, em Belo Horizonte (BLOCO PULA CATRACA!, 2014; BAETA, 2014).

Ainda no ano de 2014, o movimento disponibilizou transporte gratuito para os foliões, como forma criativa e proativa de protesto no chamado “Carnaval sem catracas”. Assim, foram mobilizados pelo Tarifa Zero, através de recursos próprios, dois ônibus que circularam gratuitamente em três diferentes itinerários durante os quatro dias de carnaval, de sábado a terça-feira (CAMILO, 2014; TARIFA ZERO BH, 2014a). No ano de 2015, a denominada BUSONA TARIFA ZERO realizou viagens em três diferentes itinerários, entre o sábado e a segunda-feira de carnaval. Segundo seus organizadores o sucesso da proposta foi tamanho em 2015 que foi preciso mobilizar ônibus extras para atender a demanda, tanto no domingo quanto na segunda-feira de carnaval. (TARIFA ZERO BH, 2014a; TARIFA ZERO BH, 2015).

⁴⁶ O Comurb foi criado em 02 de setembro de 2013, através do Decreto nº 15.318. (BELO HORIZONTE, 2013b).

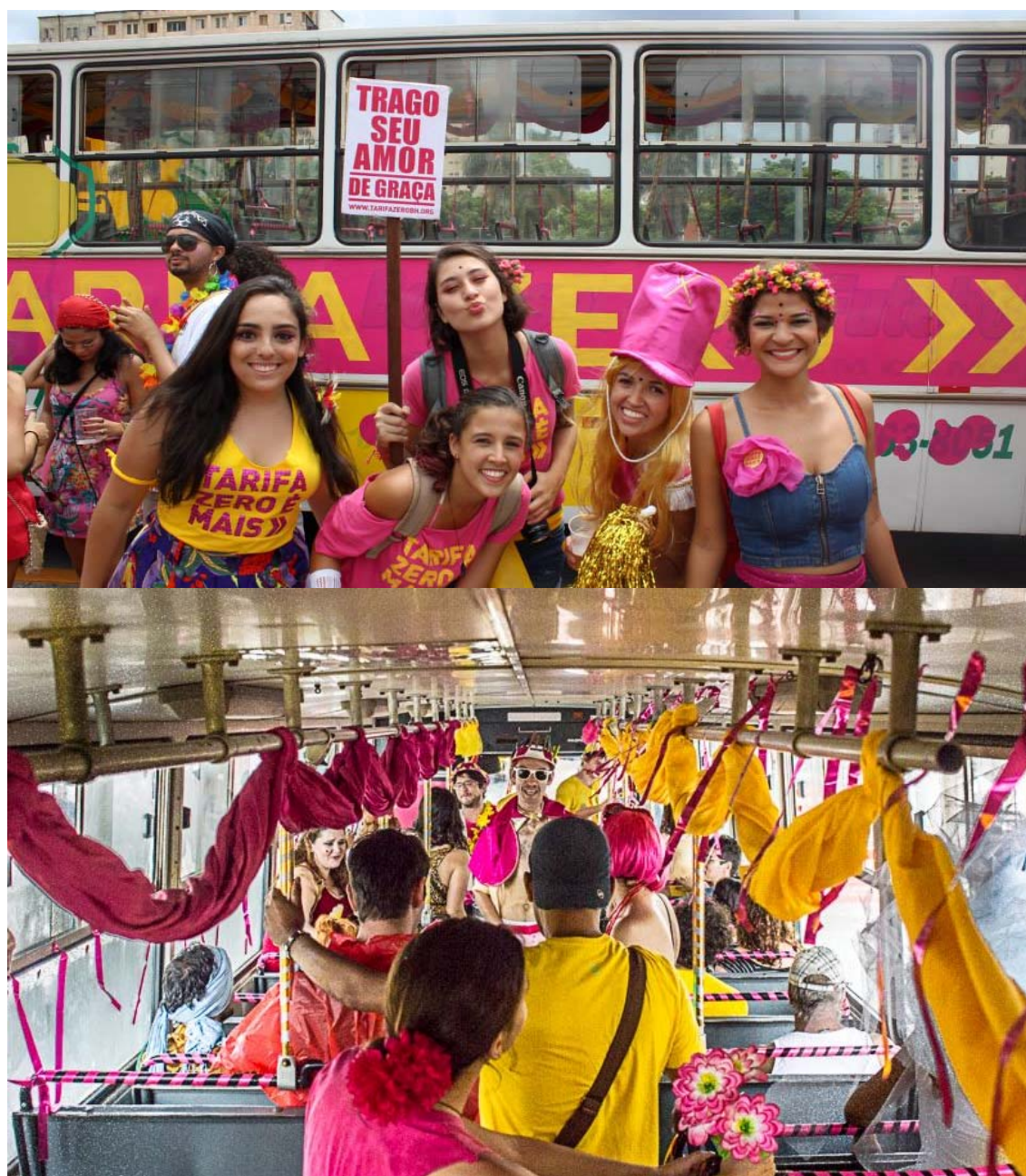


Figura 30 – Dois ônibus gratuitos foram disponibilizados pelo movimento Tarifa Zero BH durante o feriado carnavalesco de 2014, em Belo Horizonte.

Fonte: TARIFA ZERO BH, 2014c; NINJA MÍDIA, 2014, respectivamente.

Nesses dois anos de mobilização, a BUSONA TARIFA ZERO funcionou em horários e trajetos que atenderam não apenas às áreas de maior concentração do carnaval de Belo Horizonte, como também permitiu a ligação a regiões mais distantes e de difícil acesso que foram escolhidas para receber o cortejo dos blocos de carnaval “Tico Tico Serra Copo”, “Filhos de Tcha Tcha” e “Pena de Pavão de

Krishna”. Desse modo, a BUSONA levou os foliões de bairros nobres da região Centro-Sul como Centro, Savassi, Funcionários, Santa Efigênia e Serra, a bairros de classe média e populares como São Geraldo e Esplanada na região Leste, Lagoinha na região Noroeste e Jardim América na Oeste. Além disso, percorreu as importantes vias estruturantes de Belo Horizonte como a Av. do Contorno, Av. Cristiano Machado, Av. Amazonas, Av. dos Andradas e a MG-010. Levou os foliões às vilas e favelas que compõem o Aglomerado da Serra, no limite sul do município, e ainda às ocupações de sem-casa da região do Isidoro, no limite norte de Belo Horizonte, cujo acesso viário acontece apenas através do município vizinho de Santa Luzia (TARIFA ZERO BH, 2014a; TARIFA ZERO BH, 2015b).



Figura 31 – Itinerário do ônibus gratuito organizado pelo movimento Tarifa Zero BH no carnaval de 2014, em Belo Horizonte.

Fonte: TARIFA ZERO BH, 2014b.

Portanto, para Veloso (2014), a principal ação do movimento Tarifa Zero BH foi ocupar as ruas de Belo Horizonte.

E, principalmente, OCUPAMOS AS RUAS! De forma ampla e autogestionada, milhares de pessoas foram em ocupações culturais, atos pelo dia nacional de luta pela tarifa zero, pela redução da tarifa, pela abertura das contas, por um carnaval sem catracas, pela melhoria das condições do busão, pelo poder popular na gestão da mobilidade. De protesto na porta do sindicato das empresas de ônibus à porta do presidente da BHTRANS. De ônibus sem catraca no carnaval e nas ocupações à marchinha vencedora. As camisas rosa-e-amarelo passaram a compor a paisagem de BH. As ruas foram e sempre serão o nosso espaço primeiro de construção política. Salve as ruas! É ali que nos encontraremos, é ali que vamos dialogar. (VELOSO, 2014)

Em 2015, a concentração do “Bloco Pula Catraca! - Associação Carnavalesca Antitarifária” aconteceu em frente à Câmara Municipal e seguiu para a Estação de Metrô Santa Tereza onde fez um ato de protesto contra a tarifa do transporte público, unindo-se, posteriormente, com os companheiros do “Blocomum” nas ruas do Bairro Santa Efigênia. No último biênio, estes dois blocos parceiros desfilaram juntos no domingo pré-carnavalesco na região leste de Belo Horizonte (TARIFA ZERO BH, 2014a; TARIFA ZERO BH, 2015a).

O “Blocomum” também foi criado no ano de 2014 pelo Espaço Comum Luiz Estrela. A proposta deste espaço, segundo nota de divulgação do mesmo, é ser um centro cultural aberto e autogestionado voltado para a livre formação artística, possibilitando a existência de uma produção cultural independente do mercado e dos mecanismos institucionais de incentivo à cultura (ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA, 2013).



Figura 32 – Blocos Pula Catraca! - Associação Carnavalesca Antitarifária e “Blocomum” brincando o carnaval em frente aos ônibus do Tarifa Zero BH no carnaval de 2014, em Belo Horizonte.

Fonte: TARIFA ZERO BH, 2014c.



Figura 33 – Cartaz publicado na internet pelo “Blocomum” convidando para o desfile pré-carnavalesco em Belo Horizonte no ano de 2014.

Fonte: “Blocomum”, 2014.

O local que abriga este centro cultural é de propriedade da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) e estava cedido, desde 2012, para a Fundação Educacional Lucas Machado (Feluma), instituição mantenedora da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (ROCHA; MARTINS, 2013). O imóvel corresponde a um casarão tombado como Patrimônio Histórico pelo município e está situado no nobre e central bairro de Santa Efigênia. Contudo, ele estava vazio e abandonado há quase 20 anos.

Assim, uma mobilização formada por um coletivo de militantes e artistas, articulada pela internet, ocupou o casarão no dia 26 de outubro de 2013. Depois de dois meses de resistência e negociação com o Poder Público, o governo do Estado de Minas Gerais cedeu o direito de uso do imóvel para o projeto artístico-cultural do Espaço Comum Luiz Estrela, no dia 16 de dezembro de 2013 (CRUZ, 2014).

Na época de sua ocupação, no final de 2013, o imóvel corria risco de desabamento iminente. Então, o coletivo que atualmente gere o Espaço Comum Luiz Estrela realizou as obras de escoramento emergencial. Parte da verba para essa obra veio através do Programa Adote um Bem, da Diretoria de Patrimônio do município de Belo Horizonte (R\$ 40 mil), e outra parte foi obtida pelo Catarse, página virtual de financiamento coletivo (R\$ 42 mil). Posteriormente, em audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foi requerida verba de R\$ 2 milhões para “a segunda etapa da reforma que prevê a melhoria do telhado e da fachada frontal, além da retirada de uma laje que coloca a estrutura em risco.” (CRUZ, 2014). Todavia, a quantia solicitada não foi alcançada, já que as emendas parlamentares obtiveram apenas R\$ 100 mil do orçamento municipal do ano de 2014 para essa finalidade.

Logo, a previsão é que as atividades culturais do espaço continuem a ser desenvolvidas juntamente com as obras e com as ações diversas para obtenção dos recursos financeiros necessários para a finalização da restauração do imóvel. Nesse sentido, uma das ativistas do movimento, a arquiteta Priscila Musa do núcleo de memória e restauração do Espaço, afirmou “Queremos que o casarão tenha cara de denúncia” (MUSA apud CRUZ, 2014). Para tanto, o projeto de restauração prevê a manutenção das camadas de descascamento, trincas e traços através dos quais será possível contar a história do imóvel.

Portanto, no caso da metrópole belo-horizontina, por detrás do descomprometimento sugerido pela alegria, brincadeiras e excessos do carnaval, expressões tradicionais da vontade de se entregar aos desejos do corpo e da carne antes dos sacrifícios da Quaresma, existe uma ampla agenda de reivindicações que repercutem em outras esferas da vida cotidiana. Dessa forma, importantes blocos do carnaval de rua da capital mineira organizam-se não apenas para realizar o cortejo festivo durante o feriado carnavalesco, mas também se mobilizam em vários outros períodos do ano em prol de bandeiras políticas relacionadas a importantes questões da cidade contemporânea: espaços públicos, moradia, mobilidade urbana, cultura, política e gestão públicas, dentre outras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa nasceu de uma inquietação quanto à prática profissional da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano que tende a interpretar e a intervir no espaço de maneira a desconsiderar quem o engendrou: o próprio homem. Nessa afirmação, não o está considerando como um homem-tipo, um homem-padrão com comportamentos classificáveis em funções e necessidades como foi teorizado no movimento da arquitetura modernista do início do século XX. O que se procurou nessa pesquisa foi reencontrar as possibilidades de criação e transformação do espaço pelo homem e por seus grupos, buscando focar, principalmente, sua dimensão humana e social, situando-o, assim, em seu contexto histórico, cultural e político.

Na maior parte das vezes, os profissionais da arquitetura, do urbanismo e do planejamento elaboram legislações e planos que focam na discussão e implementação de regras de parcelamento, de parâmetros urbanísticos, de ordenamentos dos usos, de classificação das vias, de volumetrias, de altimetrias, de adensamentos, de permeabilidade, de áreas de risco etc. A aprovação do Estatuto da Cidade⁴⁷ (Brasil, 2001), por exemplo, sistematizou uma série de instrumentos voltados para o cumprimento da função social da propriedade que, no geral, buscam intervir no espaço concreto e construído, considerando ainda as questões jurídicas e econômicas envolvidas. Entretanto, na formulação e implementação dessas políticas sempre se observa a mesma omissão sobre os homens que se apropriam objetiva e subjetivamente dos espaços da cidade. Essa lacuna compreende desde a inexistência de métodos de observação e do registro/inventário das atividades dos grupos sociais nos trabalhos técnicos até a falta de ferramentas que garantem uma participação realmente efetiva da população tanto na formulação dos planos e legislações quanto na sua aplicação e gestão, principalmente no que diz respeito a atividades sócio-espaciais imateriais e simbólicas.

⁴⁷ Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamentou e estabeleceu diretrizes gerais da política urbana.

Aqui não se nega a importância dos diversos instrumentos de política urbana para a produção de uma cidade com mais justiça social e espacial. Contudo, através da aplicação dos mesmos, pouco se consegue apreender sobre as especificidades dos homens que produzem e se apropriam desse espaço. Desse modo, a distância existente entre as instâncias que elaboram e aplicam as políticas do planejamento urbano e a vida cotidiana dos habitantes acaba por criar um “campo cego” (LEFEBVRE, 1999, p. 138-139), no qual as práticas sócio-espaciais muito comumente são ignoradas.

Pode-se contra argumentar que essa inexistência justifica-se pelo fato de que existe uma infinidade de práticas sócio-espaciais na cidade que não pretendem dialogar com as questões mais estruturantes da sociedade. Contudo, por outro lado, pode-se observar que várias outras dessas práticas destacam-se por buscarem uma ação social politicamente orientada para a transformação da realidade.

Logo, o desconhecimento, a negação ou a desvalorização das práticas sócio-espaciais pode ter como consequência o enfraquecimento, ou mesmo, a aniquilação de movimentos com potencial para realizar transformações em escala local e, talvez, até mesmo na escala regional. Pressupondo isso, essa pesquisa procurou construir uma ferramenta teórica que possibilitasse a análise de uma prática sócio-espacial contemporânea politicamente engajada. Para tanto, foi escolhida a apropriação das ruas pelos blocos de carnaval na Belo Horizonte contemporânea. O principal objetivo desse estudo foi retroalimentar a prática da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano, a partir de novas abordagens e pontos de vista sobre a realidade.

Não se pode deixar de destacar que, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, ocorreram importantes fatos que ficaram registrados na História do Brasil e de Belo Horizonte e que contribuíram para deixar mais clara a relação entre a festa carnavalesca na capital mineira e o clima contemporâneo de grandes manifestações políticas nas cidades. Esse é o caso das manifestações populares de 2013, as chamadas Jornadas de Junho, que aconteceram por todo o país, levando multidões às ruas em uma dimensão que não acontecia há 20 anos. Na ampla agenda de reivindicações dos protestos e ocupações, que aconteceram nos períodos pré e pós-Jornadas de Junho, estava incluído o direito de viver a cidade, de se apropriar

dos seus espaços objetiva e subjetivamente, em outras palavras, o próprio Direito à Cidade lefebvriano. No caso belo-horizontino, esse chamado para voltar a ocupar as ruas não era nenhuma novidade, pois já existiam ações de retomada das ruas pelos grupos do carnaval e pelo movimento da “Praia da Estação” desde 2009 e 2010, respectivamente. Essas ações vinham, pouco a pouco, apropriando-se dos mais diversos espaços da cidade com uma mistura de festa e protesto político. Nesse sentido, as manifestações de 2013 acabaram fortalecendo esses movimentos, além de terem influenciado a criação de novos grupos como o Tarifa Zero BH e o Espaço Comum Luiz Estrela.

Nos anos de 2014 e 2015, o carnaval de Belo Horizonte explodiu, levando quase duzentos blocos e mais de um milhão de pessoas às ruas. Provavelmente, dentro desse crescimento exponencial do número de blocos, muitos deles foram criados com finalidades diferentes daquelas propostas pelos blocos pioneiros com forte viés político. Ademais, o sucesso do carnaval belo-horizontino despertou interesses econômicos e políticos hegemônicos que, atualmente, estão olhando para a festa carnavalesca como um produto que tem potencial para geração de lucro e propaganda política. Contudo, a inserção desses novos sujeitos, forças e interesses não diminuiu a importância da festa nem a discussão gerada em torno dela. Pelo contrário, agregou aos conflitos sócio-espaciais do período carnavalesco elementos que já estão presentes em questões mais gerais da cidade durante todo o ano.

De modo a inserir a efemeridade da festa carnavalesca em um processo mais amplo de produção e reprodução da sociedade e do espaço, esse trabalho buscou resgatar conceitos fundamentais para interpretação da realidade sócio-espacial. Assim, a teoria lefebvriana foi utilizada de maneira a atribuir definições específicas para os termos “cidade”, “urbano” e “espaço”. Atualmente, essas categorias da realidade são amplamente utilizadas para designar diversos objetos e processos, mas que acabam tendo seu significado esvaziado justamente pelo emprego indiscriminado e pouco rigoroso desses conceitos.

A apropriação da rua pelos blocos de carnaval reforça o conceito lefebvriano da cidade enquanto obra, quando efetiva o uso da cidade através da festa improdutiva, aquela que não implica nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio. É nesse sentido que, desde 2009, os blocos pioneiros do carnaval de rua

de Belo Horizonte ocupam as ruas da capital. Eles organizam-se através da autogestão e do autofinanciamento, recusam patrocínio público e privado e não visam ao lucro. Sua proposta é ocupar a cidade, reinventar os espaços, re-conectar pessoas, trazer poesia e a alegria para a vida cotidiana e também levantar questões sobre o ambiente urbano, incluir os excluídos e marginalizados, além de denunciar as ações questionáveis do poder político e econômico. Nas palavras de um dos fundadores desse movimento:

O ano [2014] que ficou um pouco mais claro pra mim a dinâmica dessa festa aqui em BH, afinal o nosso carnaval só fez alargar essa cidade. Sim, geograficamente, afinal avistamos lugares, margens e fronteiras do plano urbano formal da cidade com a festa, mas também, e principalmente, só fez alargar essa cidade dentro da gente. [...] Enquanto os blocos se espremiavam, escorregavam pelas ruas de terra, becos e vielas, era a cidade que renascia brilhante em nós, e era um novo território afetivo que ia sendo delicadamente construído a tantas mãos e de dentro de nós saía de volta para o mundo a plenos pulmões. (BORGES apud CONCENTRAÇÃO DE CARNAVAL, p. 8)

Mais do que palavras e poesia, esse relato é um exemplo de como a cidade pode ser verdadeiramente apropriada: “Mesmo o cotidiano mais irrisório retém um vestígio de grandeza e de poesia espontânea, exceto, talvez, quando não passa de aplicação da publicidade e da encarnação do mundo da mercadoria, a troca abolindo o uso, ou o sobredeterminando.” (LEFEBVRE, 1999, p. 79). Assim como registrado nesse relato, várias outras experiências individuais decorrentes da apropriação podem existir. Entretanto, quando compartilhadas socialmente, elas engendram práticas sócio-espaciais e que podem se tornar políticas se suscitarem questões da esfera pública.

Por outro lado, olhando para essas práticas com a “Lente do Vivido” é possível vislumbrar também os processos estruturantes da sociedade, pois o vivido está dialeticamente relacionado com as demais dimensões de produção do espaço. Desse modo, ao focalizar o espaço dos habitantes e usuários, aquele apropriado no nível do simbólico e do não verbal (espaço vivido), acaba-se por abordar também questões da realidade cotidiana e urbana (espaço percebido) e detectar imposições no espaço de uma ordem hegemônica dominante (espaço concebido). No caso dos blocos de carnaval de Belo Horizonte, foram identificados diversos conflitos

decorrentes da simultaneidade espaço-temporal da apropriação festiva, dos usos cotidianos e da reprodução das relações de produção.

Por exemplo, enquanto os foliões reinventam as ruas simbolicamente, outros habitantes da cidade continuam levando suas vidas no ritmo normal, mantendo suas rotas de deslocamento entre os lugares de trabalho, de moradia. Quer dizer, enquanto alguns moradores querem fazer festa e brincar na rua, outros querem usufruir do feriado com descanso e tranquilidade. Assim, surgem as disputas sócio-espaciais e é a partir delas que nasce a necessidade de negociação: É necessário fazer o cadastramento dos blocos, indicando horários e trajetos? Deve-se limitar o número de foliões? Deve-se cercar a rua? Deve-se determinar um horário limite de ocupação das ruas? Como será realizado o provimento de infraestrutura como banheiros químicos, operações de trânsito e reforço na limpeza urbana? Como a polícia deve garantir a segurança dos foliões? É o percebido informando o vivido e vice-versa.

Ao mesmo tempo, é o Poder Público municipal que provê a infraestrutura e os serviços urbanos e pode ser legalmente responsabilizado em caso de acidentes ocorridos nos espaços públicos. Quem arca com os custos da infraestrutura voltada para o carnaval? Como lidar com a legislação vigente sobre o uso do logradouro público? Quais órgãos devem ser envolvidos no planejamento do carnaval e quais devem ter a atuação reforçada nas ações durante a folia? Como classificar os blocos de carnaval de rua: eventos ou manifestação cultural? Como o Poder Público pode planejar o carnaval sem ser opressor? É necessário elaborar uma lei específica que regulamente o carnaval? É o concebido informando o percebido e vice-versa.

Além disso, é o Poder Público municipal que tenta planejar o desenvolvimento da cidade e possui as suas próprias concepções sobre o que é melhor para ela e qual a melhor forma de ocupá-la, o que muitas vezes não coincide com o que os usuários e habitantes consideram como melhor. Qual a relação que os blocos de carnaval de rua devem ter com o Poder Público? A apropriação das ruas pelos blocos de carnaval é legítima? Qual é o limite até onde a apropriação que não afeta o direito dos demais? Quando essa apropriação atrapalha o bom funcionamento da cidade? O desfile dos blocos de rua deve ser institucionalizado como acontece com o desfile das escolas de samba? Quais blocos de rua querem patrocínio público ou

privado? Quais blocos de rua querem lucrar com a festa? Como os blocos de rua podem apropriar de espaços periféricos, carentes e marginalizados sem serem opressores? É o vivido informando o concebido e vice-versa.

Mesmo entre os próprios membros da sociedade civil, pode-se vislumbrar a interação entre as três dimensões da produção do espaço. Nesse sentido, alguns dos blocos carnavalescos contemporâneos, predominantemente formados por jovens de classe média, realizam seus cortejos em áreas periféricas e marginalizadas da cidade como vilas, favelas e ocupações. Contudo há de se refletir a respeito das assimetrias de poder que podem estar implícitas nas relações estabelecidas entre esses grupos socialmente desiguais, principalmente, quando um deles apropria-se do território do outro.

Será que o desfile de um bloco carnavalesco, formado por integrantes das camadas mais carentes da população, seria bem recebido nos bairros de classe média ou alta da mesma cidade? Será que a poesia revolucionária expressa pelas imagens dos blocos de carnaval, quando esses sobem os morros, seria do mesmo modo interpretada se a situação fosse inversa? Quanto dos ideais, valores, objetivos e concepções advindas do cotidiano vivido pelas classes médias é imposta de maneira opressora a realidades vividas alheias? Qual é o limiar entre a apropriação revolucionária e a apropriação que simboliza a dominação social, cultural e econômica? Em que medida a população dos morros e ocupações participam efetivamente dos cortejos? Ou será que essa população apenas assiste passivamente a mais uma invasão estranha ao seu espaço, ao seu modo de viver e às suas concepções de mundo? Qual é a diferença entre a crítica social radical e as boas intenções ingênuas?

Esses limites são bastante sutis e difíceis de serem definidos. Desse modo, tanto no caso da prática dos grupos da sociedade civil como na prática profissional dos arquitetos, urbanistas e planejadores, ações bem intencionadas mas, ao mesmo tempo, idealizadas e distantes da realidade podem ser tão ou mais perniciosas do que ações de exploração e de opressão declaradas. É o vivido, o concebido e o percebido relacionando-se dialeticamente no meio dessa ampla categoria denominada sociedade civil.

Portanto, mesmo observando a realidade a partir da “Lente do Vivido” é possível vislumbrar uma rica e complexa rede de relações dialéticas entre os diferentes aspectos da realidade. E as respostas para essas perguntas não pretendem ser respondidas aqui, pois essa pesquisa pressupõe que elas devem ser construídas na esfera pública, através de ampla discussão nas várias instâncias de participação e mobilização da sociedade.

No caso do carnaval de Belo Horizonte, o maior conflito corresponde justamente à própria existência dos blocos de rua. Se nos primeiros anos, os poucos e pequenos blocos foram reprimidos pelo Poder Público em uma interpretação equivocada do que seria reestabelecer a ordem e a segurança da cidade, em 2015, o expressivo crescimento dos mesmos resultou em uma proposta da Prefeitura Municipal de elaboração de legislação específica para regulamentar essa apropriação, garantindo “ocupação democrática e trânsito mais bem organizado” (OLIVEIRA, 2015).

Entretanto, antes que nós, profissionais da arquitetura e do planejamento urbano, voltemos ansiosamente aos escritórios e gabinetes para elaborar mais uma lei ou plano repleto de sonhos e boas intenções, há de se perguntar o que podemos aprender com a experiência do carnaval de rua? Como não incorrer novamente no erro de subjugar as práticas sócio-espaciais pelo poder dominante e, muitas vezes, coercitivo do Estado? E, como a partir dessas práticas, pode-se desenvolver um planejamento urbano mais democrático e participativo? Como dialogar com esses movimentos na construção de um planejamento e estão do carnaval de Belo Horizonte? Qual o limite de intervenção do Estado de maneira a não oprimir e engessar essa festa popular e auto-organizada? Como equilibrar a liberdade da manifestação carnavalesca e o bem viver na cidade pelos demais cidadãos que não se interessam pela festa?

Inicialmente, lidar com o superficial descontrole da festa carnavalesca põe em destaque a tendência do Poder Público em querer controlar todos os usos e apropriações que acontecem na cidade, como se a solução de todos os conflitos ocorresse apenas através de legislações, regulamentações e planos. Nesse sentido, deve-se compreender que as concepções do espaço não engendram necessariamente os usos e apropriações que foram projetados para ele. Pelo

contrário, em muitos casos, as práticas sócio-espaciais da população podem trazer soluções melhores e mais efetivas do que aquelas concebidas nas instâncias de planejamento e de projeto.

No caso do carnaval, fica muito clara a dificuldade da Prefeitura em aceitar a festa pela festa, sem almejar lucros ou outras vantagens. Desse modo, o que os blocos de rua esperam do Poder Público é um mínimo de infraestrutura e de apoio nas operações de desvio do tráfego, limpeza e segurança, ao invés de ações de controle e dominação que tentam enquadrar a folia em modelos pré-definidos. Na ânsia pela regulamentação do desfile dos blocos, pode-se acabar criando uma relação de dependência e submissão desses em relação ao Poder Público, engessando e desestimulando a realização da folia, como aconteceu com o desfile das escolas de samba e blocos caricatos belo-horizontinos na década de 1990.

Outra lição importante que se apreende com a experiência dos blocos de carnaval refere-se às novas formas de promover a participação democrática, através de apropriações festivas e políticas dos espaços na cidade, além da publicação de artigos, livros, manifestos, vídeos, fotos e entrevistas que acabam por colocar temas importantes na pauta de discussão da sociedade, seja através de grupos na internet e redes sociais, seja através de reuniões com os órgãos públicos ou criando outros canais de discussão para além das tradicionais instâncias institucionais. Tudo isso representou uma pressão politicamente saudável que fez com que a Prefeitura Municipal, o Ministério Público Estadual, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar mudassem de estratégias em relação ao carnaval belo-horizontino. Logo, a partir do exemplo concreto dos blocos de carnaval, podem ser estudadas formas de estruturar instâncias de planejamento e gestão urbanas que promovam uma espécie de interface para os processos de proposta, discussão e decisão. Nesse sentido, os projetos para a cidade desenvolver-se-iam a partir das negociações políticas cotidianas de todos os cidadãos, resultando em uma construção coletiva da cidade e das experiências na cidade para além das instâncias institucionais.

É importante destacar que o objeto cidade não pode ser reduzida apenas à visão funcionalista tradicional que divide a cidade em zonas, classifica as ruas em vias e transforma o espaço em números. A cidade é viva! Ela é uma obra engendrada pelo homem, portanto, está em constante transformação. As pessoas

que a habitam possuem necessidades que superam a demanda objetiva por casa, trabalho e lazer, porque elas também possuem desejos, ilusões, saberes, crenças que são realizadas e efetivadas nos diferentes espaços da cidade. Essa dimensão simbólica não pode ser esquecida ao serem elaborados políticas, planos e projetos urbanos. O espaço da cidade não é uma tábula rasa, pois nela existe uma série de práticas que não podem ser apreendidas somente através da análise do espaço construído e das simplistas classificações de usos do solo (residencial, comercial, misto, institucional).

Finalmente, é importante destacar que o carnaval é uma festa tradicional da cultura brasileira e belo-horizontina, um patrimônio imaterial que merece ser fomentado e apoiado. Talvez o carnaval político de Belo Horizonte não consiga promover a revolução. Contudo, as ações dos blocos de rua nos últimos anos demonstraram que é possível sim, através das práticas sócio-espaciais, promover mudanças nas maneiras de viver e pensar *a e na* cidade.

POST SCRIPTUM

Sete meses depois de defendida a presente dissertação, é possível estabelecer um distanciamento em relação ao trabalho e fazer um balanço do mesmo. Para tanto, algumas considerações a respeito do processo e também do resultado final serão apresentadas abaixo.

A pesquisa de mestrado elaborou uma ferramenta teórico-prática denominada “Lente do espaço vivido” que pretendia analisar a apropriação das ruas belo-horizontinas pelos blocos de carnaval à luz da tríade teórica lefebvriana da Produção do Espaço: percebido x concebido x vivido. Considerando a magnitude e densidade da teoria de Lefebvre, foi necessário um intenso aprofundamento na mesma de maneira a realizar uma construção rigorosa de tal ferramenta. Para manter a coerência do estudo, foram elaborados vários outros conceitos complementares, mas fundamentais, a partir dos escritos lefebvrianos como “cidade”, “urbano”, “espaço”, “apropriação”, “produção do espaço”, “Direito à cidade” etc.

Desse modo, o esforço teórico de elaboração dos conceitos e da ferramenta teórico-prática utilizados na pesquisa estendeu-se para além do inicialmente estimado, ocupando cerca de metade do espaço/tempo desta dissertação. Contudo, tudo isso não foi mera contingência, mas reflete o grande esforço empregado pela pesquisadora para romper com seus próprios padrões conceituais e metodológicos, adquiridos tanto durante sua formação acadêmica quanto em sua prática profissional. Desde a escolha do objeto de pesquisa, quanto a escolha da base conceitual e a elaboração da metodologia representaram grandes desafios, por não se enquadrarem no tipo de trabalho normalmente desenvolvido na área de planejamento urbano.

Outro ponto importante a se destacar foi a opção por fazer uma pesquisa histórica sobre o carnaval no Brasil e em Belo Horizonte. A festa carnavalesca não é o objeto de pesquisa, mas sim sua relação com a cidade durante a apropriação que os foliões fazem da cidade, principalmente, no contexto contemporâneo. Contudo, o carnaval em si era um tema novo para a pesquisadora e o desconhecimento dessa festa poderia levar a interpretações equivocadas, levando a crer que questões

urbanas presentes em outros períodos da história fossem erroneamente considerados como inovações e avanços da manifestação carnavalesca contemporânea. Além do mais, não existe uma bibliografia extensa e rigorosa sobre a relação da festa carnavalesca com a cidade no contexto brasileiro e menos ainda para o contexto específico de Belo Horizonte.

Assim, o esforço duplo de construção teórica e de construção de conhecimento sócio-espacial do carnaval em BH, levou à análise da história recente dos blocos de carnaval de rua belo-horizontinos, tendo como consequência uma abordagem mais tímida e restrita do que a pretendida inicialmente pela pesquisa. Apesar de não representar a situação ideal, o resultado final reflete, mais uma vez, as dificuldades e as reflexões que apareceram durante o processo de pesquisa e as escolhas adotadas para solucionar tais questões.

Contudo, isso impactou na aplicação da ferramenta da “Lente do espaço vivido” que não chegou a ser efetivada durante o exame do objeto de pesquisa. Como foi devidamente levantado durante a banca de defesa: “a lente foi construída e, posteriormente, guardada no bolso”. Ou seja, utilizar essa ferramenta proposta nessa dissertação ainda é um desafio a ser alcançado.

Finalmente, um aspecto bastante importante que foi pouco explorado nos capítulos que tratam da apropriação das ruas de Belo Horizonte pelos blocos de carnaval de rua foi a caracterização socioeconômica e política de seus integrantes. Esses blocos são predominantemente formados por jovens de classe média, altamente escolarizados, formadores de opinião e com algum poder político podendo ser socialmente reconhecidos como “jovens de boa família” ou “gente bonita”. Esse fato impacta positivamente na legitimação dos mesmos frente ao Poder Público e à elite da sociedade belo-horizontina.

Apesar de sua origem de classe média, os blocos de carnaval pioneiros propunham uma reflexão crítica sobre a cidade contemporânea, defendendo uma cidade mais justa, igualitária e democrática. Assim, foram levantadas bandeiras políticas reivindicatórias que abordavam questões como o transporte público e o direito à moradia, apoiando inclusive movimentos sociais urbanos como o Tarifa Zero BH e as ocupações de sem-casa e sem-terra. Desse modo, muitos dos cortejos

carnavalescos ocorreram em vilas, favelas e ocupações com o propósito de apoiar e chamar a atenção da sociedade belo-horizontina para esses lugares.

Apesar das boas intenções dos integrantes destes blocos carnavalescos de forte viés político, o que se presencia comumente é a adoção de um papel missionário que a classe média assume, levando sua própria cultura e idealizações para um espaço socialmente carente, mas nem por isso culturalmente pobre. A apropriação por um bloco de carnaval “estrangeiro” de um espaço que em todos os outros períodos do ano é apenas ocupado pelos excluídos pode se tornar bastante problemática se essa relação for esporádica e se os blocos posicionarem-se como “salvadores da pátria” dessas comunidades. Há de se ter muito cuidado e atenção por parte dos blocos para que ocupações de vilas e favelas durante o carnaval não repita e reafirme relações de poder, domínio e opressão que já ocorrem sobre a população socialmente desfavorecida em todos os outros períodos do ano. Acredito que a solução para esse conflito passe pelo empoderamento dessas comunidades, além do diálogo contínuo e simétrico entre os diferentes sujeitos envolvidos em um cortejo carnavalesco com esse tipo de proposta.

Com todas as suas limitações e deficiências, essa pesquisa foi intensamente rica e transformadora para mim, levando-me a conhecer com mais profundidade muitas e diversas realidades da minha própria cidade que eu ainda não tinha tido oportunidade de conhecer de outras formas. Assim como aconteceu comigo, no papel de pesquisadora, eu vi isso acontecer com muitos outros habitantes de Belo Horizonte e da Região Metropolitana que, como foliões do carnaval de rua, puderam ter contato e conhecimento de problemas, qualidades e desafios urbanos e sociais que se colocam no contexto contemporâneo da metrópole belo-horizontina e arredores. Nesse sentido, defendo que o carnaval de rua tem muitas potencialidades que podem e devem ser exploradas em prol de um projeto de cidade mais inclusivo, menos desigual e mais democrático.

REFERÊNCIAS

I. Artigos, Monografias e Livros:

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público**: do urbano ao político. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. 196 p.

ALBUQUERQUE, Carolina Abreu. “**Ei, Polícia, a Praia é uma Delícia**”: rastros de sentidos nas conexões da “Praia da Estação”. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Cultura da cidade: animação sem frase. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, p. 229-241, 1996.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Carnaval do Recife: a alegria guerreira. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 11, n. 29, p. 203-216, jan./abr. 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141997000100011>>. Acesso: 13 jan. 2015.

BENÉVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. Tradução Conceição Jardim e Eduardo L. Nogueira. Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes, [19-?]. 166 p.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007 [1968]. 328 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. 234 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “Organização” à “Produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

CARVALHO, José Carlos de Paula. Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações educativas. **Interface (Botucatu)** [online]. 1997, vol. 1, n. 1, p. 181-186. ISSN 1807-5762.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. Tradução Dafne Nascimento Rodrigues. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. 350 p.

CONCENTRAÇÃO DE CARNAVAL. **ÉBELÔ Território Comum**: fragmentos do carnaval de rua de Belo Horizonte. Belo Horizonte: 2014. 59 p.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238 p.

FERREIRA, Felipe. **O livro de ouro do carnaval brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. 421 p.

FURTADO, Fabiana. **O processo de institucionalização do *Direito à Cidade no Brasil***: a contribuição do significado atribuído a um conceito na definição das possibilidades e limitações a sua realização. 2014. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. O mapeamento cadastral do Curral del-Rei: arqueologia de um assentamento urbano de origem colonial. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3., 2009, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: UFMG, 2009. P. 1-19. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/gomes_o-mapeamento-cadastral-do-curral-del-rei.pdf>. Acesso: 08 jan. 2015.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Goncalves. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008a. 349 p.

_____. The Right to the city. **New Left Review**, London, n. 53, p.23-40, set./out. 2008b. Disponível em: <<http://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>>. Acesso: 20 jan. 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Nota técnica**: estimativas da população dos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2014. 2014. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/analise_estimativas_2014.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2014.

KAPP, Silke. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 463-483, jul./dez. 2012.

LAGO, Luciana Correa do. Os instrumentos da reforma urbana e o ideal da cidadania: as contradições em curso. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 27-34, 2004

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução Sérgio Martins. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999 [1970]. 178 p.

_____. **A produção do espaço**. Tradução Doralice Barros Pereira, Sérgio Martins. (do original: *La production de l'espace*. 4. éd. Paris: Éditions Anthropos). Belo Horizonte: fev. 2006 [1974]. 476 p. Não publicado.

_____. **Espaço e política**. Tradução Margarida Maria de Andrade, Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a [1972]. 190 p.

_____. **O Direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008b [1966]. 141 p.

_____. **The Production of Space**. Tradução Donald Nicholson-Smith. Oxford/Cambridge: Basil Blackwell, 1991 [1974]. 454 p.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O. et al. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2004 [1932]. 176 p.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. **Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2002. 252 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

MIGLIANO, Milene. Praia da Estação como ação política: relato de experiências, envolvimento e encontros. **Redobra**, Salvador, n. 11, ano 4, p. 43-54, 2013. Ensaio. Disponível em: <http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_05.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2014.

MONTE MÓR, Roberto Luís de Melo. Planejamento Urbano no Brasil: emergência e consolidação. **Etc: Espaço, tempo e crítica**, Revista Eletrônica Científica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas, Niterói, vol. 1, n. 1, p. 71-96, 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_1_4.pdf>. Acesso em: 10 set. 2011.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Apresentação. **Observatório das Metrópoles**. Rio de Janeiro, [201-?]. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=142&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2015.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Manifesto Resiste Isidoro. **Notícias**, Rio de Janeiro, 26 ago. 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=961:manifesto-resiste-isidoro&Itemid=164&lang=en>. Acesso em: 10 mar. 2015.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. Tradução Sérgio Magalhães Santeiro. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 26-67.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. **Glórias, conquistas, perdas e disputas: as muitas máscaras dos carnavais de rua em Belo Horizonte (1899-1936)**. 2006. 225 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

PIMENTEL, João. **Blocos: uma história informal do carnaval de rua**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura, 2002. Arenas do Rio; 11. 109 p.

REIMER, Ivoni Richter. **O Hinduísmo**. PUC de Goiás. [s.d]. Disponível em: <<http://professor.ucg.br/siteDocente/admin/arquivosUpload/3689/material/9%20HINDUISMO%20Ivoni.doc>>. Acesso: 23 mar. 2014.

SANT'ANNA, Márcia. Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro. 2014. In: FACULDADE DE ARQUITETURA – UFBA. **Arquitetura Popular: Espaços e Saberes**. Disponível em: <<http://www.arqpop.arq.ufba.br/node/164>>. Acesso: 03 dez. 2014.

SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva; MOTTA, Marly Silva da. O “bota-abaixo” revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003). **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, maio-ago, 2003, p. 5-40. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-Angela-Marly.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2013. p. 20.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Quando e como o arquiteto vira antropólogo?. In: VELHO, Gilberto (Org.). **O Desafio da cidade**: Novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980. capítulo 3, p. 37-57.

_____. (Org.). **Quando a rua vira casa**: apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: IBAM/FINEP; Projeto, 1985 [1981]. 156 p.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Reforma Urbana: desafios para o planejamento como práxis transformadora. In: COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de (orgs.). **Planejamento Urbano no Brasil**: trajetórias, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. p. 136-155.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. Tradução Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 11-25.

SCHMID, Christian. A Teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. Tradução Maria Inez Medeiros Marques, Marcelo Barreto. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

SOUZA, Elizete Maria de; CHAVES, Elaine. De Ouro Preto a Belo Horizonte: seguindo os passos da história para compreender a formação do falar belo-horizontino. **Revista Alpha**, UNIPAM, n. 12, p. 54-67, nov. 2011. Disponível em: <http://alpha.unipam.edu.br/documents/18125/25386/de_ouro_preto_a_belo_horizonte.pdf>. Acesso: 06 jan. 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. *Which right to which city?* In defence of political-strategic clarity. **Interface**: a journal for and about social movements, Maynooth, v. 2. n. 1, p. 315-333, mai. 2010a.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo, UNESP, 2004. 136 p. (Coleção Paradidáticos; Série Sociedade, espaço e tempo)

SOUZA, Marcos Felipe Sudré. **A festa e a cidade: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano**. 2010b. 132 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010b.

UNIVERSIDADE PAULISTA. Biblioteca Universidade Paulista - UNIP. **Guia de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos da Universidade Paulista**. São Paulo: Biblioteca Central, 2012. 51 p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso Parte I (ABNT)**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2009. 102 p. Caderno de Estudos, 09.

VAINER, Calos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Calos Bernardo; MARICATO, Erminia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Utopias urbanas e o desafio democrático. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 105, p. 25-31, jul./dez. 2003.

VALENÇA, Raquel Teixeira. **Carnaval: para tudo se acabar na quarta-feira**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura, 1996. (Arenas do Rio; 3). 97 p.

VILLAÇA, Ícaro. Brasil, 1980: Publicado o livro "Quando a Rua vira Casa", coordenado por Carlos Nelson F. dos Santos. [20--?] In: FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Cronologia do Pensamento Urbanístico**. Disponível em: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbetes=1412>>. Acesso: 03 dez. 2014.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. Tradução Matina Corrêa Treuherz. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 90-113.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. Tradução Silvana Rubino. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, p. 205-219, 1996.

II. Legislação e Publicações Oficiais

BELO HORIZONTE. Decreto nº 3676, de 13 de fevereiro de 1980. Aprova o Regulamento dos Desfiles do Carnaval Oficial de 1980 e dá outras providências. **CMBH.** Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

_____. Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003. Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte. **CMBH.** Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

_____. Lei nº 9.063, de 17 de janeiro de 2005. Regula procedimentos e exigências para a realização de evento no Município. **CMBH.** Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

_____. Decreto nº 13.798, de 09 de dezembro de 2009. **CMBH.** Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

_____. Lei nº 9.845, de 08 de abril de 2010a. Altera a Lei nº 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte, e dá outras providências. **CMBH.** Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

_____. Decreto nº 13.960, de 04 de maio de 2010b. Revoga o Decreto nº 13.798, de 09 de dezembro de 2009. **CMBH.** Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

_____. Lei nº 10.521, de 14 de agosto de 2012. Institui a Operação Urbana Simplificada do Centro de Convenções do Município de Belo Horizonte. **CMBH.** Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Lei nº 10.631, de 05 de julho de 2013a. Altera a Lei nº 10.521/12, que institui a Operação Urbana Simplificada do Centro de Convenções do Município de Belo Horizonte. **CMBH.** Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Lei nº 15.318, de 02 de setembro de 2013b. Cria o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana - Comurb. **CMBH.** Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Palácio do Planalto** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 16 mar. 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. CMBH avança na discussão do carnaval 2008. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 25 set. 2007a. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/cmbh-avan%C3%A7-na-discuss%C3%A3o-do-carnaval-2008>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Carnaval 2008 é discutido em audiência pública. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 20 dez. 2007b. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/carnaval-2008-%C3%A9-discutido-em-audi%C3%A2ncia-p%C3%BAblica>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Frente Parlamentar Municipal quer Carnaval no centro de BH. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 26 dez. 2007c. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/frente-parlamentar-municipal-quer-carnaval-no-centro-de-bh>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Vereadores apóiam desfiles no centro da capital. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 06 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/vereadores-ap%C3%B3iam-desfiles-no-centro-da-capital>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Carnaval será tema de audiências públicas. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 23 mar. 2009a. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/carnaval-ser%C3%A1-tema-de-audi%C3%A2ncias-p%C3%BAblicas>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Comissão debate Carnaval 2010. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 31 mar. 2009b. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/comiss%C3%A3o-debate-carnaval-2010>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Vereador apoia mudanças no carnaval de BH. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 02 set. 2009c. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/comiss%C3%A3o-debate-carnaval-2010>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Audiência pública debate futuro do carnaval de Belo Horizonte. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 23 jun. 2010a. Disponível em:

<<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/audi%C3%A2ncia-p%C3%ABlica-debate-futuro-do-carnaval-de-belo-horizonte>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Vereadores discutem propostas para o carnaval de BH. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 17 nov. 2010b. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/vereadores-discutem-propostas-para-o-carnaval-de-bh>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Audiência pública avalia contas e discute Carnaval 2011. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 28 dez. 2010c. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/audi%C3%A2ncia-p%C3%ABlica-avalia-contas-e-discute-carnaval-2011>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Evento em BH pode ser antecipado em uma semana. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 20 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/2011-06/evento-em-bh-pode-ser-antecipado-em-uma-semana>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. **22ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública – Audiência Pública para discutir sobre a avaliação do carnaval 2012 e as perspectivas para a realização do carnaval 2013 em Belo Horizonte**. 13 ago. 2012a. 1 video, son., color. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/node/596906>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Audiência discute realização do carnaval 2013 em BH. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 26 nov. 2012b. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/2012-11/audiencia-discute-realizacao-do-carnaval-2013-em-bh>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. **Matéria – História do Carnaval de BH**. Produção do Jornal da Câmara. Belo Horizonte: 2013a. 1 video (3:32 min), son., color. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/node/236053>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. Audiência pública irá discutir diretrizes para o carnaval 2014. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 20 fev. 2013b. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/2013-02/audiencia-publica-ira-discutir-diretrizes-para-o-carnaval-2014>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Câmara discute planejamento para o carnaval de 2014. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 20 mar. 2013c. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/2013-03/camara-discute-planejamento-para-o-carnaval-de-2014>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Comissão quer informações sobre os preparativos do Carnaval 2014. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 15 out. 2013d. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/2013-10/comissao-quer-informacoes-sobre-os-preparativos-do-carnaval-2014>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. PLs incentivam BH na comissão de frente no carnaval. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 28 fev. 2014a. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/2014-02/pls-incentivam-bh-na-comissao-de-frente-no-carnaval>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Em pauta, recursos e infraestrutura do carnaval 2015. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 12 dez. 2014b. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/2014-12/em-pauta-recursos-e-infraestrutura-do-carnaval-2015>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Vereadores criam comissão especial para debater carnaval. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 16 dez. 2014c. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/2014-12/vereadores-criam-comissao-especial-para-debater-carnaval>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Carnaval poderá contar com recursos de lei de incentivo. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 05 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/2015-01/carnaval-podera-contar-com-recursos-de-lei-de-incentivo>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Plano diretor de Belo Horizonte. Lei de uso e ocupação do solo:** estudos básicos. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1995.

_____. **Legislação. Apresentação.** Controle das áreas comuns pelo poder público. Belo Horizonte, MG, [20--?] Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=legislacao&lang=pt_br&pg=6480&tax=12157>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. A temporada de blocos abre os festejos carnavalescos pelas ruas da capital mineira. **Sala de Imprensa**, Belo Horizonte, MG, 25 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.belohorizonte.mg.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/temporada-de-blocos-abre-os-festejos-carnavalescos-pelas-ruas-da-capital>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

_____. Escolas de samba e blocos caricatos de PH têm expectativa positiva sobre o carnaval de 2014 na capital mineira. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, MG, 11 fev. 2014a. ano 20. ed. 4496. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1115826>> . Acesso em: 11 fev. 2014.

_____. Belotur oferece espaço para ensaios de blocos de rua. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, MG, 12 fev. 2014b. ano 20. ed. 4497. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1115931>> . Acesso em: 12 fev. 2014.

_____. O maior carnaval da história da BH. **Sala de Notícias**, Belo Horizonte, MG, 27 fev. 2014c. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=146914&pldPlc=&app=salanoticias>> . Acesso em: 27 fev. 2014.

_____. Crianças terão programação exclusiva no carnaval de BH. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, MG, 28 fev. 2014d. ano 20. ed. 4509. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1116940>> . Acesso em: 28 fev. 2014.

_____. Mais de mil integrantes de blocos caricatos estarão em ação no carnaval. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, MG, 28 fev. 2014e. ano 20. ed. 4509. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1116939>> . Acesso em: 28 fev. 2014.

_____. O maior carnaval da história da BH. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, MG, 28 fev. 2014f. ano 20. ed. 4509. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1116938>> . Acesso em: 28 fev. 2014.

_____. Regulamento do desfile dos blocos caricatos – carnaval de BH. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, MG, 04 dez. 2014f. ano 20. ed. 4697. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1133544>> . Acesso em: 04 dez. 2014.

_____. PBH anuncia programação do carnaval 2015 na capital. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, MG, 31 jan. 2015a. ano 21. ed. 4736. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1136605>> . Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. Carnaval de BH leva 1,5 milhão de foliões às ruas. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, MG, 21 fev. 2015b. ano 21. ed. 4748. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1137569>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

_____. BELOTUR. Para montar um bloco de rua preencha nosso formulário e caia na folia!!!. **Sala de Imprensa**, Belo Horizonte, MG, 27 jan. 2012. Disponível em: <<http://belohorizonte.mg.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/para-montar-um-bloco-de-rua-preencha-nosso-fomulario-e-caia-na-folia>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

_____. BELOTUR. Carnaval de BH terá participação de mais de 130 blocos de rua. **Notícia**, Belo Horizonte, MG, 24 jan. 2014a. Disponível em: <<http://www.carnavaldebh.com.br/noticia/noticia-rodape-02/>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

_____. BELOTUR. Belotur abre cadastramento para blocos de rua. **Notícias**, Belo Horizonte, MG, 20 nov. 2014b. Disponível em: <<http://www.carnavaldebh.com.br/noticias/belotur-abre-cadastramento-para-blocos-de-rua/>>. Acesso: 13 jan. 2015.

_____. BELOTUR. **Carnaval de BH**. 2015. Disponível em: <<http://www.carnavaldebh.com.br>>. Acesso: 13 jan. 2015.

_____. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. **Museu Histórico Abílio Barreto**. Belo Horizonte, MG, [201-?]. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=6781&lang=pt_BR&pg=5520&taxp=0&>. Acesso: 08 jan. 2015.

_____. SMAPU. **Operação Urbana Isidoro**. Belo Horizonte, MG, [201-?] Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=planejamentourbano&lang=pt_BR&pg=8843&tax=35726>. Acesso em: 12 mar. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Prefeito acompanha Oscar Niemeyer em visita ao novo Sambódromo. **Notícia**, 08 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=2550189>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

MINAS GERAIS. IMPRENSA OFICIAL. **A Imprensa Oficial de Minas Gerais**. [20--?]. Disponível em: <<http://www.iof.mg.gov.br/index.php?/institucional/a-imprensa-oficial/a-imprensa-oficial-de-minas-gerais.html>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. Justiça desenvolve trabalho pacífico para reintegração de posse da região Isidoro. **Notícias**, 12 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/portal/imprensa/noticias/justica-desenvolve-trabalho-pacifico-para-reintegracao-de-posse-da-regiao-isidoro.htm#.VQYTBPnF-VM>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

III. Artigos e notícias da imprensa, portais da internet e redes sociais

AGENDA BH. “*Banda Mole*”. **Agenda BH**, Belo Horizonte, MG, fev. 2012. Disponível em: <http://www.agendabh.com.br/eventos_detalhes.php?CodEve=7437>. Acesso em: 15 jan. 2015.

AGUIAR, Dayse. Santo Bando arrasta 3.000 foliões às ruas da região Centro-Sul. **O Tempo**, Belo Horizonte, MG, 07 fev. 2015a. Carnaval 2015. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cmlink/hotsites/carnaval-2015/santo-bando-arrasta-3-000-foli%C3%B5es-%C3%A0s-ruas-da-regi%C3%A3o-centro-sul-1.990591>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ALVARENGA, Diego. Hotéis e receptivos apresentam pacotes para o Carnaval BH 2015. **ABIH-MG**, Belo Horizonte, MG, 08 jan. 2015. Notícias. Disponível em: <<http://www.abihmg.com.br/hoteis-e-receptivos-apresentam-pacotes-para-o-carnaval-bh-2015/>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ALVES, Thiago. Com 200 blocos nas ruas, o carnaval de Belo Horizonte promete animação até a Quarta-feira de Cinzas. **Veja BH**, Belo Horizonte, MG, 26 fev. 2014. Carnaval. Disponível em: <<http://vejabh.abril.com.br/edicoes/200-blocos-ruas-carnaval-belo-horizonte-promete-animacao-quarta-feira-cinzas-774164.shtml>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

ALMEIDA, Bernardo. Previsão se confirma, e BH tem sua maior folia. **O Tempo**, Belo Horizonte, MG, 21 fev. 2015. Cidades, p. 27.

BAETA, Juliana. Baile do Pó Royal é eleita a melhor marchinha no Concurso Mestre Jonas. **O Tempo**, Belo Horizonte, MG, 15 fev. 2014 Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/baile-do-p%C3%B3-royal-%C3%A9-eleita-a-melhor-marchinha-no-concurso-mestre-jonas-1.789685>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BLOCOMUM. **Evento Facebook BLOCOMUM ★**. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/607724429302966/>>. Acesso em: 01 jan. 2015.

BLOCO DA PRAIA DA ESTAÇÃO. **Evento Facebook Bloco da Praia da Estação**, 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/351598665033929/>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

BLOCO DA SERRA. o bloco é filho do pato. **Blog do Bloco Tico Tico Serra Copo**, 20 fev. 2009. Disponível em: <<http://blocodaserra.blogspot.com.br/2009/02/o-bloco-e-filho-do-pato.html>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

BLOCO DA TETÊ. QUEM QUER BUSCAR O REINO DA ALEGRIA DA TETÊ?. **Blog do Bloco Tetê, a Santa**, jan. 2010. Disponível em: <<https://blocodatete.wordpress.com/2010/01/>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

BLOCO DO APPROACH. **Página Facebook Bloco do Approach (Artista/Banda)**, [201-?]. Disponível em: <https://www.facebook.com/blocodoapproach/info?tab=page_info>. Acesso em: 24 fev. 2015.

BLOCO DO PEIXOTO. bomba bloco blog. **Blog do Bloco do Peixoto**, 20 fev. 2009. Disponível em: <<http://blocodopeixoto.blogspot.com.br/2009/02/bomba-bloco-blog.html>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

BLOCO FILHOS DE TCHA TCHA. **Página Facebook Bloco Filhos de Tcha Tcha (Comunidade)**, [201-?]. Disponível em: <https://www.facebook.com/filhosdetchatcha/info?tab=page_info>. Acesso em: 24 fev. 2015.

BLOCO PENA DE PAVÃO DE KRISHNA. **Página Facebook Pena de Pavão de Krishna (Parada musical)**, [201-?]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Pena-de-Pav%C3%A3o-de-Krishna/607173579300256>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

BLOCO PULA CATRACA! - ASSOCIAÇÃO CARNAVALESCA ANTITARIFÁRIA. **Página Facebook Bloco Pula Catraca!**, [201-?]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/653578821376191/?fref=ts>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

BLOCO PULA CATRACA!. **Evento Facebook Bloco Pula Catraca!**, 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/231422593709662/>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

BLOCO TICO TICO SERRA COPO. **Página Facebook Tico Tico Serra Copo (Comunidade)**, [201-?]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ticoticoserracopo>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

BLOCO UNIDOS DO SAMBA QUEIXINHO. **Página Facebook Unidos do Samba Queixinho (Instrumento musical)**. [201-?]. Disponível em: <https://www.facebook.com/sambaqueixinho/info?tab=page_info>. Acesso em: 24 fev. 2015.

BORGES, Guto. Confundir: Carnavais e Revoluções. **Variável 5**, Belo Horizonte, MG, 01 fev. 2013. Disponível em: <<http://variavel5.com.br/blog/caps-lock-carnaval/>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

BRANT, Ana Clara. BH bota o bloco na rua. **EM**, Belo Horizonte, MG, 23 jan. 2012. Carnaval, 2012. Disponível em: <http://www2.em.com.br/app/noticia/especiais/carnaval/2012/01/23/noticias_internas_carnaval,273843/bh-bota-o-bloco-na-rua.shtml>. Acesso em: 26 mar. 2014.

CAMILO, José Vítor. Movimento Tarifa Zero disponibilizará ônibus durante o carnaval. **O Tempo**, Belo Horizonte, MG, 26 fev. 2014 Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/movimento-tarifa-zero-disponibilizar%C3%A1-%C3%B4nibus-durante-o-carnaval-1.795188>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

CARNAVAL DE RUA BH. Publicação na Linha do Tempo de 19 fevereiro 2015 **Página Facebook Carnaval de rua BH (Comunidade)**. 19 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/carnavalderuaBH/photos/a.140392249357321.28066.137013919695154/859605144102691/?type=1&fref=nf&pnref=story>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

CASTRO, Pedro. Foliões e prefeitura disputam pelo carnaval de Belo Horizonte. **Carta Capital**, São Paulo, SP, 27 fev. 2015. Sociedade. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/folioes-e-prefeitura-disputam-pelo-carnaval-em-belo>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CIRCUITO TURÍSTICO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ. **Paisagens e Conservação**. Disponível em: <<http://circuitoserradocipo.org.br/aserra/natureza/paisagens/>>. Acesso em: 21 fev. 2015.).

CORREIO BRASILIENSE. Acompanhe ao vivo a cobertura dos blocos de rua do DF. **Correio Brasiliense**, Brasília, DF, 14 fev. 2015. Carnaval. Disponível em: <http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/02/14/interna_cidade_sdf,471188/acompanhe-ao-vivo-a-cobertura-dos-blocos-de-rua-do-df.shtml>. Acesso em: 08 mar. 2015.

COSTA, João Paulo. Santo Bando volta a desfilar. **O Tempo**, Belo Horizonte, MG, 04 fev. 2015. Carnaval 2015. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cmlink/hotsites/carnaval-2015/santo-bando-volta-a-desfilar-1.988427>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

CRUZ, Márcia Maria. Espaço Comum Luiz Estrela completa um ano em BH. **EM**, Belo Horizonte, MG, 06 nov. 2014. Divirta-se. Disponível em: <http://divirta-se.uai.com.br/app/noticia/musica/2014/11/06/noticia_musica,161142/espaco-comum-luiz-estrela-completa-um-ano-em-bh.shtml>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CRUZ, Márcia Maria. Historiador Guto Borges ressalta caráter político e espontâneo do carnaval de BH. **EM**, Belo Horizonte, MG, 20 fev. 2015. Divirta-se. Disponível em: <http://divirta-se.uai.com.br/app/noticia/especiais/carnaval/2015/02/20/noticia_carnaval,164865/historiador-guto-borges-ressalta-carater-politico-e-espontaneo-do-carnaval-de-bh.shtml>. Acesso em: 26 fev. 2015.

CUNHA, Gustavo. Agências criam pacotes de olho no turista do Carnaval. **Metro**. Belo Horizonte, 09 jan. 2015 Foco, p. 3.

DICKEY, Megan Rose. The 22 key turning points in the history of YouTube. **Business Insider**, 15 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/key-turning-points-history-of-youtube-2013-2?op=1>>. Acesso: 18 jan. 2015.

DINIZ, Aline; SANTOS, André. Despejo será a partir de segunda. **O Tempo**, Belo Horizonte, MG, 09 ago. 2014. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/despejo-ser%C3%A1-a-partir-de-segunda-1.897200>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. **Carlos Nelson Ferreira dos Santos**. [2013?]. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa446137/carlos-nelson-ferreira-dos-santos#>>. Acesso: 03 dez. 2014.

ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA. Informações da página. **Página Facebook Espaço Comum Luiz Estrela (Comunidade)**. 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/espacoluizestrela/info?tab=page_info>. Acesso em: 07 jan. 2015.

ESTADO DE MINAS. Tradicional Santo Bando é cancelado na capital. **EM**, Belo Horizonte, MG, 09 fev. 2012. Gerais. Disponível em:

<http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/02/09/interna_gerais,276942/tradicional-santo-bando-e-cancelado-na-capital.shtml>. Acesso em: 22 fev. 2015.

FACEBOOK © website. **Company Info | Facebook Newsroom**. 2015. Disponível em: <<http://newsroom.fb.com/company-info/>>. Acesso: 16 jan. 2015.

FRANÇA, Inácio. "Um doce radical". **Continente online**, Recife, PE, 02 set. 2013. Disponível em: <<http://www.revistacontinente.com.br/index.php/component/content/article/483-leitura/8349-um-doce-radical.html>>. Acesso: 30 nov. 2014.

G1 MG. Desfile do Santo Bando é cancelado em Belo Horizonte. **G1 MG**, Belo Horizonte, MG, 09 fev. 2012. Minas Gerais, Carnaval 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/carnaval/2012/noticia/2012/02/desfile-do-santo-bando-e-cancelado-em-belo-horizonte.html>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

G1 MG. Criação de novos blocos de rua dá força ao carnaval de Belo Horizonte. **G1 MG**, Belo Horizonte, MG, 15 fev. 2013. Minas Gerais, Carnaval 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/carnaval/2013/noticia/2013/02/criacao-de-novos-blocos-de-rua-da-forca-ao-carnaval-de-belo-horizonte.html>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

G1 MG. Número de blocos inscritos para carnaval de BH quase dobra em 2014. **G1 MG**, Belo Horizonte, MG, 24 jan. 2014. Minas Gerais, Carnaval 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/carnaval/2014/noticia/2014/01/blocos-de-rua-inscritos-para-carnaval-de-bh-quase-dobram-em-2014.html>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

GIUDICE, Patrícia. Carnaval de rua em Belo Horizonte está em compasso de espera. **EM**, Belo Horizonte, MG, 05 nov. 2013. Gerais. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/11/05/interna_gerais,467181/carnaval-de-rua-em-belo-horizonte-esta-em-compasso-de-espera.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2013.

GUIA DOS BLOCOS TRADICIONAIS DE BRASÍLIA. **Blocos**. Disponível em: <<http://www.ligadosblocos.com.br/blocos>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

HELM, Joanna. Passarela Professor Darcy Ribeiro - Sambódromo do Rio de Janeiro / Oscar Niemeyer. **ArchDaily Brasil**, 15 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/32045/passarela-professor-darcy-ribeiro-sambodromo-do-rio-de-janeiro-oscar-niemeyer>>. Acessado 1 Mar 2015.

INHOTIM. **Histórico.** Disponível em: <<https://www.inhotim.org.br/inhotim/sobre/historico>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

MAPA DA FOLIA. **Túnel do Tempo.** 2014. Disponível em: <<http://www.mapadafolia.com.br/tunel-do-tempo/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

MIRANDA, Bernardo. BH terá pacotes para turistas interessados no Carnaval de 2015. **O Tempo**, Belo Horizonte, MG, 08 jan. 2015. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/bh-ter%C3%A1-pacotes-para-turistas-interessados-no-carnaval-de-2015-1.970509>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

MOREIRA, Zu. “Não trema na linguiça” abre o carnaval de BH. **O Tempo**, Belo Horizonte, MG, 06 fev. 2009. Blogs. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/blogs/sala-de-recepcao-a-casa-do-samba-19.156/n%C3%A3o-trema-na-lingui%C3%A7a-abre-o-carnaval-de-bh-3.268271>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

MUZZI, Luiza. Contagem regressiva para a maior festa da história de BH. **O Tempo**, Belo Horizonte, MG, 25 fev. 2014a. Carnaval 2014. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cmlink/hotsites/carnaval-2014/contagem-regressiva-para-a-maior-festa-da-hist%C3%B3ria-de-bh-1.794409>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

MUZZI, Luiza. Maior festa dos últimos anos coloca BH no caminho certo. **O Tempo**, Belo Horizonte, MG, 06 mar. 2014b. Carnaval 2014, p. 13.

NAESSA, Dayanne. **Evento Facebook ISIDORA: Carnaval e Luta (Estreia).** 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/363203043864707/>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

O CARNAVAL DE SÃO PAULO. Agenda Carnaval de Rua SP 2015. **O Carnaval de São Paulo**, São Paulo, SP, 11 fev. 2015. Agenda do Carnaval. Disponível em: <<http://www.carnavalsp.com.br/agenda-carnaval-de-rua-sp-2015/>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

OCUPAÇÃO ESPERANÇA. **Blog da Ocupação Esperança, na região da Isidora, em Belo Horizonte e Santa Luzia, MG, [201-?].** Disponível em: <<http://ocupacaovitoria.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

OCUPAÇÃO VITÓRIA. **Blog da Ocupação Vitória, região da Isidora, em Belo Horizonte e Santa Luzia, MG, [201-?].** Disponível em: <<http://ocupacaovitoria.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

OCUPAÇÃO ROSA LEÃO. **Blog da Ocupação Rosa Leão, região da Isidora, em Belo Horizonte e Santa Luzia, MG**, [201-?]. Disponível em: <<http://ocupacaorosaleao.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

OLIVEIRA, Janaína. Carnaval movimenta R\$ 177 milhões nas cidades históricas de Minas. **Hoje em dia**, Belo Horizonte, 02 fev. 2014. Primeiro Plano, Economia. Disponível em: <<http://www.hojeemdia.com.br/noticias/economia-e-negocios/carnaval-movimenta-r-177-milh-es-nas-cidades-historicas-de-minas-1.214724>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

OLIVEIRA, Júnia. Bailes de carnaval nos clubes de BH nos anos 60 são lembrados com saudosismo. **EM**, Belo Horizonte, MG, 08 fev. 2014. Gerais. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/02/08/interna_gerais,496329/bailes-de-carnaval-nos-clubes-de-bh-nos-anos-60-sao-lembrados-com-saudosismo.shtml>. Acesso em: 15 jul. 2014.

OLIVEIRA, Júnia. Produtores de blocos e Belotur cobram lei para regulamentar o carnaval em BH. **EM**, Belo Horizonte, MG, 19 fev. 2015. Gerais. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/02/19/interna_gerais,619513/produtores-de-blocos-e-belotur-cobram-lei-para-regulamentar-o-carnaval.shtml>. Acesso em: 19 fev. 2015.

PEREIRA, Thiago. Domingo tem multidão na praça da Liberdade e aprovação da Velha Guarda. **O Tempo**, Belo Horizonte, MG, 02 mar. 2014. Carnaval 2014. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cmlink/hotsites/carnaval-2014/domingo-tem-multid%C3%A3o-na-pra%C3%A7a-da-liberdade-e-aprova%C3%A7%C3%A3o-da-velha-guarda-1.798277>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

PODIA SER PIOR et al. **Quem não gosta de samba - Repúdio dos Blocos de Rua do Carnaval de BH ao candidato Marcio**: Nota de repúdio. Belo Horizonte, MG, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=i2bjAv4Cwil>>. Acesso em: 12 fev. 2015

PRAÇA LIVRE BH. **Blog da Praça Livre BH**: postagens de “qualquer” natureza sobre a Praça da Estação. Belo Horizonte, MG, 2010. Disponível em: <<https://pracalivrebh.wordpress.com/2010/01/21/praca-da-estacao-o-decreto-a-cidade-e-as-pessoas/#more-36>>. Acesso em: 28 fev. 2015

R7. Mais de 50 mil foliões acompanham último desfile da Banda de Ipanema (RJ). **R7**, Rio de Janeiro, RJ, 22 fev. 2012. Notícias. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-no-ar/videos/mais-de-50-mil-folioses->

acompanham-ultimo-desfile-da-banda-de-ipanema-rj-07022014>. Acesso em: 13 jan. 2015.

R7. Tradicional no Carnaval de BH, bloco Approach promove show de calouros entre foliões. **R7**, Belo Horizonte, MG, 01 mar. 2014. Notícias. Disponível em: <<http://entretenimento.r7.com/carnaval-2014/minas-gerais/tradicional-no-carnaval-de-bh-bloco-approach-promove-show-de-calouros-entre-folios-01032014>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

RIGUEIRA, Marina. Bloco Santo Bando volta às ruas de BH depois de quatro anos sem desfilar. **Uai**, Belo Horizonte, MG, 07 fev. 2015. Divirta-se. Disponível em: <http://divirta-se.uai.com.br/app/noticia/especiais/carnaval/2015/02/07/noticia_carnaval,164321/bloco-santo-bando-volta-as-ruas-de-belo-horizonte-depois-de-quatro-ano.shtml>. Acesso em: 21 fev. 2015.

ROCHA, Anderson; MARTINS, André. Intervenção da PM evita reintegração de casarão. **O Tempo**, Belo Horizonte, MG, 31 out. 2013. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/interven%C3%A7%C3%A3o-da-pm-evita-reintegra%C3%A7%C3%A3o-de-casar%C3%A3o-1.739406>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

RODRIGUES, Ricardo. Bloco Trema na Linguíça arrasta multidão pelas ruas no primeiro dia oficial de Carnaval em BH. **Hoje em dia**, Belo Horizonte, MG, 31 jan. 2015. Cidades. Disponível em: <<http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/cidades/bloco-trema-na-linguica-arrasta-multid-o-pelas-ruas-no-primeiro-dia-oficial-de-carnaval-em-bh-1.296447>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

ROLNIK, Raquel. Dramas e delícias do carnaval. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, 09 fev. 2015. Divirta-se. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/raquelrolnik/2015/02/1587229-dramas-e-delicias-do-carnaval.shtml>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

SANTOS, Fabrício; MAIA, Marcos. Belo Horizonte original style?. **Mapa da folia**, Belo Horizonte, MG, 03 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.mapadafolia.com.br/2014/03/03/belo-horizonte-original-style/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

SOUZA, Clarisse; BRAGA, Carolina; RAGE, Lucas. Bloco Baianas Ozadas reúne 100 mil foliões no carnaval de Belo Horizonte. **Uai**, Belo Horizonte, MG, 16 fev. 2015. Divirta-se. Disponível em: <http://divirta-se.uai.com.br/app/noticia/especiais/carnaval/2015/02/16/noticia_carnaval,164698/blo>

co-baianas-ozadas-desfila-no-carnaval-de-belo-horizonte.shtml>. Acesso em: 21 fev. 2015.

TARIFA ZERO BH. **Página Facebook Tarifa Zero BH**, [201-?]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/tarifazerobh?fref=ts>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

TARIFA ZERO BH. Carnaval sem catracas. **Página Facebook Tarifa Zero BH**, 01 mar. 2014a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/tarifazerobh/photos/pb.582305668498014.-2207520000.1426479066./679297642132149/?type=3&theater>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

TARIFA ZERO BH. Carnaval de rua e de luta contra aumento. **Página Facebook Tarifa Zero BH**, 09 fev. 2015a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/tarifazerobh/timeline>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

TARIFA ZERO BH. Mais um carnaval de luta e uma busona que desbrava a cidade. **Página Facebook Tarifa Zero BH**, 17 fev. 2015b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/tarifazerobh/timeline>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

VELOSO, André. Um ano do Tarifa Zero BH. **Blog Tarifa Zero BH**, Belo Horizonte, MG, 26 jun. 2014. Disponível em: <<http://tarifazerobh.org/wordpress/um-ano-do-tarifa-zero-bh/>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

IV. Referências iconográficas

AGOSTINI, Angelo. [carnaval x entrudo]. **Revista Ilustrada**, n. 238, 1881. Biblioteca Nacional, RJ. desenho, preto-e-branco. Formato JPEG. Disponível em: <<http://zerobertograuna.blogspot.com.br/2011/03/carnaval-e-desenho-de-humor.html>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

AGOSTINI, Angelo. **O entrudo em 1884. A Rua do Ouvidor**. desenho, preto-e-branco. Formato JPEG. Disponível em: <<http://laeti.photoshelter.com/image/I0000AV73TI6xbC0>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

ANJOS, Ismael dos. **Então, Brilha!**: grupo fechado Facebook. 2015. 1 fotografia, color. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10205245752696723&set=gm.675989315845783&type=1>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

AGUIAR, Fabiano. **UNIDOS DO SAMBA QUEIXINHO**: fotos álbuns. 2014. 5 fotografia, color. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.Facebook.com/media/set/?set=a.839167412777054.1073741881.293681520658982&type=1>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

AGUIAR, Fabiano. **UNIDOS DO SAMBA QUEIXINHO**: fotos álbuns. 2014. 5 fotografia, color. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.Facebook.com/media/set/?set=a.839167412777054.1073741881.293681520658982&type=1>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

[BAILE de Carnaval no Minas Tênis Clube]. 1992. 1 fotografia, preto-e-branco. Formato JPEG. Disponível em: <<http://www.mapadafolia.com.br/tunel-do-tempo/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

[BANDA Mole]. 1987. 1 fotografia, preto-e-branco. Formato JPEG. Disponível em: <<http://belo-horizonte.fotoblog.uol.com.br/photo20090214124646.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015

BERNARDO, Pablo. **“Praia da Estação”. Praça da Estação - BH 16.02.2013**. 2013a. 1 fotografia, color. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/indiebh/8507844495/>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

BERNARDO, Pablo. “**Praia da Estação**”. **Praça da Estação - BH 16.02.2013**. 2013b. 1 fotografia, color. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/indiebh/8508916266/>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

BERNARDO, Pablo. “**Carnaval de Rua de BH - Viaduto Santa Tereza - BH 09.02.2013**”. 2013c. 1 fotografia, color. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/indiebh/8482599914/>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

[**BLOCO Caricato *Bocas Brancas da Floresta* - Flâmula**]. 1948-1950. 1 fotografia, color. Formato JPEG. Disponível em: <http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-614529223-flmula-bloco-bocas-brancas-da-floresta-1958-mg-_JM>. Acesso em: 13 jan. 2015.

[**BLOCO Caricato *Bocas Brancas da Floresta* - Vídeo**]. 1964. 1 imagem, preto-e-branco. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tVNwhB1loag>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

[**BLOCO do Piru Glu Glu**]. 1950. Formato JPEG. 1 fotografia, preto-e-branco. Disponível em: <<http://www.mapadafolia.com.br/tunel-do-tempo/>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

[**CARNAVAL de 1974**]. 2015. 5 fotografias, preto-e-branco. Formato JPEG. Disponível em: <<http://www.carnavaldebh.com.br>>. Acesso: 13 jan. 2015.

[**CARRO ALEGÓRICO Belo Horizonte**]. [19--?]. 1 fotografia, preto-e-branco. Formato JPEG. Disponível em: <<http://www.carnavaldebh.com.br/historia/nggallery/historia-do-carnaval/corsos>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

[**CORSO Belo Horizonte**]. [19--?]. 1 fotografia, preto-e-branco. Formato JPEG. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=831846>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

COSTA, Eduardo. Entrevista com representantes dos blocos de carnaval de rua de Belo Horizonte no rádio no programa Chamada Geral. **Rádio Itatiaia**. Belo Horizonte: 21 fev. 2015. 1 video (23:25 min), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Fjp8YVf28DM&feature=youtu.be>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

DEBRET, Jean-Baptiste **Die Dentrudo**. 1823. aquarela, color. Formato JPEG. Disponível em: <<http://www.tocadaimagem.com.br/2012/05/teste-18.html>>. Acesso em: 01 jan. 2015.

EARLE, Augusto. **Games during the carnival at Rio de Janeiro**. 1822-3. aquarela, color. Formato JPEG. Disponível em: <<http://nla.gov.au/nla.pic-an2822612>>. Acesso em: 01 jan. 2015.

ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA. **“BLOCOMUM” ★**. 2014. 1 fotografia, color. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.Facebook.com/events/607724429302966/permalink/607762829299126/>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

COUTINHO, Jefferson da Fonseca. **Cerca de 100 mil foliões se reúnem, debaixo de chuva, na Avenida Afonso Pena**. Belo Horizonte, 2015. 1 fotografia, color. Formato JPEG. Disponível em: <http://divirta-se.uai.com.br/app/noticia/especiais/carnaval/2015/02/16/noticia_carnaval,164698/bloco-baianas-ozadas-desfila-no-carnaval-de-belo-horizonte.shtml>. Acesso em: 21 fev. 2015.

FONTES, Leo. **Samba e Suor (parte 1)**. Belo Horizonte: 2015a. 1 vídeo (3:13 min), son., color. Jornal O Tempo. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/tv/assista-a-primeira-parte-do-document%C3%A1rio-samba-e-suor-1.999627>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

FONTES, Leo. **Samba e Suor (parte 2)**. Belo Horizonte: 2015b. 1 vídeo (2:25 min), son., color. Jornal O Tempo. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/tv/assista-a-segunda-parte-do-document%C3%A1rio-samba-e-suor-1.1004690>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

FRANÇA, Fred. **Sobre carnavais e revoluções**. Belo Horizonte: 2015. 1 vídeo (11:44 min), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PUHcQeRcYNw>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

GUERAVE. **[Baile de Máscaras no Teatro Lírico do Rio de Janeiro]**. 1883. desenho, color. Formato JPEG. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/quanto-riso-quanta-alegria>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

IMAGINA NA COPA. **História #7 - “Praia da Estação”**. São Paulo: 2013. 1 vídeo (06:32 min), son., color. Imagens e Roteiro: Tiago Pereira. Edição: Apiário. Entrevista: Fernanda Cabral. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5354OiTR07E/>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

JORGE, Joseane. **Bloco “Filhos de Tcha Tcha” chega à Ocupação Rosa Leão**. 2014. 1 fotografia, color. Formato JPEG. In: Deputado Estadual Rogério Correa *website*. Disponível em: <<http://www.rogeriocorrea.com.br/noticia/belo-horizonte-foge-do-pao-e-circo-e-celebra-o-carnaval-tambem-com-politica/>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

[**JORNAL dos Matakins**]. [1919]. 1 imagem, preto-e-branco. Formato JPEG. Disponível em: <<http://www.mapadafolia.com.br/tunel-do-tempo/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

[**JORNAL Estado de Minas**]. 1938. 1 imagem, preto-e-branco. Formato JPEG. Disponível em: <<http://www.mapadafolia.com.br/tunel-do-tempo/>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

LEITE, Fabiana. **Tico Tico na Vila Dias | 2013**: fotos álbuns. 2013. 1 fotografia, color. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.Facebook.com/media/set/?set=a.652224684844965.1073741830.651617994905634&type=3>> . Acesso em: 16 nov. 2014.

MUSA, Priscila. **filhos de tcha tcha_ISIDORA**: fotos álbuns. 2015. 1 fotografia, color. Formato JPEG. Disponível em: <https://www.facebook.com/priscilammusa/media_set?set=a.10153098181169780.1073741868.535529779&type=1> . Acesso em: 15 mar. 2015.

NINJA MÍDIA. **Bloco Pena de Pavão de Krishna • 01/03/2014 • Belo Horizonte (MG)**. 2014a. 6 fotografia, color. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/midianinja/12907233393/>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

NINJA Mídia/notícias/publicidade. **Busão Tarifa Zero | Belo Horizonte**: fotos álbuns. 2014b. 1 fotografia, color. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.Facebook.com/media/set/?set=a.282157418609077.1073741886.164188247072662&type=1>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

VASCONCELOS, Paulo. **O Carnaval de Minas**. Belo Horizonte: [1964]. 1 video (1:04 min), son., preto-e-branco. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tVNwhB1loag>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

OVERMUNDO. **Primeira “Praia da Estação”**. Blog do OVERMUNDO. 2010. 1 fotografia, color. Formato JPEG. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/a-retomada-das-ruas>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

PRAÇA LIVRE BH. teaser praia da estação 2. **Blog da Praça Livre BH**: postagens de “qualquer” natureza sobre a Praça da Estação. Belo Horizonte, 2010. 1 video (01:03 min), son., color. Disponível em: <<https://pracalivrebh.wordpress.com/2010/01/page/2/>> e <<https://www.youtube.com/watch?v=4mEzQrF6v0M#t=13>>. Acesso em: 28 fev. 2015

PODIA SER PIOR et al. **Quem não gosta de samba - Repúdio dos Blocos de Rua do Carnaval de BH ao candidato Marcio**. Belo Horizonte: 2012. 1 video (09:08 min), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=i2bjAv4Cwil>>. Acesso em: 12 fev. 2015

RAJÃO, Flora. **ticotico_serracopo / carnaval 2012**: fotos álbuns. 2012. 1 fotografia, color. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.Facebook.com/photo.php?fbid=2810610704275&set=a.2810443220088.2116651.1228977842&type=3&theater>> . Acesso em: 22 nov. 2014.

RAJÃO, Flora. **bloco da praia_2012 [ou _o retorno do chapolin colorado]**: fotos álbuns. 2012. 2 fotografias, color. Formato JPEG. Disponível em: <https://www.facebook.com/flora.rajao/media_set?set=a.2745910326806.2115421.1228977842&type=3> . Acesso em: 16 nov. 2014.

SANTOS, Du. **Pena de Pavão de Krishna**. 2014. 1 fotografia, color. Formato JPEG. Disponível em: <<http://www.dusantos.com/2014/03/04/PPK/>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

TARIFA ZERO BH Comunidade. **Fotos**. 2014b. 1 fotografia, color. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.Facebook.com/tarifazerobh/photos/pb.582305668498014.-2207520000.1417824845./679297642132149/?type=3&theater>>. Acesso em: 14 ul. 2014.

TARIFA ZERO BH Comunidade. **BUSONA TARIFA ZERO:** fotos álbuns. 2014c. 1 fotografia, color. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.Facebook.com/media/set/?set=a.679704162091497.1073741844.582305668498014&type=3>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Observando o familiar: notas da pesquisa de campo no Bloco Unidos do Samba Queixinho Underground no carnaval de Belo Horizonte no ano de 2014

Local do desfile: Belo Horizonte, Bairro Funcionários

Local da concentração: Praça da Liberdade

Data do desfile: 02 de março de 2014, domingo – a partir das 13 horas

Concentrados na Praça da Liberdade, cerca de 150 integrantes do meu antigo conhecido Bloco do “Unidos do Samba Queixinho Underground Baticum” – ou simplesmente “Bloco do Queixinho” – esquentavam os instrumentos de percussão para o quarto desfile do bloco pelas ruas da capital mineira. Apesar da camiseta listrada com a marca de caveira ser um elemento de unidade, cada componente pôde customizar sua fantasia com adereços, maquiagens e com aquilo que mais pessoalmente lhe agradava. O resultado visual era bonito, alegre e colorido. Fotógrafos que registravam os festejos publicaram ensaios pelas redes sociais e os jornalistas cobriram um dos maiores desfiles do carnaval de 2014: o “Bloco do Queixinho” arrastou mais de 9 mil foliões (PEREIRA, 2014) pelas imediações da Praça da Liberdade e do Bairro Funcionários, respectivamente a sede simbólica do poder político do Estado de Minas Gerais e um dos bairros mais nobres da capital mineira.

O ponto de encontro escolhido para a concentração dos foliões durante o carnaval propriamente dito foi uma das ruas laterais à Praça da Liberdade, local que fora especialmente concebido para receber o aparato administrativo do poder executivo do Estado de Minas Gerais na nova e planejada capital mineira, em fins do século XIX. No entorno dessa praça foram situados os imponentes edifícios em estilo eclético em cujos espaços funcionavam secretarias estaduais e, no ponto de maior destaque do conjunto, a sede administrativa e morada do governador, o

Palácio da Liberdade. Até quatro anos atrás, esses edifícios ainda eram utilizados pelas atividades administrativas do Governo de Minas Gerais, atividades essas que foram transferidas para o Centro Administrativo, complexo construído especialmente para esse fim no extremo norte do município de Belo Horizonte. Como a Praça da Liberdade e os edifícios do seu entorno são tombados pelo órgão de patrimônio histórico estadual, o IEPHA, apenas seus usos foram alterados, passando a abrigar espaços culturais e museus do denominado Circuito Cultural da Praça da Liberdade. Contudo, a despeito da mudança, essa praça ainda se mantém como símbolo do poder político estadual.

Eu conheci o “Bloco do Queixinho” em 2012, quando passei os dias de folia em Belo Horizonte. Contudo, naquele momento o fenômeno do carnaval de rua na capital ainda não havia sofrido o crescimento vertiginoso que ocorreu no ano de 2014. Assim, em uma tarde ensolarada de domingo no carnaval de 2012, eu descobri, por coincidência, o “Bloco do Queixinho” e o segui pelas imediações da Praça da Liberdade e do Bairro de Lourdes, áreas bastante nobres de Belo Horizonte, juntamente a uma multidão de foliões devidamente fantasiados. Nessa experiência, eu pude perceber que esse era um bloco diferente de vários outros blocos belo-horizontinos da época, pois possuía visivelmente uma maior organização. Isso podia ser constatado pelo tamanho da bateria para os padrões da cidade – cerca de cinquenta pessoas –, com integrantes bastante ensaiados nos seus respectivos instrumentos, executando toques de samba exclusivos do bloco e realizando simples coreografias criadas para fazer um grande efeito quando executadas em massa. Além disso, havia a padronização da camiseta listrada em vermelho e estilizada com a marca do bloco, uma caveira com desenho produzido especialmente para esse objetivo.

Em meados de outubro do ano de 2013, eu recebi a informação, por uma colega de trabalho, de que o “Bloco do Queixinho” já mantinha ensaios regulares desde maio para o carnaval do ano seguinte, 2014. Essa colega, bióloga, me passou a indicação do nome da pessoa que eu devia procurar via Facebook. Depois de uma pesquisa nessa rede social, descobri que outro conhecido, professor de literatura, havia se tornado integrante da bateria do bloco no início de 2013. Por meio dele, eu consegui um contato mais próximo com os demais integrantes do bloco e uma

intermediação com o presidente. Foi assim que cheguei, meio tímida, em uma tarde de sábado, ao meu primeiro ensaio no Parque do Conjunto Estrela Dalva, localizado na região oeste de Belo Horizonte, no final de outubro de 2013.

A maioria dos integrantes da bateria não é músico e entraram para o bloco para se divertir e socializar. Mais do que um bloco de carnaval, o “Bloco do Queixinho” tornou-se um grande grupo de amigos – 230 pessoas na página fechada do Facebook, em janeiro de 2015, sendo 30% das pessoas bastante ativas nos eventos do bloco durante todo o ano – com interesses comuns: samba, percussão, carnaval, diversão e amizade. Apesar de ter uma liderança bem definida, os demais integrantes do bloco têm liberdade e autonomia para propor e organizar atividades sociais diversas. Assim, ao longo de todo ano são realizadas festas, encontros e oficinas com fins não lucrativos que garantem o encontro dos integrantes mesmo fora do período carnavalesco.

Todos os eventos, ensaios, figurinos e adereços são realizados e financiados pelos integrantes de maneira colaborativa e horizontal. Quem pode e quer ajudar, disponibiliza-se no grupo fechado⁴⁸ do Facebook e articula-se com os demais interessados para viabilizar os eventos propostos. Com essa estrutura já foram realizadas feijoadas, bailinhos, festas juninas, oficinas de instrumentos contando, inclusive, com a presença de um renomado mestre de bateria de escola de samba do Grupo Especial do Rio de Janeiro. No que se refere à remuneração, todos os integrantes são voluntários e a única exceção fica por conta do mestre de bateria, que recebe uma pequena contribuição, por ensaio e em dinheiro, de cada integrante que esteve presente.

Ao contrário da maioria dos outros blocos de rua de BH, o “Bloco do Queixinho” somente executa composições instrumentais próprias (toques), simples e sem letra, cuja influência vem diretamente das baterias das escolas de samba cariocas. Isso dispensa o bloco de se preocupar com a questão dos direitos autorais

⁴⁸ Grupo fechado é a denominação própria do Facebook para um tipo de comunidade que não é aberta à participação de qualquer internauta. No caso do grupo do Bloco do Queixinho, a solicitação de participação tem que ser autorizada pelo organizador que, normalmente, conversa diretamente com o interessado para saber do seu interesse antes de fazer a sua inclusão. Em 2015, eram 236 integrantes do grupo fechado e esse número não aumenta muito ao longo do tempo, devido ao critério de inclusão citado anteriormente.

e de ser legalmente obrigado a pagar uma taxa à Ordem dos Músicos pelas músicas executadas. Dessa forma, são criados diferentes toques de samba, mas todos curtos e simples para serem executados por instrumentos de percussão, com poucas variações de ritmo e que se repetem muitas vezes. Para dar maior colorido sonoro aos toques musicais, eles podem ser realizados com diferentes marcações para os diferentes instrumentos, além da inserção de fáceis coreografias que fazem, entretanto, um grande efeito no conjunto.

Para o desfile do carnaval de 2014, os ensaios começaram em maio de 2013, com uma frequência aproximada de 15 em 15 dias, nos sábados à tarde, até o mês de janeiro de 2015. A proposta era realizar os ensaios em parques localizados em diversas regiões da cidade, mas eles acabavam se concentrando nas regionais Centro-Sul, Oeste, Pampulha e Nordeste, por um lado, devido à existência de parques e da possibilidade de receberem os ensaios e, por outro, pelo local de residência da maioria de seus integrantes. Para facilitar o deslocamento de pessoas e instrumentos, eram organizados sistemas de carona via rede social. Isso funcionava da seguinte maneira: i) o integrante que tinha disponibilidade para ir ao ensaio de carro publicava uma postagem na página fechada do bloco, informando o local, horário e, algumas vezes, o número de vagas; ii) os interessados escreviam seus comentários na postagem original, com objetivo de “reservar” a vaga e viabilizar a carona, informando muitas vezes o número do telefone celular para contato e o tipo de instrumento, considerando aqueles de maior porte que demandam um espaço à parte.

No fim do ensaio, novas caronas podiam ser negociadas para o retorno, dependendo dos interesses dos presentes. Muitas vezes, o destino final podia ser um bar ou a casa de alguém que a ofereceu para fazer uma confraternização pós-ensaio. Para esse último, as comidas e bebidas eram compradas na hora, em algum comércio ou supermercado do caminho, sendo que cada interessado em participar do evento providenciava sua parte que era, então, reunida com as dos demais e dividida entre todos. A animação da festa ficava por conta da música ao vivo executada por quem se dispusesse a tocar seu próprio instrumento ou pegasse outro emprestado.

Já em janeiro de 2014, nas proximidades do período carnavalesco, os ensaios intensificavam-se, passando a ocorrer em todos os sábados (de 14 às 18h) e também às quartas-feiras à noite (de 19 às 22h). A questão de passar dois meses seguidos, janeiro e fevereiro, ensaiando com mais de 50 ritmistas durante quatro horas pode ser um problema para a vizinhança do local escolhido. Dessa maneira, buscava-se variar e intercalar a reserva nos diversos parques municipais que permitiam que ocorresse esse tipo de evento.

Contudo, era necessário um trâmite burocrático solicitando a permissão para o ensaio que englobava entrar em contato com a direção do parque informando as datas solicitadas, enviar a documentação requerida por parte do bloco e aguardar o retorno por parte do parque com a autorização devida. Mesmo no caso das praças, é necessário pedir autorização para ensaio à regional onde ela se localiza, seguindo um procedimento burocrático semelhante aos dos parques municipais. Normalmente, eram pouquíssimas as pessoas que ficavam responsáveis pela obtenção da autorização, mesmo porque era preciso ter um contato mais direto com as lideranças do bloco que eram, no final das contas, os que respondiam oficialmente por ele e que tinham a palavra final sobre decisões mais importantes.

Em relação aos ensaios nos dias de semana, eles ainda possuíam um agravante: a ocorrência no período noturno. A grande maioria dos parques fecha às 18 horas, sobrando apenas duas opções que mais se assemelham a praças do que a parques, como o Parque Jornalista Eduardo Couri, mais conhecido como Barragem Santa Lúcia, e o Parque Juscelino Kubitschek, mais conhecido como Praça JK. Outra opção adotada para os ensaios noturnos era a Praça da Estação que é um local que já recebe tradicionalmente eventos de diversos portes e orientações, em vários horários e dias da semana. À noite, a restrição com o barulho é ainda maior, assim, o horário para finalizar o ensaio era rigidamente respeitado (22h), mas não havia a garantia de disponibilidade desses parques de receberem o bloco durante todas as semanas dos meses de janeiro e fevereiro.

Essas questões somavam-se à dificuldade do período chuvoso no verão belo-horizontino que coincidia com a intensificação dos encontros musicais. Como os parques não possuem espaços cobertos que pudessem abrigar o bloco e não tinham disponibilidade para receber os ensaios à noite, muitas vezes, a saída

encontrada foi realizá-los embaixo do Viaduto de Santa Tereza ou outros galpões fechados, como o da Escola de Samba Cidade Jardim.

Já em um período próximo das festividades, três semanas antes do carnaval de 2014, a Prefeitura Municipal disponibilizou, mediante autorização prévia, um espaço na Av. Cristiano Machado, na região Regional Nordeste, para a realização dos ensaios dos blocos de rua, durante a noite, em dois dias de semana, e durante a tarde, nos finais de semana (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Belotur, 2014b). Esse espaço, que é legalmente destinado para a implantação do Centro de Convenções do Município de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2012; BELO HORIZONTE, 2013a), é composto por um grande galpão coberto, amplo espaço aberto e estacionamento para aproximadamente cinquenta carros.

Assim, depois de vários ensaios, oficinas e comemorações, os integrantes do bloco haviam experimentado muitos lugares na cidade, muitas vezes, nunca antes visitados e que, provavelmente, não o seriam novamente. Eu, particularmente, nunca tinha ido nem no Parque Municipal Jacques Cousteau, na Regional Oeste de Belo Horizonte, nem no Parque Municipal Professor Marcos Mazzoni, também conhecido como Parque da Cidade Nova, na Regional Nordeste, apesar de ser moradora dessa mesma regional. A proposta dos ensaios itinerantes proporcionou, através da apropriação carnavalesca, uma experiência alternativa da cidade de Belo Horizonte. Parques, praças e baixios de viadutos foram transformados em espaços festivos, musicais e vivos, ampliando para os integrantes do bloco os limites do território conhecido e reconhecido.

Outra questão importante era a da identidade do bloco e, com esse objetivo, haviam sido confeccionadas camisetas personalizadas tanto para serem usadas durante os ensaios e demais atividades do grupo quanto outro modelo exclusivo para o dia do desfile que podia ser customizado ao gosto do integrante. Ainda havia acessórios como bótoms personalizados com desenhos elaborados pelos integrantes com talento específico para desenho, além das peles dos instrumentos que receberam a logomarca do “Bloco do Queixinho”, por meio do processo de impressão da serigrafia. Apesar do tradicional figurino listrado usando o vermelho com a marca da caveira, surgiu, durante o desfile do carnaval, uma série de personagens diferentes como bailarinas, rainhas, panteras, palhaços, índios,

escoceses, indianos, gregos e o que mais coubesse na imaginação e nas fantasias individuais de cada integrante.

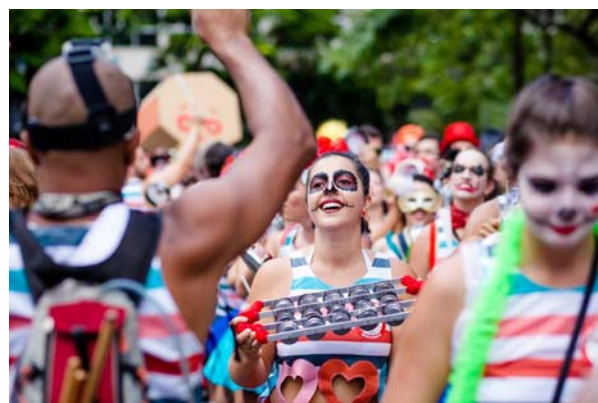


Figura 34 – Desfile do Bloco do “Unidos do Samba Queixinho Underground Baticum”, na Praça da Liberdade e Bairro Funcionários em Belo Horizonte, no ano de 2014.

Autor: AGUIAR, 2014.

APÊNDICE B – Observando o familiar: notas da pesquisa de campo no Bloco “Pena de Pavão de Krishna” – “PPK” no carnaval de Belo Horizonte no ano de 2014

Local do desfile: Belo Horizonte, Bairro Jardim América e Vila Ventosa

Local da concentração: Praça APA no Bairro Jardim América

Data do desfile: 02 de março de 2014, domingo – a partir das 9 horas

A partir das nove da manhã, os foliões do Bloco “Pena de Pavão de Krishna”, ou simplesmente “PPK”, começaram a se concentrar em uma pequena, arborizada e bem equipada praça, localizada em um bairro de classe média, o Jardim América, na região oeste de Belo Horizonte. A Praça APA foi escolhida por estar próxima aos locais de ensaios do bloco, que já vinham acontecendo há um mês, e por ser estar próxima Vila Ventosa, ocupada por uma população de baixa renda e carente, além de muitas outras coisas, de infraestrutura e de serviços urbanos.

O lugar de concentração foi escolhido pelos líderes do bloco e publicado no Grupo fechado⁴⁹ do Facebook, o que significou que não houve divulgação na mídia ou nos canais oficiais da Prefeitura Municipal. Apesar disso, o Bloco do “PPK” arrastou mais de dois mil foliões simpatizantes, inicialmente, pelas ruas largas e arborizadas do Bairro Jardim América e, em seguida, pelas ruas estreitas e becos da Vila Ventosa.

Sobre o Grupo fechado do Facebook, destaca-se que ele era amplamente utilizado para vários fins, como a divulgação e a discussão de questões importantes para o bloco como datas dos ensaios, instrumentos, repertório, fantasias e adereços. Ademais, ele representava o início do estabelecimento de relações de união e pertencimento entre os integrantes do grupo que compartilhavam ideias, aspirações futuras e estilos de vida. Isso deixava claro como a difusão pela internet, os diversos

⁴⁹ Contudo, não havia muitas regras para aceitação de novos membros e qualquer um dos integrantes do grupo podia convidar ou aceitar solicitações, sem a necessidade de consultar os líderes do PPK. Assim, em janeiro de 2014 (antes do carnaval), o Grupo fechado do bloco PPK possuía cerca de mil membros e, em março de 2014 (portanto, depois do carnaval), o mesmo grupo possuía mais de 2.000 membros. Em 23 de fevereiro de 2015, já eram 5.338 integrantes do grupo fechado, sendo que 449 novos membros haviam sido incluídos apenas na última semana.

instrumentos de comunicação virtual e as redes sociais possibilitam novas formas de sociabilidade que ultrapassam o mundo virtual e potencializam a apropriação do espaço concreto.

Voltando ao domingo de carnaval, desde o início da manhã, já se ouvia a entoação de mantras e cantos de um grupo *hare krishna* convidado pelos organizadores do bloco, enquanto os foliões tomavam um café da manhã coletivo, composto por alimentos frescos e integrais levados pelos próprios participantes, no estilo das dietas naturais e orgânicas. Simultaneamente, todos se vestiam e pintavam seus rostos e corpos de azul, embarcando na fantasia de representar a divindade masculina *Krishna*, muito popular no Hinduísmo⁵⁰. Essa preparação inicial era uma espécie de ritual de preparação e o resultado foi uma multidão de foliões pintados de azul e quase irreconhecíveis.

O intuito era desfilar pelas ruas e vielas do trajeto tocando e cantando famosas canções brasileiras e outras composições próprias do bloco que tratavam dos grandes temas da humanidade, como a paz, o amor, a natureza, o respeito entre povos e culturas, a tolerância religiosa. Para tanto, faziam uso de instrumentos, ritmos e canções que faziam referência à cultura e à religiosidade afro-brasileira. A inspiração veio do carnaval baiano, especificamente, dos blocos de afoxé que são um tipo de manifestação cultural ligada à religião do candomblé. Portanto, o bloco mineiro fundiu em um mesmo caldeirão, referências culturais populares e eruditas, musicais e iconográficas que remetiam às pretendidas relações entre Brasil, África e Índia.

Bloco bonito de se ver e de se estar, enquanto integrante e pertencente a mesma camada socioeconômica – jovens de classe média, eruditos e altamente escolarizados. Realizar o ritual de se preparar na praça, dividir o alimento, pintar-se

⁵⁰ *Krishna* é um dos avatares (“aqueles que descendem de Deus”) ou, em outras palavras, uma das encarnações do deus *Vishnu*. A variedade de deuses e divindades adorados pelos hindus são entendidas como diferentes formas de manifestação da Suprema Verdade Absoluta. (REIMER, [s.d.]

de azul e desfilar por dois espaços tão discrepantes, o bairro e a vila, num lindo dia quente, de céu claro e ensolarado, foi uma “maravilha, vixe maria mãe de Deus”⁵¹!

Espetáculo entre iguais: realizado por um grupo social para ser apreciado pelo mesmo grupo, mesmo que essa questão não esteja consciente para os integrantes do bloco. No extremo, tentou-se subverter o “espetáculo entre iguais”, e foi no justo momento em que esse discurso foi para o espaço que o conflito se deu, velado e latente, mas real e presente. Mesmo no tempo-espaço efêmero e de potencial subversão da festa, os conflitos sócio-espaciais e culturais escancararam-se sob um olhar mais atento. O bloco de rua entrou no espaço da “vila”, com sua bateria composta por mais de 50 pessoas, todas tocando apenas instrumentos que remetem ao afoxé da cultura baiana ligada ao candomblé, com letras que falam dos orixás e da escravidão negra, com as referências iconográficas ao hinduísmo. A pergunta que ficou no ar era o quanto a população daquela vila se identificou com a linguagem do bloco?

A hipótese é de que as referências culturais e religiosas levadas pelo Bloco “PPK” são significativamente diferentes daquelas que caracterizam a atual população residente em uma vila na área periférica de uma metrópole brasileira. Provavelmente, essa camada mais carente da população assiste à TV aberta, estuda em escola pública, não tem internet em casa, não costuma viajar nas férias (porque não costuma sobrar recursos financeiros para isso), gosta de ouvir *funk carioca* e *axé music* ou, se for religioso, música *gospel*, e frequenta mais os cultos das igrejas evangélicas do que os rituais dos terreiros de Candomblé. Assim, do tempo da escravidão sobrou mais a herança socioeconômica do que cultural. Grande parte dessa população é carente de todo tipo de recursos financeiros, educacionais, culturais, de serviços públicos e de infraestrutura urbana. Essas mesmas pessoas não tiveram muitos contatos com diferentes culturas ao longo de suas vidas, além daqueles que estão espacialmente próximos ou dos difundidos pelos meios de comunicação de massa. Elas não conhecem a Índia, a África ou

⁵¹ Trecho da canção “Trilhos Urbanos” do músico baiano Caetano Veloso, gravada pela primeira vez no álbum *Cinema Transcendental* de 1979. Essa canção faz um caldeirão de referências culturais Brasil-África-Índia, cuja letra inspirou a criação do bloco, além de ter dado nome a ele.

mesmo a Bahia e, portanto, as referências trazidas pelo bloco não fazem parte da sua cultura contemporânea local.

Desse modo, aquela multidão de foliões muito bem caracterizados e ensaiados, todos de classe média, a maioria brancos e pardos, adentram o espaço bem demarcado da Vila Ventosa, onde a paz mundial evocada pelas canções contrasta com a guerra do tráfego na esquina, onde o amor é também a lembrança do namorado traficante morto ou preso, das mulheres chefes de família, do alto índice de gravidez na adolescência e de famílias desestruturadas. Nesse sentido, o bloco escorregou por desconsiderar as gritantes diferenças socioculturais que estavam materializadas naquele espaço concreto da vila. Invadiram seu espaço, impondo uma cultura pretensamente superior ao funk que tocava em alto volume no som de um carro parado na rua. Não, o bloco não se calou ou se misturou ao som do carro, o carro de um morador da vila que ouvia o funk enquanto tomava sua cerveja no boteco. O bloco se fez ouvir, cantou mais alto e mais forte, até que o funk se calou! Foi um grande símbolo da dominação social, cultural e econômica no espaço dominado, conflito de poderes e interesses entre desiguais.

Parte significativa dos habitantes da vila não se juntou ao bloco, não o seguiu, não se misturou, além de terem vigiado de perto suas crianças que ficaram animadas com tantos estímulos visuais e sonoros. Vários ficaram olhando, é verdade, alguns ofereceram gentilmente seus banheiros aos foliões, muitos outros fizeram piadas irônicas com a presença desses brancos da zona sul ou dirigiam “cantadas” machistas às mulheres, deixando no ar alguma insatisfação e inibindo a permanência dos foliões que já havia se desprendido da multidão do bloco de carnaval. O certo é que, provavelmente, nenhum folião permaneceu na vila após o desfile. A vila não era o espaço desses foliões.



Figura 35 – Desfile Bloco “Pena de Pavão de Krishna” – “PPK” na Vila Ventosa e no Bairro Jardim América, em Belo Horizonte, no ano de 2014.

Autor: SANTOS, 2014.

O conflito latente, quando se efetiva no espaço, torna-se claro, quase palpável. Na própria apropriação do espaço público foi possível identificar o quanto de concepção existe em seu discurso e o quanto seus argumentos podem ser frágeis no sentido de defender uma cidade mais justa e igualitária para todos. Mesmo a apropriação de caráter mais cultural e simbólico das praças, ruas e vielas mostrou que, apesar das boas intenções dos foliões e dos blocos de carnaval, pode, sim, acontecer a imposição do seu dominante e a manutenção do *status quo*. Portanto, ficam-se as perguntas: é possível se pensar um modo alternativo e realmente mais igualitário de se ocupar o espaço público? A minha hipótese da presente pesquisa argumenta que o estudo do espaço vivido e da sua relação dialética com as demais dimensões do espaço pode nos trazer algumas respostas nesse sentido.



Figura 36 – Desfile Bloco “Pena de Pavão de Krishna” – “PPK” na Vila Ventosa e no Bairro Jardim América, em Belo Horizonte, no ano de 2014.

Fonte: NINJA MÍDIA, 2014a.

